

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semi-escravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório

Samuel Nogueira Costa

383

Brasília, 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semi-escravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório

Samuel Nogueira Costa

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, novembro de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semi-escravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório

Samuel Nogueira Costa

Orientadora: Prof^a Dr.^a Christiane Girard Ferreira Nunes

Banca: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa (UnB)

Prof. Dr. Aldo Azevedo (UnB)

Dr. Mario Theodoro- Suplente (Senado Federal)

CIFRA NEGRA

Atávico – carrega a culpa dos antepassados
E sofre a deformação patológica do viés
Dos pulmões.

Todos entendem que aqui se extrapolam os limites da lei,
Mas não percebem que o excesso de sofrimento que decorre
Sobre um homem – é também a fome que o faz roubar.

Não professa e não entoa a defesa própria
O vocábulo curto e cortado a interesse alheio
Nega o raciocínio e asfixia...

Mas eu digo: escancara na cara e grita o que inferem delito,
Estigma e abandono vive submetido - à convivência
social.

Dogma – completa: só diz e pede para ter fé,
O líder prega e clama que teu filho, ah!
É delinquente.
(Mas, e meus trocados, cadê?)

A forma esparsa e contínua e bruta permanece.
Medieval é a cabeçamente-humana-besta
Desde antes e desde sempre. Aniquila...
E se contradiz.
Semeia e tenta
Avulso que é não consegue.
Te ferem de sujeito muito pequeno
Mas vale o seu esforço – que produz
E é este o verbo e sentido...

Pablo Alves*

*Físico, ator e poeta. Militante dos movimentos Negro e LGBT's em Valparaíso de Goiás.

Para meu pai, Mário Rubens Monteiro Costa

Na esperança de que ele veja um Brasil fraterno, justo e plural.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, não posso deixar de agradecer a todos os que contribuíram de alguma maneira para que este trabalho se tornasse viável. No entanto, tenho a plena convicção de que meu aprendizado na universidade foi tão rico e intenso de experiências e conhecimentos diversos que certamente me faltariam páginas se fosse me referir nominalmente a cada um. De toda forma, cito aqueles que foram imprescindíveis.

Gostaria de agradecer à Professora Christiane Girard, pela confiança, disposição, apoio e orientação na elaboração desta dissertação, sempre serena, atenta, rigorosa e perspicaz na forma de transmitir seu vasto conhecimento e despertar o potencial crítico de seus alunos.

Aos Professores Luiz Carlos Galetti e Aldo Antonio Azevedo, pelos comentários, críticas e sugestões na qualificação do meu projeto. Essas contribuições, sem dúvida, muito enriqueceram a elaboração deste trabalho.

Aos Professores Joaze Bernardino Costa, Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão, Marcelo Carvalho Rosa, Fabrício Monteiro Neves, Maria Stela Grossi Porto, Arthur Trindade Maranhão Costa, Sadi Dal Rosso, Stefan Fornos Klein, Edson Silva de Farias, Marcelo Medeiros e Sérgio Barreira de Faria Tavoraro, pelas aulas ministradas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, tão importantes para a minha formação intelectual.

Ao pessoal do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB – PPG/SOL, em especial, Ana Paula Costa e Patrícia Rodrigues, por me aturarem nas constantes dúvidas sobre os prazos e pelo excelente trabalho prestado aos alunos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado.

Aos meus pais, Mário Rubens Monteiro Costa e Sandra Gomes Nogueira Costa, que sempre acreditaram em mim, apoiando-me moral, emocional e também materialmente, além de me ensinarem desde cedo que é preciso ter força, que a vida para os que vêm de baixo não é fácil, mas que com fé e persistência tudo é possível.

Aos meus irmãos Suelber Nogueira Costa, Samara Rúbia Nogueira Costa e Silas Nogueira Costa, amigos sinceros, triunfaremos!

Ao meu cunhado Kleiton Alves e minha sobrinha Yasmim Alves, por completarem nossa grande família.

À Bruna Bona Vasconcelos Soares, por me ajudar com a execução das entrevistas, sempre muito solícita, além de me tranquilizar nos momentos de estresse e dificuldades na empreitada de escrever este trabalho. Sem ela, este trabalho jamais teria sido concluído.

Aos amigos e camaradas do DIEESE, instituição que ao longo desse quase um ano de trabalho contribuiu significativamente na minha formação intelectual; a Clóvis Scherer, Tiago Oliveira, Lílian Marques, Max Leno, Antônio Ibarra, Laender Batista, Alexandre Ferraz, Fiorella Macciavello, Yonaré Barros, Ana Paula Mondadore, Juliano Musse, Terrânia Bispo, Alessandra Cadamuro e Karla Cristina, pelas conversas, formais e informais, palestras e atividades de formação, que me foram muito úteis, além de muito agradáveis, e muito enriqueceram a minha forma de contemplar e analisar o Brasil, a América Latina e o mundo.

Aos amigos e camaradas Aurélio Lisboa, Helga Martins, Érica Andrade, Otávio América, Newton Gomes, Hérika Chagas, Flávio Alves, Gabriela Rodrigues, Lucas Duarte, Marcelo Ferrari, Sérgio Leal e Tiago de Andrade, pelas conversas sobre o mundo do trabalho, barzinhos e militância.

Aos amigos e camaradas do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF), pela calorosa recepção, conversas, aprendizagem nas negociações coletivas, greves e vivência no mundo do trabalho.

Aos amigos do samba do Jardim Céu Azul, bairro de Valparaíso de Goiás; vocês me proporcionaram momentos maravilhosos. Obrigado pelas tardes de sábado e pelas saídas nas noites de quinta-feira.

Aos amigos de banda Fábio Berrogain e Diego Silveira, pelos ensaios, conversas e divertidas noites de estúdio.

Ao amigo Pablo Alves e Patrícia Ribeiro, pelas risadas, conversas, estudo e aprendizado ao longo de todos esses anos de amizade.

Ao meu tio Sandro Nogueira, pelas conversas estimulantes acerca de justiça, teologia e emancipação.

Ao meu querido tio Maringueth Monteiro; você também é, seguramente, uma inspiração para a minha caminhada.

À minha prima Rebecca Monteiro, por ser, de igual modo, fonte de inspiração.

Aos lutadores e lutadoras do povo, terceirizados, precarizados, subempregados e explorados desse mundo. Por vocês, nenhum minuto de trégua, mas uma vida inteira de luta!

Samuel Nogueira Costa

RESUMO

As alterações causadas pela reestruturação produtiva da economia capitalista a partir da década de 1970 estimularam profundas alterações no mundo do trabalho, provocando a emergência de modalidades de precarização como forma de manter a taxa de lucro das economias dos países centrais e a conseqüente sobrevida do capitalismo. Essa conjuntura global acarretou desdobramentos no âmbito nacional e particular que podem ser mensurados a partir da proporção que vem ganhando a terceirização na composição do emprego em determinadas atividades da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo central deste estudo é compreender o fenômeno da terceirização do trabalho no setor público, mais especificamente, na Universidade de Brasília, além dos sentidos do trabalho e do impacto desse fenômeno no movimento sindical dos trabalhadores terceirizados da UnB na última década. Ao final do presente estudo, espera-se ter reunido argumentos que comprovem que a reestruturação produtiva da economia não só precarizou as condições de vida e trabalho dos terceirizados, mas também dificultou a representação desses trabalhadores em organizações sindicais, contando com a atuação do “novo sindicalismo” para promover tal reestruturação.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, terceirização, movimento sindical, neoliberalismo.

ABSTRACT

Changes caused by the productive restructuring of the capitalist economy from the 1970s promoted deep changes in the world of work, causing the rise of precarious arrangements as a way to keep the profit rate from the economies of the central countries and the consequent survival of capitalism. This global conjuncture has led to developments in national and private spheres. It can be measured by the increase of outsourcing in certain activities of the University of Brasilia (UnB). The primary purpose of this study is to understand the outsourcing phenomenon in the public sector, more specifically at the University of Brasilia, beyond the meanings of work and the impact of this phenomenon in the labor movement of outsourced workers at UnB in the last decade. At the end of this study, it is expected to have gathered arguments showing that the productive restructure of the economy has led not only conditions of life and work of the contractors to be precarious, but also hampered the representation of these workers in trade unions organizations, counting on the performance of the “new trade unionism” to promote restructuring.

Key words: productive restructuring, outsourcing, labor movement, neoliberalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais privatizações federais e estaduais, p. 59.

Tabela 2- Números de sindicatos reconhecidos pelo Estado no Brasil nos anos 1930, p. 74.

Tabela 3- Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados e tipicamente contratantes no Brasil (2013), p. 113.

Tabela 4 – Condições de Trabalho e Terceirização no Brasil (2013), p. 113.

Tabela 5 – Trabalhadores em condição análoga à de escravos no Brasil (informações concernentes aos dez maiores resgates em cada ano), p. 114.

Tabela 6 – Unidade de negociações com cláusulas sobre terceirização, por setor e atividade econômica – Brasil (2012), p. 115.

Tabela 7 – Relatório de Estatística de Acidentes do Setor Elétrico, p. 118.

Tabela 8 – Terceirização e acidentes fatais no setor da construção por segmentos selecionados (2013), p. 119.

Tabela 9 – Acidentalidade no trabalho terceirizado da UnB, p. 127.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Herfindahl-Hirschmann. Evolução dos Níveis de Concentração – Segmento bancário, p.55

Gráfico 2 - Concentração do crédito nos quatro e dez maiores bancos, p. 56.

Gráfico 3 – Crescimento da Terceirização no sistema Petrobras, p.116.

Gráfico 4 – Número de mortes na Petrobras – Efetivos e Terceirizados, 1995 a 2013, p. 117.

Gráfico 5 – Série Histórica Acidentes Fatais 1999-2013, p. 118.

SUMÁRIO

- 1 Introdução, p.1
- 2 A Produção da Mais-Valia e a Dialética Centro-Periferia: a antessala da globalização, p.9
 - 2.1 Globalização e Mundialização do Capital: premissas da reestruturação produtiva, p.14
 - 2.2 A Organização Social do Trabalho no Século XX: do taylorismo à crise do fordismo, p.21
 - 2.3 A Reestruturação Produtiva da Economia e suas Consequências: o debate da centralidade do trabalho e a crise do sindicalismo, p.31
 - 2.4 Neofordismo, Pós-fordismo, “Especialização Flexível” e Toyotismo: o que eles têm em comum?, p. 38
 - 2.5 Neoliberalismo e a Contra-Reforma do Estado no Brasil, p.49
- 3 Breve Histórico do Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil, p.60
 - 3.1 O período mutualista (anterior a 1888), p.61
 - 3.2 O período da resistência (1888-1919), p. 62
 - 3.3 O período de ajustamento (1919-1934), p.65
 - 3.4 O período do controle (1934-1945), p.68
 - 3.5 O período competitivo (1945-1964), p.74
 - 3.6 O período da ditadura e a construção do “Novo Sindicalismo”, p.78
- 4 Terceirização: forma complementar da reestruturação produtiva e da ofensiva global do capital sobre o trabalho, p.96
 - 4.1 Breve análise das similitudes entre o processo de terceirização Brasil-Mundo, p.99
 - 4.2 Principais aspectos da terceirização do trabalho em diferentes setores da economia brasileira, p.107
 - 4.3 Breve histórico da trajetória do movimento sindical de trabalhadores terceirizados do Distrito Federal, p.118
 - 4.4 A criação da Universidade de Brasília, p.121
 - 4.5 A terceirização do trabalho e as disputas por representação sindical na Universidade de Brasília: com a palavra os trabalhadores e dirigentes sindicais, p.124
- 5 Considerações Finais, p.139
- 6 Referências Bibliográficas, p.146

1 Introdução

As alterações causadas pela reestruturação produtiva da economia capitalista a partir da década de 1970, a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990 apoiado na contrarreforma do Estado e a globalização dos mercados através da hipergênese do sistema financeiro determinaram sérias mudanças que ainda repercutem no cenário econômico, social e político mundial.

Tais processos estimularam profundas alterações no mundo do trabalho, provocando a emergência de modalidades de precarização como forma de manter a taxa de lucro das economias dos países centrais e a consequente sobrevida do capitalismo. Empregos temporários, flexibilização dos direitos trabalhistas, subcontratações, terceirização, pejetização, quarteirização, intensificação do trabalho e crise do sindicalismo são alguns dos exemplos dos traços constitutivos desse novo e precário mundo do trabalho.

De acordo com (Corsi, 2009:21; Alves, 2010¹), a reestruturação do capitalismo a partir dos países centrais também foi uma reação à *baixa da taxa de lucro* experimentada no período do pós-Segunda Guerra, entre 1945-1973, que teve como um dos principais motivos a persistente elevação dos salários dos operários. Esta reestruturação do sistema capitalista foi comandada pelos grandes bancos e corporações financeiras, pelos fundos de pensão e investimentos e pelos governos do núcleo orgânico do capitalismo, contando, inclusive, com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário, visando constituir novas condições para a exploração da força de trabalho.

Essa conjuntura global acarretou desdobramentos no âmbito particular que podem ser mensurados a partir da proporção que vem ganhando a terceirização na composição do emprego em determinadas atividades da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo central deste estudo é compreender o *fenômeno da terceirização do trabalho no setor público, mais especificamente, na Universidade de Brasília, além dos sentidos do trabalho e do impacto desse fenômeno no movimento sindical dos trabalhadores terceirizados da UnB na última década.*

Nesse sentido, procura-se apreender, dialeticamente, as mudanças emergentes da

¹ Ver em: < http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em: 30/5/16.

reestruturação produtiva e a complexa relação da terceirização com o funcionalismo público, abordando elementos estruturais da “periferia e centro” do capitalismo, sua forma contemporânea e sua relação com o Estado na dinâmica social do trabalho no Brasil. A escolha do objeto de estudo justifica-se pela possibilidade de contribuir para a discussão e compreensão da atual morfologia do mundo do trabalho, além de auxiliar na visualização de políticas públicas concernentes ao mercado de trabalho.

Em escala nacional, pode-se aferir o impacto sociopolítico que as terceirizações vêm produzindo no mundo do trabalho a partir da audiência que ocorreu sobre o tema no Tribunal Superior do Trabalho nos dias 4 e 5 de outubro de 2011. A audiência reuniu lideranças sindicais, juristas, ministros, empresários e intelectuais como Ricardo Antunes, Márcio Pochmann e Maria da Graça Druck².

No campo dos estudiosos dedicados à análise do mundo do trabalho, há posições variadas sobre o tema. Antunes afirmou que a terceirização era a porta de entrada para a precarização do trabalho no Brasil, mesma posição que defendeu na entrevista ao programa de televisão Roda Viva da TV Cultura³ em 2012.

Por sua vez, Pochmann comparou a terceirização a uma semirreforma trabalhista por possibilitar uma alteração significativa na forma de funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. O economista identifica dois tipos de terceirização, a má e a boa, fazendo analogia ao bom e ao mau colesterol.

Já Druck observou que a terceirização está se tornando uma epidemia, um problema de caráter político e social, e não apenas econômico. A intelectual afirmou que existem empresas em que o número de terceirizados é maior que o de funcionários do quadro efetivo, o que seria reflexo de uma política de precarização com a transferência do ônus das empresas para os trabalhadores.

Em se tratando de propostas de políticas públicas, Antunes propôs que a audiência pensasse em formas de “*desterceirização*” do trabalho, enquanto Pochmann propôs um *marco regulatório* para as terceirizações como forma de preservar a “banda boa” da terceirização e eliminar sua “banda podre”. Druck, por sua vez, propôs que as empresas se responsabilizassem socialmente com os terceirizados, garantindo-lhes a isonomia de direitos.

² HAIDAR, Rodrigo. Terceirização necessita de marco regulatório. Consultor Jurídico, 4 de outubro de 2011. <http://www.conjur.com.br/2011-out-04/terceirizacao-necessita-marco-regulatorio-afirmam-especialistas>. Acesso em: 30/5/16.

³ Exibido em 3 de setembro de 2012. Disponível na íntegra em <http://www.youtube.com/watch?v=MrQWtX0ZfU8>. Acesso em: 30/5/16.

Os fatos acima arrolados em referência à discussão sobre a terceirização revelam a sua problematização em relação à atual morfologia do mundo do trabalho e seus desdobramentos em escala local, nacional e global. Nessa perspectiva, Giovanni Alves (2010)⁴ afirma que o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do trabalho na era do capitalismo manipulador seriam,

(...) sob o capitalismo global, (...) não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. (...) A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre o espaço-tempo de vida e o espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” jornada de trabalho, corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a autoalienação do homem que trabalha. Nesse caso, transfigura-se a cotidianidade de homens e mulheres que trabalham, com a redução da vida pessoal a mero trabalho assalariado (...).

Esse novo caráter sociometabólico do capital corrói o espaço-tempo de vida e o espaço-tempo de trabalho. Essa nova dinâmica de flexibilidade das tarefas, fruto do rearranjo do capital em escala mundial, também pode ser vista no trabalho intelectual. Inúmeras produções acadêmicas como artigos, pesquisas, ensaios, textos em revistas etc. são feitas mediante a colaboração de um ou mais sujeitos. Seria isso uma forma de terceirização do trabalho?

Tenta-se responder a essa e outras perguntas acerca da estrutura em que se acha assentado o trabalho terceirizado na atualidade. Este estudo também contou com a participação do trabalho de outros sujeitos, essencialmente, na parte da transcrição das entrevistas, demonstrando que a nova dinâmica do capital é muito mais presente no dia a dia do que parece.

Quanto ao plano deste trabalho, opta-se por desdobrá-lo em três capítulos.

No primeiro, trata-se da produção da mais-valia e do processo de constituição do valor em Marx, fazendo um paralelo com a dialética do centro-periferia e sua relação com a economia mundial, na chamada “nova divisão internacional do trabalho”. Com base em pesquisa e na bibliografia recente, procura-se problematizar e debater as mais distintas abordagens e concepções no que diz respeito à crise por que passa o mundo do trabalho, bem como suas principais consequências para os trabalhadores.

⁴ Ver em: < http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em: 30/5/16.

No segundo capítulo, faz-se um breve histórico do movimento sindical brasileiro e uma breve reflexão de como se deu o processo de construção do sindicalismo brasileiro, suas principais entidades e correntes políticas fundadoras, sua legislação trabalhista, os embates e as manifestações sindicais ante os governos da época, para então, entender sua gênese e evolução ao longo do tempo, além do significado que ele assumiu ao longo dos diferentes momentos históricos.

Faz-se, também, uma contextualização teórica das principais mudanças políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas, que afetaram significativamente a forma do trabalho e o modo de organização dos trabalhadores. Na esfera econômica, reflete-se sobre os impactos que a reestruturação do capital ocasionou no cotidiano dos trabalhadores. No plano político, enfatiza-se a efetivação das políticas neoliberais e as consequências destas para a organização sindical e as conquistas históricas dos trabalhadores.

No terceiro e último capítulo, analisa-se o processo de terceirização do trabalho e a ofensiva do capital sobre o trabalho no âmbito nacional, em que diversos setores da economia brasileira apresentam inúmeras situações alarmantes, como acidentes fatais de trabalho, decorrentes da nova morfologia do trabalho, onde a terceirização assume forma principal. Em escala regional, são fornecidos dados estatísticos da terceirização no Distrito Federal e no ambiente particular da Universidade de Brasília, além de relatos de trabalhadores e dirigentes sindicais para fundamentar esta análise.

Ao longo deste trabalho, aventaram-se as seguintes hipóteses:

- I- O processo de reestruturação produtiva é expressão de uma ofensiva do capital sobre o trabalho;
- II- O processo de reestruturação produtiva deve ser entendido como um conglomerado de mudanças tecnológicas e organizacionais gestado no mundo do trabalho, com o objetivo de superexplorar a força de trabalho e manter a taxa de lucro dos países centrais elevada, levando a um aprofundamento do processo de dependência da economia brasileira aos países “desenvolvidos”. Desse modo, as inovações tecno-organizacionais não são neutras, pois há uma disputa pela hegemonia, o que resulta num período histórico de crise do capitalismo;

- III- No caso da Universidade de Brasília, a ofensiva do capital sobre o trabalho colocou o movimento sindical na defensiva, levando-o a posturas neocorporativas, isoladas, de caráter setorial, negocial e de “concertação”. O que se verifica é a passagem de um sindicalismo “rebelde”, conflitivo, combativo – como foi no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta – para um sindicalismo de cariz “propositivo”, de “resultados”, “afirmativo”, “institucional” e “contratualista”;
- IV- A reestruturação produtiva da economia não aconteceu exclusivamente de cima para baixo. O que se verifica neste trabalho é que ela contou com o apoio e a participação do “novo sindicalismo” para promover as mudanças no mundo do trabalho.

Para a investigação de nosso objeto de estudo, *o processo de terceirização do trabalho no setor público, mais especificamente, na Universidade de Brasília, além dos sentidos do trabalho e do impacto desse fenômeno no movimento sindical dos trabalhadores terceirizados da UnB na última década*, procedemos metodologicamente com base nas técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa.

Delimitamos nosso entendimento das terceirizações a partir de uma abordagem holística desse fenômeno com base em dois elementos gerais. 1) A compreensão da terceirização enquanto fenômeno que ganha força atrelado as mudanças no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva que engendrou modalidades de trabalho precário, baseados em flexibilização de direitos trabalhistas, como forma de manter a taxa de lucro (DRUCK, 2008: 83). 2) A abrangência da terceirização no Brasil, principalmente a partir da contra-reforma do Estado nos anos 1990, se constituiu como forma de precarização do trabalho e flexibilização de direitos trabalhistas num contexto social de tradição histórica de flexibilização estrutural do trabalho através de arrocho salarial e superexploração. Em síntese, a terceirização no Brasil significa a precarização do que já é historicamente precário. Foi parte constante da nossa analítica a preocupação com o entendimento das características próprias da formação social brasileira. Ademais, nos esforçamos em compreender, portanto, como os movimentos globais da economia e da política se plasmam no contexto nacional.

Empregamos os recursos da *pesquisa qualitativa* de cunho *bibliográfico* a partir do levantamento da literatura especializada em sociologia do trabalho e de obras de

suporte das áreas da economia, ciência política e sociologia geral. Foi com base nesse instrumental bibliográfico que travamos a discussão teórica em torno das teses sobre o mundo do trabalho e sua nova reconfiguração, em especial, no movimento de flexibilização, intensificação e precarização do trabalho.

Ainda no que tange a *pesquisa qualitativa*, foram aplicadas, presencialmente, entrevistas semiestruturadas, de caráter exploratório, visando estimular os entrevistados a falar sobre a temática proposta e buscando fazer emergir aspectos subjetivos e motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes acerca do sindicalismo brasileiro, dos sentidos do trabalho no ambiente da Universidade de Brasília e do movimento sindical em geral.

Dentre os entrevistados estavam o Deputado Vicentinho do Partido dos Trabalhadores de São Paulo (PT); Helga Martins de Paula, dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Mauro Mendes, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB); um ex-dirigente dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília e Antônio de Pádua, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS).

Dentre as perguntas mais importantes, que vão de maneira direta a centralidade do debate acerca do processo de terceirização do trabalho no setor público e das disputas por representação dos trabalhadores terceirizados na UnB, remetidas aos representantes dos trabalhadores estavam:

- 1) Em sua opinião, qual a relação central entre reestruturação produtiva e crise do sindicalismo;
- 2) Na atual conjuntura, o sindicato consegue cumprir sua função; o que representa o PL 4330/04 para o sindicalismo brasileiro;
- 3) A terceirização se tornou um problema para o sindicalismo atual;
- 4) A reestruturação produtiva abriu uma crise de representação; a reestruturação produtiva contou com o apoio do sindicalismo para promover a consolidação dessas medidas;
- 5) O poder econômico tem expressão/força para direcionar as decisões políticas do sindicalismo atual;

- 6) O sindicalismo de “resultados” consegue dar as respostas necessárias aos anseios dos trabalhadores;

Achamos que a *pesquisa quantitativa* tem elementos bastante precisos para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (os questionários) que facilitam alcançar os objetivos de nossa pesquisa, como realizar projeções e testar de forma categórica, as hipóteses por nós levantadas, além de fornecer índices que podem ser comparados com diversos outros. Desse modo, além de dados referentes a Universidade de Brasília, buscamos levantar números da terceirização do trabalho em diversos setores da economia brasileira, em nível nacional, regional e particular.

Baseado nas afirmações acima elencadas foram aplicados, presencialmente, 20 questionários com trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília. Os terceirizados compunham diversas áreas, dentre elas: serviços de serralheria, marcenaria, carpintaria, pintura, estofamento e lustração, serviços de motoristas e operador de trator, jardinagem, almoxarife e operador de caixa, serviços elétricos, agropecuários, hidráulicos, apoio e copeiragem, serviços de garçom, de recepcionistas, de apoio a editora da universidade, de segurança e vigilância desarmada, de limpeza e conservação, impermeabilização e portaria.

A variedade de trabalhos terceirizados executados na UnB é abundante, de modo que temos plena consciência que o número de questionários aplicados, não reflete com exatidão a totalidade e pluralidade de pensamento dos trabalhadores terceirizados da universidade, que até o presente momento, de acordo com informações disponibilizadas pelo Decanato de Administração da universidade, conta com 1806 trabalhadores terceirizados. No entanto, achamos que é um número considerável diante dos poucos recursos de pesquisa a nós disponibilizados e do universo acadêmico que, atualmente, não funciona sem esse tipo de serviço.

Dentre as principais perguntas feitas no questionário estavam pontos concernentes a vida e ao trabalho do entrevistado: formação escolar, ocupação, cor da pele, local de moradia, naturalidade dos pais e do entrevistado, renda mensal familiar, renda mensal individual, atuação sindical etc.

Essas perguntas são importantes na medida em que tentam manter o eixo central da discussão, e levantam pontos, que podem ser, inclusive, comparados e/ou

confrontados com os argumentos apresentados pelos representantes sindicais. Ademais, fazemos uso de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, da Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação COGE, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação única dos Petroleiros – FUP, Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Fundação Universidade de Brasília – FUB e da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Nossa intenção aqui é apresentar como se sucedeu o levantamento de dados e informações junto aos sujeitos do trabalho e dirigentes sindicais. O resultado dessa coleta de relatos e dados foi analisado a partir de uma perspectiva materialista e dialética.

2- A Produção da Mais-Valia e a Dialética Centro-Periferia: a antessala da globalização

Karl Marx, importante teórico alemão do século XIX, foi quem investigou, através da economia política, o desenvolvimento histórico das formas de produção e reprodução social. Ao desvelar a maneira como o modo de produção capitalista é concebido e quais são “*as premissas e os imperativos operacionais*” (Mészáros, 2002) necessários à existência do capital enquanto modo de produção, bem como sua necessidade constante de transnacionalizar-se, esse autor constatou que “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”. De acordo com (MARX, 1985:125), “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias são os pressupostos históricos sob os quais o comércio surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram o século XVI na moderna história da vida do capital”.

Indo mais adiante, Marx afirma que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias (...). A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013:113). Portanto, a natureza do valor refere-se em primeira ordem a uma propriedade intrínseca a cada mercadoria, propriedade essa que é social (não natural), e está associada à capacidade de atração que uma mercadoria tem em relação às demais. Isso vincula o valor de uso ao valor de troca.

Essa difícil empreitada na qual Marx se empenhou em aclarar na sua principal obra, *O Capital*, teve como principal objeto de estudo o desvelamento da realidade material, a partir da ruptura com o idealismo frequente na época. Para tanto, o filósofo alemão nos apresenta a sociedade capitalista como um “sistema orgânico em seu movimento metabólico” de consumir força de trabalho e riquezas naturais, a fim de transformar a natureza para criação incessante do valor. A expansão do capital é uma tendência inseparável de sua gênese, que tem como premissa fundamental a lógica da circulação de mercadorias, assentada sob um domínio totalizante, imposto a diversas esferas da vida social (SOBRINHO et al, 2010:75).

Entende-se por valor de uso “a utilidade de uma coisa que (...) se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Já o valor de troca “aparece inicialmente com a

relação quantitativa, a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013:114).

É imperioso o esclarecimento dessas categorias, uma vez que “valor de uso e valor de troca” interagem com diversos conceitos essenciais ao entendimento do funcionamento do modo de produção. Mais-valia, ou mais-valor, expressa uma das categorias fundamentais. A análise partirá do entendimento desta que constitui elemento central para a apreensão de como é estabelecida a expansão do capitalismo mundial e quais são os fatores, nos níveis social, econômico, político e cultural, acarretados por ela.

O que interessa ao capitalista é a produção de mais-valor, ou seja, “ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor”. Logo, “os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (MARX, 2013:263). Reside aqui uma questão fundamental, porquanto está no mais-valor o segredo da extração de riqueza da sociedade do capital.

Essa capacidade de produzir, de acordo com Marx, baseia-se na extração do trabalho excedente (mais-valor), propiciando à humanidade o desenvolvimento das forças produtivas, na procura incessante de expansão do sistema e da acumulação de riqueza. Dessa forma, expansão e acumulação adquirem *status* de obrigatoriedade e consistem em tendências essenciais do capitalismo, para que o desenvolvimento desenfreado do capital transforme o mundo em um imenso mercado consumidor.

Posto isso, a reprodução do valor torna-se uma necessidade inerente ao modo de produção capitalista, o que leva à sua segunda lei: a acumulação de riquezas.

O ponto nevrálgico desse debate é o papel que cumpre a burguesia ao transnacionalizar o capital e ao criar novas “necessidades”, não só campo econômico, mas, também, no terreno da dominação ideológica e cultural. Na visão de Marx, a burguesia cria

a necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos (...) por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contatos em toda a parte. A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários,

tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas, e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas, e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país como simultaneamente em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, a dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial. A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações [...] (MARX, versão *online*)⁵.

Na esteira do que apontou Marx, Otávio Ianni (2008) enfatiza que o processo de globalização é dirigido por economias dos países centrais⁶, sendo planejado pela burguesia mundial dentro de uma dinâmica própria do capitalismo. Segundo Ianni (2008), longe de ser um fato inacabado, a globalização, tal como a unilateralidade nacional, descrita por Marx, são processos que ainda se acham em curso. Destarte, verifica-se que esse processo de mundialização do capital “enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais, com espaços a conquistar” (IANNI, 2008:23). É uma necessidade intrínseca do capital a expansão da produção e do consumo em novos territórios. Uma vez que as barreiras geográficas e políticas são demolidas, o objetivo final de *extrair mais-valia* é alcançado.

Uma das principais assertivas de Marx resgatava a ideia de que a classe detentora dos meios de produção na sociedade capitalista “(...) não pode existir sem revolucionar incessantemente seus instrumentos de produção, as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais” (MARX, 1978:139). Já Mészáros (2006) afirma que uma das características fundantes do capitalismo – a fim de evitar as crises econômicas violentas, peculiares à sua própria gênese, além de subsidiar a produção em períodos turbulentos – tem sido assegurar a criação de “contratendências”. Assim, tem-se como exemplos dessas medidas adotadas, a expansão da produção capitalista, a reestruturação produtiva, as intervenções estatais que visam garantir lucro aos

¹Disponível

em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>. Acessado em 5/3/2016.

⁶ Especificamente: Estados Unidos, Japão e Europa. Consultar, também, Soares (2011:60).

capitalistas, a expansão da produção de bens de consumo e de serviços, o neoliberalismo e as privatizações, entre outras.

Em relação à tendência de expansão do modelo de produção capitalista, é necessária uma lógica que imponha uma hierarquia capaz de escoar a produção, o que determina uma relação hierarquizada entre Estados-nações produtores de mercadorias duráveis e Estados-nações que sejam fundamentalmente consumidores e dependentes. É esse movimento que desencadeia a relação de subserviência entre as nações: os que mandam, ditam o que deve ser feito, e os demais obedecem. Toda e qualquer tentativa de ruptura com esse modelo econômico dependente, de acordo com o filósofo húngaro István Mészáros, não logra êxito, uma vez que se deve

manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um “vasto território” de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impedir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida) (MÉSZÁROS, 2006: 810).

A seguinte afirmação de Marx é fundamental para que se entenda a inexorável subordinação dos países dependentes às economias “avançadas”, pois “[...] o comércio exterior, quando se limita a repor os elementos (também enquanto a seu valor), não faz mais do que deslocar as contradições para uma esfera mais extensa, abrindo para elas um campo maior de atuação” (MARX, 2013). Por isso é que o conteúdo dessa assertiva marxiana é tão poderoso, já que ele é capaz de desnudar uma questão fundamental do capitalismo contemporâneo: a dialética da dependência. Essa dialética tem como *modus operandi*, no atual estágio do desenvolvimento capitalista, a realização da atividade econômica através da dominação, o solapamento da capacidade produtiva nacional dos países periféricos, em prol do enriquecimento desenfreado, desregrado e descontrolado dos países de economia “desenvolvida”.

De acordo com Ruy Mauro Marini, importante intelectual latino-americano, as relações entre os países “subdesenvolvidos” – em especial a América Latina – com a economia capitalista mundial carregam consigo formas de “superexploração⁷” e intensificação do trabalho. Ao passo que alguns países despontam economicamente, outros são prejudicados. Isso acontece devido à integração de países “dependentes” ao

⁷ Ver Dialética da Dependência de Ruy Mauro Marini. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em 10/7/2015.

mercado mundial, onde o aumento na “intensidade do trabalho” aparece com o “aumento da mais-valia”, obtida mediante a maior exploração do trabalhador.

De acordo com Marini (1973), na superexploração da força de trabalho,

a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] [seja] porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; [...] [seja] porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 1973, versão *online*)⁸.

Essa relação de dominação é muito evidente quando se analisa a divisão internacional do trabalho e o papel que cumpriu a América Latina no mercado mundial de mercadorias (substancialmente, o fornecimento de produtos alimentícios, entre outros artigos), com o intuito de desenvolver as economias centrais.

Segundo Marini (1973):

(...) a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. (...) uma das funções que lhe foi atribuída, no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial...) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 1973, versão *online*)⁹.

E conclui alertando para as formas de atuação do ciclo da dominação, da superacumulação de capital e da superexploração do trabalho, feitas pelas economias dominantes:

(...) a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais; a partir de então, o montante do capital cedido pela economia dependente por meio das operações financeiras cresce mais rapidamente do que o saldo comercial. A transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido

⁸ Idem.

⁹ Idem.

de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais, cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia, no caso dos países dependentes). Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extraeconômica, como, por exemplo, os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital. Recordemos, para evitar equívocos, que a baixa da taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação de sua composição orgânica, se compensa mediante os procedimentos de superexploração do trabalho, ademais das circunstâncias peculiares que favorecem, nas economias agrárias e mineiras, a alta rentabilidade do capital variável. Em consequência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (com os efeitos conhecidos na acumulação interna destes) e, simultaneamente, mantém seu atrativo para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo. (MARINI, 1973, versão *online*)¹⁰.

A partir do exposto, constata-se que o processo de reprodução do valor impulsionou a criação de um mercado mundial, de modo a garantir que alguns países adquirissem maior expressividade no cenário global. Essas economias “desenvolvidas” se constituíram a partir da superexploração do trabalho, que está indissoluvelmente ligada ao aumento de sua intensidade.

Como bem salientou Marini¹¹, “o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva”. É com base nesse processo que a acumulação do valor estimula um novo tipo de dialética (da dependência), subjugando determinados países para favorecer alguns outros. A expansão das forças produtivas busca amplificar a acumulação de riquezas, e essas só podem ser expandidas mediante um processo de globalização e mundialização do capital, tema esse que será abordado em seguida.

2.1 Globalização e Mundialização do Capital: premissas da reestruturação produtiva

O debate sobre globalização é extenso e complexo; não se intenciona aqui dissecar todas as características e impactos, muito menos analisar todas as teorias que o envolvem. Para entender como se dão as novas morfologias no mundo do trabalho, as

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

transformações nos âmbitos econômicos e os novos processos em várias esferas da vida social global – caracterizados pela globalização e mundialização da economia capitalista –, faz-se necessário analisar sob quais axiomas estão assentados esses fenômenos, a fim de compreender os seus significados. Esse tópico discutirá a globalização e mundialização do capital, que, a nosso ver, constituem premissas da reestruturação produtiva (conceitos não equivalentes), e, ao mesmo tempo, são complementares entre si.

Na atual conjuntura, a globalização da economia adquiriu importância significativa no âmbito da discussão da economia mundial, por ser um fenômeno que, dada a hipertrofia do sistema financeiro, incidiu em várias esferas da vida social, política e cultural.

Os teóricos contemporâneos (Soares, 2006; Chesnais, 1996, 1998; Alves, 2005; Druck, 1999; Pochmann, 2001; Giddens, 1991) têm se empenhado em desenvolver argumentos capazes de explicar as novas dinâmicas do capital em escala mundial e suas respectivas transformações, oriundas de suas alterações no âmbito das novas formas de produção. Esses argumentos vão de encontro ao processo de globalização e mundialização da economia.

Essas novas formas de produção alteraram “as formas como os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais de vida, bem como as maneiras de pensar e agir ante a realidade existente” (SOARES, 2006:7). Assim, a globalização e a mundialização do capital fazem parte das estratégias globais para manter a hegemonia mundial do capital.

De acordo com as considerações feitas por François Chesnais (1996), no livro *A mundialização do capital*, as expressões “globalização” e “mundialização¹²” adquirem significados distintos. Globalização designa as mudanças ocorridas no processo de

¹² De acordo com Chesnais (1997), as palavras “global e globalização” passaram a ser utilizadas nas *business schools* de Harvard, Columbia, Stanford e universidades dos Estados Unidos no início dos anos 80. A partir de então, foram popularizadas mundialmente, com a publicação de inúmeras obras dessas escolas pela imprensa econômica e financeira, convertendo-se num tema central do neoliberalismo. Desse modo, a partir de uma perspectiva crítica, “o termo ‘global’ permite ocultar o fato de que uma das características essenciais da mundialização é precisamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização que põe fim a uma tendência de duração secular, no sentido da integração e da convergência. A polarização é, seguramente, internacional, ampliando brutalmente as diferenças entre os países situados no coração do oligopólio mundial e os situados na sua periferia” (CHESNAIS, 1997 *apud* Soares 2011:53).

financeirização das economias capitalistas; mundialização expressa o “conjunto dos fenômenos ligados à internacionalização do capital”.

Otávio Ianni (2008) explica um período muito peculiar da história mundial. O autor é claro ao afirmar que “o mundo está sendo revolucionado outra vez”, sobretudo a partir das reformas iniciadas pelo governo de Gorbachev. Essa afirmação é *sui generis*, pois algumas transformações sociais, políticas e culturais que ainda estavam germinando após a Segunda Guerra Mundial aparecem com mais força, especialmente após a queda do Muro de Berlim em 1989, simbolizando não só a crise dos regimes socialistas do Leste Europeu, mas também a abertura de novas fronteiras para a expansão do capitalismo naqueles países.

Esses elementos, aliados à reestruturação do capitalismo, ao avanço da internacionalização da economia por intermédio da globalização, à abertura dos mercados, que anteriormente eram pouco ou não explorados, e ao fim do “socialismo real” foram, na visão de Druck (1999), traços constitutivos de uma nova divisão do trabalho não só no âmbito local, mas, também, nos âmbitos regional e mundial¹³. Essa nova divisão internacional do trabalho foi gestada pelo movimento de globalização e mundialização do capital, desenvolvendo o complexo de reestruturação produtiva da economia mundial, o que Ianni (2006) denominou de “fábrica global”, isto é, o processo de internacionalização, desenvolvimento e diversificação do capital – um “*shopping center global*”¹⁴:

Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos (IANNI, 2006:57).

¹³ Nesta perspectiva, a autora enfatiza que “o projeto neoliberal dá uma nova direção e consegue articular os países do desenvolvimento central, redefinindo as suas relações com os países periféricos” (DRUCK, 1999:27).

¹⁴ “(...) sob o capitalismo (...) as contradições sociais globalizam-se, isto é, generalizam-se mais do que nunca. Desdobram-se seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais pelos quatro cantos do mundo. O que era desigual e combinado no âmbito de cada sociedade nacional e no de cada sistema imperialista, sob o capitalismo mundial, universaliza-se. As desigualdades, tensões e contradições generalizam-se em âmbito regional, nacional, continental e mundial, compreendendo classes sociais, grupos étnicos, minorias, culturas, religiões e outras expressões do caleidoscópio global” (IANNI *apud* SOARES, 2006:8).

Giddens (1991) recupera os argumentos de Immanuel Wallerstein e afirma que desde o princípio o capitalismo foi um assunto da economia mundial, de modo que nunca se restringiu ao particular, nunca cedeu às aspirações que tentavam enquadrá-lo nos limites nacionais; sempre foi “genuinamente global”. O autor identifica quatro dimensões constituintes do processo de globalização: Economia Capitalista Mundial, Sistema de Estado-Nação, Divisão Internacional do Trabalho e Ordem Militar. Essas dimensões interagem de modo a proporcionar “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991:73).

Para Gorender (1997), o conceito de globalização nada mais é que a intensificação do processo de “criação do mercado mundial nascido com o próprio capitalismo”. Já Lênin define a globalização como a “divisão territorial de todo o mundo entre as maiores potências capitalistas”, tese defendida em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Para ele:

(...) sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro, com as colônias e com as esferas de influência dos maiores grupos monopolistas, a marcha – natural – das coisas levou estes a um acordo universal, à constituição de cartéis internacionais. É um novo degrau da concentração mundial do capital e da produção, um degrau incomparavelmente mais elevado que os anteriores (LENIN, 1975:85).

Nesse sentido, os novos padrões de superexploração da classe trabalhadora são impostos pela expansão capitalista a partir dos oligopólios transnacionais e têm como base o progresso tecnológico e a desregulamentação dos mercados mundiais, o que determina uma nova divisão internacional do trabalho, “uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como forma de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas” (POCHMANN, 2001:29).

A análise de Maxime Durand (1992) ressalta que o processo de mundialização do capital vai além de uma mera “divisão do trabalho entre o Norte e Sul”. Para o autor, três grandes zonas estariam fortemente hierarquizadas com o intuito de direcionar a nova dinâmica da economia mundial: Estados Unidos, Japão e Europa, cada um responsável por controlar e sustentar relações estreitas com regiões e continentes específicos.

A partir daí há uma reconfiguração da geopolítica mundial¹⁵, sujeita a mudanças em decorrência das relações de força e poder baseadas não só em dimensões econômicas, bem como em hierarquias e distintos contextos políticos, sucessivos e inacabados ajustes, decisões públicas e privadas (multidimensionais e multicausais), nas quais determinados países são subordinados a outros hierarquicamente mais fortes, o que explicita uma imbricação indissolúvel entre os planos econômico, social, político e cultural (DRUCK, 1999).

Marini (2012) afirma que não há nenhuma explicação de um fenômeno político que seja boa o suficiente quando esta o reduz a um só elemento. Em um mundo cosmopolita, ou seja, que transcende a divisão geopolítica, “ninguém negaria a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se trata de uma economia como a daquelas denominadas *centrais, dominantes* ou *metropolitanas* e de um país periférico, subdesenvolvido” (MARINI, 2012:73).

Outro importante fator que caracteriza a expansão e a internacionalização do capital é a revolução tecnológica, tida por muitos estudiosos como um dos principais pilares que impulsionaram o processo de globalização¹⁶. Corroborando essa tese, Hobsbawm afirma que além de inúmeras imersões no desconhecido, após o fim da Segunda Guerra, o setor químico e farmacêutico despontou com inovações; “o capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a citação de Crosland, um sistema ‘reformado a ponto de ficar irreconhecível’, ou, nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillian, uma ‘nova’ versão do velho sistema” (HOBSBAWM, 1995:265).

O impacto da pesquisa de ponta nas áreas da tecnologia da informação e genética tornou-se mais expressivo, sobretudo após a crise de 1973. Essas características se intensificaram a partir da ideia de instantaneidade gerada graças às novas formas de comunicação e transmissão das informações, possibilitadas pelas novas

¹⁵ Para explicar essa reconfiguração da geopolítica mundial, Soares estabelece uma divisão de tarefas na qual os Estados Unidos detêm o controle do continente americano, a Europa desenvolve relações com o Leste e o Mediterrâneo, e o Japão com o sudeste asiático (SOARES, 2001:60).

¹⁶ Nesse sentido, Druck (1999:17), destaca: “A mudança da base técnica da produção de bens e serviços, com a introdução da microeletrônica, propicia a constituição de meios de comunicação informatizados, através dos quais a realização dos investimentos acontece quase simultaneamente à tomada de decisões por parte dos capitalistas. Isto fica mais visível no mercado financeiro, onde as operações que envolvem somas vultosas de dinheiro podem ser feitas entre regiões e países de lados opostos do planeta. Qualquer investidor pode ter – através das redes informatizadas – todas as informações sobre o movimento de todos os negócios nos principais mercados financeiros do mundo”.

tecnologias, trazendo “profundas alterações no âmbito da produção, nas relações de trabalho, no comércio nacional e internacional, nas finanças, na esfera política e em inúmeros aspectos da vida social” (SCHAFF; 1993; LOJIKINE, 1990, 1995, in GORENDER, 1997).

Não resta nenhuma dúvida de que a modernização da economia capitalista trouxe consigo a competitividade de mercado, a produção de novos bens de consumo, além da geração de novas atividades no mundo do trabalho. Teses desenvolvidas pelos defensores da “competitividade intercapitalista” atribuem a expansão da globalização, única e exclusivamente, à competitividade econômica, sustentada na evolução e na modernização (inexoráveis) da tecnologia. Na visão de Druck, essas teses carecem de uma análise mais precisa, visto que não refletem a realidade existente, estando “[...] limitadas por uma visão exclusivamente objetiva da realidade – do mercado –, em que ficam de fora os sujeitos sociais, ou apenas se reconhece a existência de um único sujeito” (DRUCK, 1999:18).

Porém, não é possível afirmar categoricamente que o desenvolvimento tecnológico foi o único fator responsável pelo início da globalização, a despeito do avanço das tecnologias terem propiciado, no plano material, uma guinada da globalização, bem como da constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital. No campo das determinações políticas, ocorridas fundamentalmente nas décadas posteriores aos anos 1970 e 1980, em meio aos sucessivos ataques da burguesia aos direitos e conquistas da classe trabalhadora, é que a globalização foi concebida (ALVES, 2005).

O processo mundial chamado globalização se caracteriza pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que diz respeito às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas de cada país (MARINI, 1997:90).

Conforme Lênin (1975) explicita, a atual fase do capitalismo visa expandir inexoravelmente seu regime de acumulação. Para alcançar tal objetivo, todas as medidas tomadas confluem para uma maior influência política das grandes potências econômicas e, conseqüentemente, para o fracionamento territorial do globo com as potências capitalistas do mundo, a partir de uma “política colonial de dominação monopolista dos territórios do globo” e do maior cerceamento e dominação dos pequenos países “em desenvolvimento”. Não é à toa que os monopólios capitalistas (cartéis, sindicatos,

trusts) são elementos essenciais para a definição da passagem do capitalismo a um regime superior, visto que a produção capitalista

(...) chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo (...) ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha de traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (...) concentração da produção muito elevada e surgimento dos monopólios; a fusão do capital bancário com o industrial e o surgimento, com base neste capital financeiro, de uma oligarquia financeira¹⁷; a exportação de capitais assume importância especial; a formação de associações monopolistas internacionais que partilham o mundo entre si (LÊNIN, 1975:107-108).

Isso esclarece os traços principais¹⁸ do desenvolvimento capitalista, uma vez que são levantadas questões indispensáveis ao extenso debate acerca do caráter imperialista da globalização. Diversos teóricos, entre eles, Durand (1992); Soares (2011); Frigotto (1998), Marini (1997) e Marques (1996), têm demonstrado que os reflexos dessa expansão do domínio do modo de produção capitalista, feita através da globalização, não só por intermédio da economia, mas também por meio de um instrumental político, cultural etc., têm implicações duríssimas para a classe que vive do trabalho. Exemplos disso são salários reais mais baixos e piores condições de trabalho, desregulamentações, flexibilização de leis trabalhistas, desemprego estrutural, perda de conquistas e maior divisão entre os trabalhadores (subcontratados, empregados e não empregados, efetivos e terceirizados, precarizados, fixos, estagiários e temporários), sem contar o trabalho escravo e semiescravo nos campos e no agronegócio.

Uma fragmentação da consciência e solidariedade de classes sem precedentes, aliada a métodos cada vez mais regressivos, capazes de elevar, concomitantemente, as taxas de lucro e mais-valia, conforme observado por Marini (1973), superexplorando a força de trabalho através da intensificação da jornada de trabalho e visando beneficiar, fundamentalmente, as relações de produção do capital. Por esse motivo é que Santos (2011) advoga uma “outra globalização” e considera toda essa tirania imposta às camadas mais baixas da sociedade como produto do “globalitarismo”.

¹⁷ Sobre o processo de concentração de capitais via fusões e aquisições e o estabelecimento dos oligopólios em escala mundial, ver Chesnais, 1996.

¹⁸ Surgimento dos blocos regionais, ampliação da concorrência em todo o mundo e o predomínio cada vez maior dos mercados regionais e mundiais sobre os mercados internos domésticos, seguidos do *capital financeiro*, que assume características parasitárias, de dominação e especulação; *toyotismo* como forma de organização do trabalho e mudanças tecnológicas (informática e microeletrônica) seriam alguns dos pilares do rearranjo econômico, político e social denominado *reestruturação produtiva*; *Reforma dos Estados*, com repasse de capital para vários setores capitalistas, retirando-o das aplicações anteriores em saúde, educação e previdência. Um grau nunca antes visto de concentração e centralização do capital (SOARES, 2011:60-61).

A mundialização do capital, além de combinada e desigual, é marcada pela supressão de direitos e conquistas trabalhistas. De acordo com Chesnais:

O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos “novos países industrializados” que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento (...) A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização – de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (...) A implementação da “produção sem gorduras de pessoal” (*lean production*) não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. O efeito combinado das tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de construir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzir proteção social, bem perto de suas bases principais (CHESNAIS, 1998:33-35).

Dessa maneira, estaria desenhado o processo de dependência dos países de “subdesenvolvidos” aos oligopólios mundiais, assim como a dominação das nações da periferia do capitalismo pelos países centrais, num processo adjacente ao movimento de mundialização do capital. No plano da conjuntura internacional, Druck (1999) aponta que essas novas formas de rearranjo do capitalismo foram desencadeadas pelo desenvolvimento de uma situação de crise, que necessita de uma reordenação do mercado e uma organização social e política que consiga agregar em seu projeto todas as nações do mundo. Tais medidas são recorrentes em tempos de crise econômica, pois visam estabelecer uma agenda política que legitime os projetos de austeridade fiscal e a consequente retirada de direitos para a manutenção desigual da ordem do capital.

A seguir serão vistas as implicações acarretadas pela globalização e mundialização da economia capitalista nos modos de organização social do trabalho.

2.2 A Organização Social do Trabalho no Século XX: do taylorismo à crise do fordismo

O final do século XIX e o início do século XX foram um período em que o conhecimento científico manifestava-se com bastante poder de influência em várias áreas da produção industrial, melhor revelando-se com base nos avanços provenientes

da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Nesse período foram criadas as Associações para o Progresso da Ciência; as áreas que mais obtiveram destaque foram as ciências naturais, a medicina, a filosofia e a física.

Com base na efervescência científica da época, Frederick Winslow Taylor formulou novas técnicas para organização e gestão do trabalho a partir de suas experiências práticas como operário de uma fábrica, começando a estudar os tempos e movimentos realizados pelos operários em cada operação e manuseio dos instrumentos de trabalho – o “taylorismo” ou a “administração científica do trabalho”. Assim, surge nos Estados Unidos um novo padrão de gestão do trabalho que levaria o país a sobressair como uma potência mundial. A partir daí a “gerência científica” seria decisiva no desenvolvimento de diversas áreas como a elétrica, eletrônica, química, telecomunicações, metalurgia, construção naval etc. (DRUCK, 1999).

Outro fator decisório na vida e obra de Taylor foi a religião protestante. Por ser um calvinista convicto e descendente dos *quakers* (seita puritana que pregava a eleição divina), ele obteve influência da ascese religiosa que, direta ou indiretamente, exerceu papel positivo na formação do ambiente familiar racionalizador em que foi criado. De acordo com André Fourgeaud (1929), a obra de Taylor está recheada de elementos religiosos, como: a vida sã, a moral trabalho, o ambiente de pureza, o ideal de emancipação humana, não só no aspecto moral e religioso, mas também no intelectual, político e social. O empresário tem uma “função providencial” e deve desempenhá-la da melhor forma possível, pois ela é fruto da benevolência de Deus. O predomínio dessas ideias levou-o a tornar-se o apóstolo do “pragmatismo econômico-protestante” (FOURGEAUD, 1929; RAMOS, 2008).

De acordo com Harvey (1996), o pensamento de Taylor tinha raízes de longa ancestralidade, remontando aos experimentos de pensadores como Gilbreth, na década de 1890, e a obras de escritores também do século XIX, como Ure e Babbage, pensadores a quem Marx tecia inúmeros elogios, por considerá-los relevantes.

Na visão de Taylor, a gerência científica tinha como objetivo central:

(...) assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado. Para o empregador, isto significa obter grandes dividendos, o desenvolvimento de seus negócios. Para o empregado, além de salários mais altos, há um fato de maior importância: o aproveitamento dos homens de modo mais eficiente (...) Em todo o mundo industrial grande parte das organizações de empregadores, bem como de empregados, procura a guerra, antes que a paz (...) (TAYLOR, 1970: 31-32).

Edificado na dicotomia entre planejamento e execução, o método de Taylor obteve sucesso porque conseguiu criar um sistema cujo objetivo era estruturar a organização administrativa do trabalho. Além do controle do ambiente de trabalho, otimização do tempo¹⁹, consenso entre patrão e operário a fim de gerar maior benefício para os envolvidos na produção, buscava desenvolver uma nova ética. Para tanto, combatia duramente o “fazer cera”, a preguiça e a vadiagem no ambiente de trabalho, atestando que em inumeráveis situações, “em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre (o operário) procura fazer menos do que pode realmente – e produz muito menos do que é capaz” (TAYLOR, 1970:34).

Na administração científica, a iniciativa do trabalhador (que é seu esforço, sua boa vontade, seu engenho) obtém-se com a absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema; e em acréscimo a essa vantagem referente ao homem, os gerentes assumem novos encargos e responsabilidades, jamais imaginados no passado. À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para a execução de seu trabalho diário. Além de desenvolver desse modo uma ciência, a direção exerce três tipos de atribuições que envolvem novos encargos pesados para ela. Essas novas atribuições podem ser agrupadas nos quatro títulos abaixo: Primeiro – Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos. Segundo – Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia. Terceiro – Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida. Quarto – Manter uma divisão equitativa de trabalho e de responsabilidades entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais aparelhada do que o trabalhador, ao passo que no passado quase todo o trabalho e a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário (TAYLOR, 1970, p. 49-50).

É abundante o número de intelectuais que afirmam que o advento do taylorismo representa um processo de mecanização do trabalho. Entre eles estão: Graça Druck (1999); Harvey (1993); Soares (2006); Moraes Neto (1989) etc. Esse processo de mecanização não veio acompanhado de uma introdução de maquinários; o que houve, na verdade, foi um maior controle do capital sobre o trabalho, uma expropriação do

¹⁹ Além do controle do tempo, Taylor esclareceu ainda os elementos práticos que deveriam ser aplicados para que todas as condições previstas viessem a ser satisfeitas. Entre esses elementos, alude-se aqui aos principais: a) chefia numerosa e funcional (em contraposição ao velho sistema do contramestre único); b) padronização dos instrumentos e materiais utilizados, como também de todos os movimentos dos trabalhadores para cada tipo de serviço; c) necessidade de uma seção ou sala de planejamento; d) fichas de instrução para os trabalhadores; e) ideia de “tarefa” na administração, associada a alto prêmio para os que realizam toda a tarefa com sucesso; f) pagamento com gratificação diferencial (TAYLOR, 1970 *apud* PINTO, 2013, p. 30).

saber operário visando incorporar o trabalho ao capital. Doravante, o modelo de produção capitalista estabeleceria o absoluto controle do fazer operário na era industrial, como aponta (Harvey, 1993:119): “a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho”.

Para os propósitos da acumulação capitalista do “sistema fábrica”, iniciado com o taylorismo, como identifica Druck (1999), era necessário controlar a força de trabalho, as capacidades físicas e mentais, o tempo gasto na produção, visando maiores lucros e maior produtividade, além de um maior controle social capaz de favorecer o fortalecimento das relações de dominação capitalista. Uma vez que o controle social começa na fábrica (aqui entendida como lócus da realização do trabalho, onde há confronto de diferentes perspectivas de mundo, um espaço político em que as relações de poder e dominação emergem numa busca incessante por hegemonia), a realização dessa empreitada só poderia vir com alguma mistura de repressão, cooperação, cooptação e familiarização, elementos que deveriam ser construídos não só no “chão da fábrica”, mas na sociedade como um todo (HARVEY, 1992).

O que Marx delineou como características inerentes à “grande indústria” tornar-se-ia uma realidade a partir das novas práticas de gestão do trabalho, que tinham como objetivo incorporar um novo “modo de vida”, uma nova sociabilidade, um novo modo de ser, uma ruptura com os hábitos antigos para a chegada de novos costumes e tradições. No entanto, a busca pela hegemonia sobre os processos de trabalho não se deu de maneira pacífica, pois os operários construíram formas de resistência que se estenderam para diversos países além dos Estados Unidos.

Devido a peculiaridades históricas, o sistema Taylor encontrou diversas dificuldades de aceitação na França. Apenas os processos técnicos foram propagados; já os princípios sobre direção de pessoal foram deixados de lado por serem “pouco apropriados ao caráter do operário francês” (RAMOS, 2008; DRUCK, 1999). A resistência ao taylorismo foi tão abundante que não produziu somente uma aversão ao modelo científico de organização do trabalho, mas incontáveis formas militantes de tradição que se contrapunham ao processo de racionalização, não só na França, mas também na Inglaterra, destacando-se como outro importante reduto de resistência (MONTGOMERY, 1985; LEITE, 1994).

Na Rússia, o sistema Taylor assumiu uma variante chamada de estakhanovismo²⁰. Os estakhanovistas eram operários qualificados que se prepararam em escolas especiais durante os anos dos dois primeiros planos quinquenais. Para Lenin, a prática da gerência científica,

(...) tal como todos os progressos do capitalismo, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho (...). É preciso apoiar e impulsionar com todas as forças este trabalho. (...) Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemática. Ao mesmo tempo, caminhando para a elevação da produtividade do trabalho, é preciso ter em conta as particularidades do período de transição do capitalismo para o socialismo (LÊNIN, 1980:574).

E continua:

O negativo no sistema Taylor é que foi aplicado na escravidão capitalista e serviu de meio para extrair dos operários uma quantidade dupla ou tripla de trabalho com o mesmo salário, desprezando qualquer consideração acerca da capacidade dos operários assalariados para render, sem prejuízo para seu organismo, essa quantidade dupla ou tripla de trabalho em igual número de horas. A República Socialista Soviética enfrenta uma tarefa que pode ser formulada em poucas palavras, do seguinte modo: devemos implantar em toda a Rússia o sistema Taylor e a elevação científica da produtividade do trabalho conseguida pelos norte-americanos, conjugando este sistema com a redução do tempo de trabalho, com o emprego de novos métodos de produção e de organização do trabalho, sem prejudicar, por mínimo que seja, a força de trabalho da população trabalhadora. Ao contrário, a aplicação do sistema Taylor, corretamente dirigida pelos próprios trabalhadores se estes são bastante conscientes, será a melhor garantia para que no futuro se possa reduzir enormemente a jornada obrigatória de toda a população trabalhadora, será a melhor garantia para que num período bastante breve realizemos o objetivo que se pode expressar aproximadamente da seguinte maneira: seis horas de trabalho físico para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho para a administração do Estado (LÊNIN, 1988a, p. 120-121).

Assim, os *Princípios da Administração Científica* conquistaram destaque não só nos Estados Unidos, mas em números países, servindo para a constituição de bases objetivas para a implementação do que viria a ser o sistema fordista de organização do trabalho. É com base nessa constatação que Pinto (2013); Soares (2006); Braga (1995) e Aglietta (1979) enfatizam ser o fordismo uma adequação mais refinada de dispositivos

²⁰ O nome do movimento estakhanovista adveio do seu promotor, o mineiro Alexei Stakanov. Antes de Stakanov, Nikita Izotov já havia estabelecido recordes sem precedentes na extração do carvão. O exemplo de Stakanov, que a 31 de agosto de 1935 extraiu, numa só jornada, 102 toneladas de carvão, ou seja, 14 vezes mais que o normal, marcou o começo de um movimento de massas dos operários e dos kolkosianos pela elevação dos níveis de rendimento, por um novo desenvolvimento da produtividade do trabalho. Ver mais em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/stakanovismo.htm>>. Acessado em 11/11/2015.

tecnológicos e organizacionais tayloristas, a fim de intensificar cada vez mais o trabalho, solidificando uma vasta rede de mecanismos capazes de constituir uma soberania no campo político, econômico e social.

Henry Ford (1862-1947) nasceu nos Estados Unidos e esteve envolto, desde muito cedo, em um cenário de constante pesquisa e debate científico. Aos 16 anos já trabalhava em uma oficina, onde desenvolveu habilidades de inventor, montando e testando motores de combustão a alta pressão, tempo no qual realizou muitos experimentos. Construiu, aos 32 anos, o seu primeiro carro e, à medida que sucessivas descobertas no âmbito automotivo eram feitas, seu trabalho tornou-se cada vez mais reconhecido. Em meados de 1903, na cidade de Detroit, estabeleceu o que viria a ser a primeira planta de sua empresa, Ford Motor Company, que foi por muitas décadas a maior fabricante de veículos automotores do mundo.

Ford exerceu muitas ocupações na empresa de que era dono, entre elas, a função de proprietário majoritário e diretor-geral (atividades comuns aos administradores da época), sendo o responsável por criar o método que melhorou não só o desempenho de sua própria companhia, mas que influenciou a gestão do trabalho no mundo inteiro. A despeito de exercer a função de dono e administrador de sua empresa, nunca abandonou o ofício de pesquisador dos veículos que fabricava, além de estar sempre a observar seus funcionários e o modo como fabricavam as peças e os veículos por ele projetados (MONTELLO, 1995).

A versatilidade de Ford fez com que ele conjugasse áreas como Engenharia de Produto e Engenharia de Processo, o que o colocou à frente de seu tempo, visto que foi a partir das novas práticas aplicadas na gestão que ele conseguiu

ampliar uma série de inovações tecnológicas e organizacionais já em curso no início do século XX, entre as quais o taylorismo, em franca expansão na gestão do trabalho em empresas metalúrgicas de grande porte nessa época. Cumpre esclarecer, entretanto, que sua principal genialidade consistiu, sobretudo, em ter imaginado a possibilidade de inculcir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados (PINTO, 2013:34).

É farta a quantidade de autores que refletem sobre o fordismo; muitos são os aparatos conceituais que tentam compreender esse fenômeno tão marcante na história do capitalismo. Autores como Soares (2006) e Braga (1995) afirmam que o fordismo ou a organização fordista do trabalho, em um nível global, tem como características: o

trabalho em cadeia, com mecanismos rígidos de produção; a necessidade de pensar reduzida ao mínimo; a separação radical entre fazer e o saber, com um ritmo extenuante ditado pela máquina. Em um nível menos global, o fordismo remete a um princípio de organização da produção que compreende um paradigma tecnológico, uma forma de organização e estilo de gestão do trabalho²¹.

Um elemento característico do fordismo é a sua inexorável relação com as experiências orquestradas pelo taylorismo que, conforme Pinto, “em termos de organização do trabalho com o objetivo da produção de massa, somente puderam ser realizadas sobre a plataforma da divisão técnica e minuciosa das funções e atividades entre numerosos agentes, conforme fora desenvolvido pelo sistema taylorista” (PINTO, 2013:35). Os indícios dessa correlação são mais evidentes a partir da análise do texto intitulado *Minha vida e minha obra* de Ford (1995), onde ele tece elogios às ideias defendidas por Taylor²².

Não há quem não reconheça que, em se tratando do debate do conceito de fordismo, cai-se num terreno espinhoso e bastante controverso, devido às inúmeras definições no âmbito do debate acadêmico. Portanto, por diversas razões, acaba-se por cometer inúmeros equívocos conceituais, que implicam uma polêmica em torno do processo de reestruturação produtiva e de suas mutações no âmbito do trabalho, o que

²¹ Pinto (2013) entende a linha de montagem fordista como “um mecanismo de transferência, que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados, e assim são transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser, então, retirado dessa linha, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabados; um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que tem para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), e a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo” (PINTO, 2013:36).

²² “Necessariamente o trabalho de muitos homens tem de ser pura repetição de movimentos, pois de outro modo não se pode conseguir sem fadiga a rapidez da manufatura que faz descer os preços e possibilita os altos salários. Algumas das nossas operações são excessivamente monótonas, mas também são monótonos muitos cérebros; inúmeros homens querem ganhar a vida sem ter de pensar – e para estes a tarefa unicamente de músculo é boa. Possuímos em abundância tarefas que exigem cérebro ativo, e os homens que no trabalho de repetição se revelam de mentalidade ativa não permanecem nele muito tempo” (FORD, 1995:148-149).

acarreta imprecisões na demarcação conceitual e impede o discernimento dessa época particular do capitalismo.

Os autores não usam os conceitos da mesma forma. Em particular, o termo central do debate, o fordismo, pode ser, e é efetivamente, utilizado de maneiras bastante diferentes. Para alguns, ele é aproximadamente sinônimo de taylorismo, produção em massa e linha de montagem. Para outros, fordismo se refere a um modo de vida global. Enquanto uns limitam sua aplicação ao processo de trabalho e aos métodos de gestão, outros querem assentá-lo num conjunto de conceitos gerais que servem para entender as sociedades em sua totalidade. Realmente, para os teóricos da Escola da Regulação, o fordismo é uma premissa científica que, empregada no âmbito de seu aparato conceitual geral, permite identificar uma época particular do capitalismo – aquela em que a produção em massa prosperou, as rendas reais aumentaram regularmente e o consumo em massa desenvolveu-se em ritmo acelerado (WOOD, 1991, p. 31).

Em sua proeminente obra *Regulação e Crises do Capitalismo*, Michel Aglietta (1979) analisa a sociedade americana²³ e constata o desenvolvimento incompleto do fordismo no mundo. Para o autor da Escola da Regulação, além da superação do taylorismo, o fordismo é entendido como

um conjunto de importantes transformações do processo de trabalho intimamente ligadas às mudanças nas condições de existência do trabalho assalariado que dão origem à formação de uma norma social de consumo e que tendem a institucionalizar a luta econômica de classes na negociação coletiva. O fordismo é um exemplo claro da tese marxista de que a divisão técnica do trabalho está determinada pela intensificação da divisão social do trabalho. (...) O fordismo é, pois, o princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo, que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado. (...) O processo de trabalho característico do fordismo é a cadeia de produção semiautomática. O fordismo retoma e aplica de forma mais eficaz os princípios do taylorismo a fim de intensificar cada vez mais o trabalho. Sobre bases mais elevadas, o fordismo desenvolve a mecanização e aumenta a intensidade do trabalho, aprofundando radicalmente a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (AGLIETTA, 1979:93-94).

Para os regulacionistas, o fordismo tem duas grandes características fundamentais: a primeira situa-se em um nível mais global (modo de desenvolvimento); a segunda ancora-se em um nível mais restrito (o princípio da organização da produção). Em nível global, o conceito de fordismo designaria o modo de

²³ Clarke (1988) afirma que “o modelo de Aglietta foi formulado tendo em vista a experiência norte-americana como um tipo ideal construído para medir o desenvolvimento incompleto do fordismo em determinados países e, por contraste, pode avaliar a profundidade da crise do fordismo. Isso deveria permitir a elaboração de uma gama de tipologias históricas comparativas dos ‘regimes de acumulação’ e dos ‘modos de regulação’. Dada a impossibilidade de identificar as formas puras do fordismo no terreno do real, os regulacionistas tomaram como certo o fato de que a crise dos anos 20 teria sido uma crise do modo de acumulação extensivo, enquanto a dos anos 70 foi uma crise da regulação fordista” (apud Braga, 1995:102).

desenvolvimento, articulação de um regime de acumulação (intensivo) e um modo de regulação enquadrado dentro do capitalismo (monopolista, que marca uma fase específica do desenvolvimento do capital, a chamada fase “Era de Ouro”, sobretudo nos países capitalistas; ou seja, os anos de prosperidade nunca antes vistos do pós-guerra). Tal modelo de desenvolvimento pode ser enquadrado no que concerne a suas características básicas como “círculo virtuoso” da acumulação. O eixo central da engrenagem deste círculo residiria em um tipo de barganha²⁴ entre capital e trabalho, pactuado no âmbito dessas formações sociais (BRAGA, 1995:84).

O resultado do pacto estabelecido entre capital e trabalho foi o progresso tecnológico e social que, se de um lado era conduzido por trabalhadores intelectuais, do outro salvaguardava a extensão do reino da mercadoria, o que só poderia ser feito com a existência do operário coletivo de massa, que trabalha em uma indústria bastante verticalizada/centralizada, marcada por uma hierarquia meticulosa, pouco democrática e extremamente inflexível nos postos de comando, com o intuito não só de obter lucros estratosféricos, mas de criar uma sujeição comum a todos e constituir uma hegemonia capaz de controlar os trabalhadores também no plano ideológico.

Conforme afirma Antonio Gramsci (1989), em *Americanismo e fordismo* (obra que segundo Tude de Souza (1992) exprime com precisão as formas de revolução passiva e guerra de posição), a classe dominante organiza toda vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos que dão direção política à sociedade civil, endossando valores que corroboram o objetivo político de sustentação do *status quo*. Associado à construção dessa hegemonia, estava em execução o “maior esforço coletivo” visando conceber um tipo novo de homem e de trabalhador.

Esse “novo homem” só poderia ser concebido diante de uma nova ordem econômica, política e social, implementada por setores do patronato industrial, em resposta aos conflitos econômicos, culturais e de classe na sociedade norte-americana.

²⁴ Para Boyer, a “barganha” pode ser apresentada, fundamentalmente, da seguinte forma: “(...) de um lado, reconhecia-se o papel de dirigentes e proprietários de empresas na liderança e iniciativa no tocante à organização do processo produtivo e na tomada de decisões estratégicas quanto aos mercados e investimentos. De outro lado, os sindicatos lutavam para conquistar a maior parcela dos ganhos de produtividade associados à difusão e consolidação das normas fordistas de produção e consumo” (BOYER, 1989:8).

Assim, a regulamentação das relações de emprego (a partir das negociações coletivas) e o amplo reconhecimento dos sindicatos como interlocutores sociais traduziam-se em características tipicamente fordistas que visavam um equilíbrio geral entre salários e lucros, alcançado através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado. Para tanto, foi fundamental a recomposição do trabalhador coletivo de acordo com as novas demandas da racionalidade produtiva imposta ao mundo do trabalho, atrelada à difusão de um novo modelo de relações industriais e a um equilíbrio entre as leis gerais do mercado (oferta e procura), obtido por meio de políticas macroeconômicas keynesianas, enquanto a educação, o treinamento e a socialização do operário-massa eram destinados às instituições de massa de um *Welfare State* burocrático (BRAGA, 1995; CLARKE, 1991).

Soares (2006) resgata autores como Gramsci (1983) e Tude de Souza (1992) para enumerar quatro pontos essenciais ao entendimento desse período:

- I. A racionalização do trabalho como expressão da mudança de escala dos investimentos industriais, ora voltados à produção em massa e subordinados ao capital financeiro; a organização de uma economia programática que desse sustentação a “um movimento progressista” no interior do qual se deveria “manipular” e “racionalizar” as forças subalternas ou aliadas com a transição do velho individualismo econômico para a economia programática (GRAMSCI, 1983:375-376).
- II. A montagem de toda uma vasta rede de aparelhos (públicos e privados) veiculadores de novas formas de controle das classes trabalhadoras, e particularmente de seu núcleo operário, na esfera da produção e da reprodução;
- III. A difusão e a inculcação de ideologias puritanas, e em especial, de uma forte religiosidade junto às novas camadas do proletariado urbano-industrial, com a migração organizada de valores e tradições rurais, levando não só a uma composição demográfica mais racional, mas principalmente mais coerente e coesa, culturalmente falando;
- IV. E, finalmente, a constituição de uma nova classe média integrada pelos quadros técnicos e gestores da produção racional, a qual passa a compor uma nova relação de forças no interior do salariado industrial norte-americano (TUDE DE SOUZA, 1992 *apud* SOARES, 2006:21).

Conforme Braga (1995), uma das características da Escola Francesa da Regulação foi a constante preocupação em desvelar os motivos pelos quais os mecanismos reguladores que propiciaram o desenvolvimento do capitalismo desintegravam-se brutalmente após a crise de 1973. O interessante nessa análise é que, a despeito de o capitalismo ter podido crescer 28 anos de maneira ininterrupta e razoavelmente estável, o cerne da crise tinha forte relação com a queda da acumulação do capital. Essa afirmação, de acordo com os principais teóricos do regulacionismo (AGLIETTA, 1979; BOYER e MISTRAL, 1983; BOYER, 1990 e CORIAT, 1985), é unânime, pois ao explicar os aspectos inerentes à crise econômica dos anos 1970, o

padrão de acumulação – sobretudo a partir da queda verificada nos ganhos de produtividade – aparece como eixo central da crise orgânica do fordismo.

Katz (1992), um dos mais proeminentes críticos da Escola Francesa da Regulação, dedicou-se à análise das premissas levantadas por essa Escola e constatou as possíveis saídas teóricas para a tal crise: “existem entre os regulacionistas diversas opiniões sobre a conclusão ou a persistência desta crise, mas todos coincidem em caracterizar as saídas ‘pós-fordistas’ em curso, partindo do pressuposto de que elas se desenvolverão sob o regime capitalista” (KATZ, 1992:28).

Ao discorrer sobre a crise, acrescenta que:

(...) a “Regulação” [a Escola] ignora que os “pactos sociais”, as “gestões monetárias” e os “fordismos” são apenas formas de perpetuação da acumulação capitalista, que se nutre da propriedade privada dos meios de produção que detém a burguesia. Os homens não fazem e desfazem “regimes de acumulação” guiados pela sabedoria das “instituições” ascéticas e servidoras do progresso geral, mas atuam de acordo com os interesses sociais e amoldam este fim à ação das superestruturas que têm criado. (...) Abstraídas da economia mundial, as detalhadas diferenças entre “taylorismo”, “fordismos” e “pós-fordismos” apresentadas pelos “regulacionistas” tornam-se duplamente inexplicáveis, já que o principal impulso às transformações do processo de trabalho e das formas de gestão empresarial provém da disputa constante pelo lucro, pela mais-valia, que é imposta pela concorrência mundial dos capitalistas. (...) O “fordismo” que chama a atenção da [Escola da] “Regulação” não apresenta uma transformação essencial das características do capitalismo, nem mesmo uma etapa no desenvolvimento histórico deste sistema, como foi o livre câmbio, a acumulação primitiva ou o imperialismo. (...) O que descrevem [os “regulacionistas”] como a passagem do “taylorismo” ao “fordismo” e ao “pós-fordismo” são as transformações que a burguesia impõe na organização social do trabalho com o objetivo de implementar a taxa de mais-valia e reforçar (ou recuperar) seu maior controle dos movimentos e os tempos da atividade do operário (KATZ, 1992:28-29).

Com o esgotamento do “paradigma industrial”, a queda do “regime de acumulação”, e conseqüentemente, a fragmentação de todas as relações sociais, institucionais, econômicas e monetárias – oriundas de seu “modelo de regulação” –, as bases para o surgimento de um novo regime, de uma nova consciência, de um novo modo de ser e conceber a realidade (capaz de reestruturar o capitalismo) estariam lançadas.

2.3 A Reestruturação Produtiva da Economia e suas Consequências: o debate da centralidade do trabalho e a crise do sindicalismo

Durante a década de 1970, profundas transformações marcaram o mundo do trabalho. Entre elas consta o processo de reestruturação produtiva, responsável pelo desenvolvimento de novas formas de produzir mercadorias, além de ser um marco na “nova divisão internacional do trabalho”. Após o dismantelamento da estrutura produtiva, os gestores da comunidade financeira internacional ocuparam-se em criar estratégias capazes de melhorar a desenvoltura econômica do período que ficou marcado por alterar a vida de milhões de trabalhadores.

Para Perondi (2011:55), a crise financeira e comercial que as economias dos países centrais enfrentavam, caracterizada pela dificuldade de manter os níveis de produção e crescimento do período pós-guerra, foi agravada pela crise do petróleo e pela alta dos preços dos barris à época. Mészáros (2002) destaca que esse período representou muito mais que apenas uma recessão econômica, pois teve em seu DNA a materialização do fenômeno da crise estrutural do capital. Não se trata de uma crise “cíclica”, o que é recorrente na dinâmica do capital, e sim da expressão do sistema sociometabólico do capital, que no atual estágio não consegue sanar todos os antagonismos oriundos da produção capitalista; com isso, a reestruturação produtiva adquire papel fundamental.

A saída encontrada para a superação dessa crise foi um novo rearranjo da estrutura produtiva, cujas características principais foram o estímulo ao livre comércio, o fim do Estado keynesiano²⁵ e do *Welfare State*, além do desmonte dos serviços públicos e das novas formas de regulamentação do trabalho, que tinham como intenção a diminuição de custos na produção e a intensificação da exploração dos trabalhadores, a fim de salvar o modelo de acumulação capitalista da época.

No centro dessas novas transformações perpassadas pela economia mundial, estava o *Consenso de Washington* que, utilizando-se de medidas de ajuste macroeconômico, teve um papel fundamental na criação, execução e aperfeiçoamento de novas regras que visavam promover o ajuste necessário ao desenvolvimento econômico. Entre essas “regras” estavam: redução dos gastos públicos, disciplina fiscal, juros de mercado, reforma tributária, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização de empresas estatais, desregulamentação e desburocratização e direito à propriedade intelectual.

²⁵ O economista John Maynard Keynes postulou que o Estado deveria dirigir a política econômica. Suas ideias deram origem ao que ficou conhecido como *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).

Ao longo da história do capitalismo, é frequente a transferência das sequelas produzidas por sua dinâmica destrutiva para os setores mais explorados. O objetivo dessa estratégia é deslocar e conter, ainda que por um curto espaço de tempo, as crises cíclicas inerentes ao próprio sistema. Nesse sentido, José Lima Soares recupera os principais argumentos de Tude de Souza (1994), referentes à reestruturação produtiva do capital em quatro principais eixos:

1- A crise atual resulta da conjugação de contradições, antagônicas e secundárias, gestadas no contexto da acumulação monopolista e do processo de expansão imperialista recente; 2- O esgotamento dos esquemas de acumulação, dadas a tendência de superacumulação, combinada com a saturação dos mercados internos e consumo de massa, e as diversas formas de resistência, contestação e negociação que se impõem no mundo do trabalho; 3- A busca de novos mercados, com a acentuação da concorrência internacional e a elevação dos custos de manutenção do imperialismo norte-americano (crise de Breton Woods e desindexação dólar-ouro); 4- A reação norte-americana contra o Japão e a Europa, que se seguiu à desvalorização do dólar-USA, e o conseqüente aumento dos preços de petróleo, desencadeando em 1973 o chamado choque do petróleo, o que levou à atual corrida tecnológica e à elevação dos investimentos nas áreas de energia, novos materiais, produtos e processos (caso da automação de base microeletrônica, da robótica, e das biotecnologias) (SOARES, 2006: 10-11).

Segundo Graça Druck, a expressão “Consenso de Washington” foi criada pelo economista John Williamson, do Institute for International Economics (IIE), tornando-se conhecida mundialmente como expressão dos interesses de classe da comunidade financeira internacional, principalmente do BIRD e do FMI.

Para ajustar as economias dos países da periferia do capitalismo às determinações das economias dos países centrais, a estratégia defendida era dar início ao enxugamento dos gastos estatais e aos planos de estabilização econômica que tinham como objetivo inserir os países periféricos na “modernidade” capitalista e na nova ordem mundial. Tudo isso seria colocado em prática a partir da defesa inexorável da reestruturação produtiva, pois além da captura da subjetividade do trabalhador, dos sentidos do trabalho executado na lógica do capital e do desmantelamento das organizações sociais e políticas, a reestruturação econômica fez com que qualquer perspectiva de luta classista que apontasse para além do capital (socialismo) fosse minada, migrando para um terreno economicista, corporativista e individualista (DRUCK, 1999; TUDE DE SOUZA, 1994).

Uma “nova eficácia” da ofensiva global do capital sobre o trabalho é gestada a partir da reestruturação do capital, sendo uma das inúmeras estratégias de manutenção da hegemonia capitalista. As inovações tecnológicas e organizacionais (Revolução

Científico-Tecnológica²⁶), as novas formas de gerenciamento (CCQ, JIT, Kanban, Kaizen²⁷, Celularização, Terceirização etc.), são formas de gestão e controle do capital sobre o mundo do trabalho e atestam a tentativa de manutenção dessa hegemonia (DIAS, 1996 *apud* SOARES, 2006:12).

Nesse sentido, Mészáros destaca:

(...) a tendência irreprimível do capital para o monopólio é efetivamente contrabalançada pela competição (e vice-versa); como também: a centralização pela fragmentação; a internacionalização pelo particularismo nacional e regional; a economia pelo extremo desperdício; a unificação pela estratificação; a socialização pela privatização; o equilíbrio pelo colapso do equilíbrio (MÉSZÁROS, 1996: 390-391).

E completa:

aperfeiçoar os mecanismos de “administração das crises” é uma parte essencial da bem-sucedida reconstituição, pelo capital, de sua linha de menor resistência, capacitando-o a confrontar seus limites inerentes e a deslocar com mais eficiência suas principais contradições nas atuais circunstâncias históricas (MÉSZÁROS, 2002:697).

Além da remodelação das economias capitalistas ao redor do globo – a reestruturação produtiva –, colocou-se novamente na ordem do dia a centralidade do trabalho como debate imprescindível ao desvelamento conjuntural do período. É com base nessa discussão que alguns teóricos, como o filósofo Habermas (1987) e o sociólogo Offe (1989), ambos identificados com a escola de Frankfurt, afirmam, a partir

²⁶ Os trabalhadores brasileiros, além de sofrer as consequências da crise econômica, em que deliberadamente se reduzem salários e aumenta-se o desemprego por opção de uma política recessiva, começaram a perceber que mudanças significativas estão ocorrendo ou estão sendo propostas na organização do trabalho, em decorrência do uso de equipamentos e processos disponíveis com a moderna tecnologia. O robô personifica essa transformação, ao mostrar que a máquina pode reproduzir movimentos e habilidades até agora próprios do homem. No entanto, o robô é somente um tipo dos novos equipamentos que estão sendo introduzidos nas fábricas e escritórios. O desenvolvimento da microeletrônica torna disponível a utilização de elementos de automação computadorizada, como mecanismos de controle, projeto e operação, que acabarão modificando inteiramente as formas de trabalho em fábricas e escritórios. Ver em *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de Linha de Produção/DIEESE. São Paulo, 1994:32.*

²⁷ Os *Círculos de Controle de Qualidade* (CCQs) são constituídos por grupos de seis a dez trabalhadores de um mesmo setor de trabalho. Esses grupos reúnem-se uma vez por semana, durante uma hora, para propor soluções aos problemas do serviço. [...] Segundo as empresas, os CCQs existem para tratar da melhoria das condições de trabalho, das questões de segurança e higiene etc. Na realidade, tais questões são secundárias no âmbito de atuação dos CCQs. Sua função principal é mesmo contribuir para a redução de custos [...] (*Idem, p. 153*). O principal aspecto do sistema *just in time/kanban*, aplicável às empresas com produção em série (automóveis, autopeças, eletrodomésticos etc.), é a redução de custos e o aumento da flexibilidade da empresa para atender às variações no mercado. A redução de custos se dá por: a) Redução do nível de estoque; b) Redução do espaço físico necessário às atividades; c) Redução dos níveis de refugo (perdas) na produção; d) Aumento da utilização dos equipamentos; e) Aumento do rendimento do trabalho; f) Aumento do controle da produção pela empresa (*Idem, p. 168-169*).

de diferentes referenciais teóricos, que o trabalho perde em significado como categoria fundante das relações sociais na sociedade capitalista. Offe chega a ser mais radical ao afirmar o *fim da sociedade do trabalho*.

O pensamento de Offe e dos demais teóricos com a mesma opinião²⁸ é resultante das transformações no mundo do trabalho, sobretudo a partir das novas tecnologias propiciadas pela revolução tecnológica, como a microeletrônica, ou das novas tecnologias de gestão e organização do trabalho, como o toyotismo, que tem como norte um melhor aproveitamento da mão de obra e a otimização dos tempos de trabalho.

Outro autor que defende o fim da centralidade do trabalho, André Gorz (1982), acredita que o atual estágio do desenvolvimento capitalista propicia ao ser humano dispor de tudo o que é produzido pela sociedade com uma quantidade menor de trabalho.

Em contraposição a essas teses, Ricardo Antunes (1997) afirma que não houve uma supressão do trabalho na sociedade contemporânea; o que houve foi uma metamorfose no mundo do trabalho, complexificando, heterogeneizando e fragmentando as relações de trabalho a tal ponto que não só a materialidade da classe trabalhadora foi afetada, mas também a sua subjetividade. Estar-se-ia diante de um processo extremamente multiforme, mas que nem por isso deixou de ter a categoria trabalho como elemento central para o entendimento da realidade.

Segundo Antunes, nesse período de metamorfose constatou-se:

De um lado, uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] (ANTUNES, 1997:41).

Essa sucessão de acontecimentos que ocorreram na segunda metade do século XX resultou numa profunda crise no movimento sindical em escala global, impondo

²⁸ Entre os críticos da “sociedade do trabalho” é possível identificar Juergen Habermas, Claus Offe, Martin Baethge, Adam Schaf, Robert Kurz, André Gorz, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Lojkin, Thomas Gounet, Ernest Mandel, entre outros. Todos apontam para uma nova etapa da vida social, na qual o trabalho perde a centralidade, não sendo mais fator estruturante da vida social.

uma derrota histórica aos trabalhadores e desafiando-os a superar o novo modelo de relações de trabalho que era implantado. O marco econômico do início dessa crise foi a reestruturação produtiva e o advento do novo modelo de produção. Em termos políticos, a ascensão de Margareth Thatcher ao poder na Inglaterra no ano de 1979 foi um fator decisivo para um novo momento do movimento sindical, pois as políticas adotadas pelo partido conservador de Thatcher visavam não só à adoção de uma agenda econômica neoliberal, mas a um combate ferrenho ao sindicalismo, o que lhe rendeu o apelido de “Dama de ferro” (PERONDI, 2011).

O cerne da política do governo Thatcher tinha como princípio o incentivo ao livre mercado, a defesa da propriedade privada e a propagação de ideias individualistas e antioletivistas, com o objetivo de esfacelar a alcunha da “solidariedade da classe proletária”. Essa política atingiu o sindicalismo diretamente, pois culminou na exclusão do sindicalismo dos espaços institucionais, além de suprimir o direito que o movimento tinha de participar das tomadas de decisão sobre as políticas econômicas e sociais.

Toda e qualquer política pública que tivesse como objetivo o fortalecimento dos vínculos com programas sociais era considerada como resquício de um modelo superado. O processo de construção de uma hegemonia neoliberal chegou ao ponto de a primeira-ministra afirmar em seu livro *The Downing Street Years* que “não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Tratava-se de uma ofensiva descomunal para a classe que vive da venda da força de trabalho.

A classe patronal, por sua vez, não reconhecia as entidades de representação dos trabalhadores, deslegitimava suas ações e isolava-os, enaltecendo as estratégias individualistas advindas do toyotismo. McIlroy (1997) assevera que em consequência desse processo as taxas de sindicalização diminuiriam e houve um declínio significativo do poder de reação dos trabalhadores em face dos ataques do governo e das empresas. O sindicalismo passava a ter um caráter conformista e corporativo, deixando de vislumbrar os interesses da classe trabalhadora.

O governo, aproveitando-se dessa situação, trabalhou com afinco para retirar direitos da legislação trabalhista, aprovando uma série de medidas com o intuito de flexibilizar e diminuir a proteção ao emprego. O resultado dessa empreitada foi um aumento exponencial do número de contratos temporários, prestadores de serviços,

autônomos, e uma retração de trabalhadores na indústria e nas categorias artesanais. O projeto de reestruturação saía vitorioso (PERONDI, 2011).

Atualmente, o sindicalismo enfrenta inúmeros obstáculos decorrentes da desestruturação do mercado de trabalho e das novas formas de emprego, que deslocaram os laços de solidariedade da classe trabalhadora (o caráter classista e coletivista das lutas) para uma esfera menos visível, prejudicando enormemente a capacidade de atuação dos sindicatos.

No caso do Brasil, o poder do sindicato sempre esteve associado a uma base de trabalhadores estáveis, o que não é visto nos dias atuais. Com a fragmentação acarretada pela reestruturação produtiva, o sindicalismo brasileiro passa por um dilema cujo cerne é a capacidade de reunir forças que tenham uma capilaridade comum à heterogeneidade da classe trabalhadora contemporânea, que vise romper com o que Alves (2010:307) chama de “sujeição político-ideológica do trabalho organizado à lógica do capital, no contexto da debilitação da eficácia relativa das práticas sindicais classistas”.

Essa necessidade de reinventar-se passa pela mudança do paradigma de sindicato vertical para um sindicalismo mais horizontalizado. O que Antunes (1997) entende por sindicato vertical vai de encontro àqueles do período fordista, de caráter corporativo, vinculados às categorias profissionais. Uma das saídas propostas pelo autor para a crise do sindicalismo seria um sindicalismo mais dinâmico, mais abrangente, que fosse capaz de considerar as “esferas intercategoriais, interprofissionais, [...] mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os ‘estáveis’ até os precários, vinculados à economia informal etc.” (ANTUNES, 1997:62).

Todos esses novos elementos trazidos pela reestruturação produtiva tinham como objetivo constituir uma nova identidade no mundo do trabalho, porquanto a tecnologia aplicada na automação da produção, a desconcentração da grande indústria (desemprego, trabalho clandestino e precarizado, trabalho de emigrantes, dispersão territorial da produção), a terceirização e o subemprego, além do louvor ao pensamento pequeno-burguês e individualista, o incentivo ao trabalhador para “vestir a camisa” da empresa, a destruição das identidades coletivas do trabalho e o solapamento das estratégias de resistência, visam, exclusivamente, destruir toda e qualquer cultura contestatória capaz de fazer frente à ofensiva capitalista (TUDE DE SOUZA, 1994; DIAS, 1996).

Como afirma Dias, “tudo isso, marcado pela tentativa de tornar desnecessária a atividade sindical na perspectiva classista e possibilitar que a hegemonia capitalista nasça na cotidianidade do ato do trabalho. Ganhar corações e mentes dos trabalhadores significa desestruturar-lhes a identidade de classes” (DIAS, 1996: 71). O que está em jogo não é só uma mudança de ordem econômica e política, mas uma transformação cultural, não só na esfera produtiva, senão na totalidade do mundo do trabalho.

2.4 Neofordismo, Pós-fordismo, “Especialização Flexível” e Toyotismo: o que eles têm em comum?

Há uma gama de teóricos que discutem elementos fundamentais dos modelos de organização do trabalho que sucederam ao fordismo. De repente, sindicalistas, trabalhadores e intelectuais passaram a se preocupar com o processo de reestruturação produtiva e com as determinidades que esse processo de acumulação de capital acarreta. Fato é que, em muitos países, tais modelos complementam-se a ponto de haver uma simbiose entre eles; enquanto em outros, há um conjunto de particularidades que não se ajustam ao *modus operandi* dos mecanismos de gestão do trabalho global. Em decorrência disso, desenvolvem-se particularidades capazes de sanar necessidades no ordenamento da produção.

Será aqui ressaltado um ponto fundamental e que se traduz como elemento primordial norteador da organização dos processos de trabalho após a crise do fordismo. Ademais, pontuar-se-á a forte relação que esses elementos mantêm com os desdobramentos provenientes do complexo de reestruturação produtiva da economia capitalista.

Assim, faz-se necessário examinar as principais definições desses modelos de organização do trabalho que adquiriram características *sui generis* em algumas conjunturas, bem como delimitá-los conceitualmente, além de descrever as mudanças no mundo do trabalho acarretadas por esses *nexos essenciais*, isto é, o novo estranhamento, indispensável ao desenvolvimento da “produção destrutiva” do capital nas condições de mundialização (MÉSZÁROS, 1995).

Indiscutivelmente, o demiurgo para a nova recomposição do mundo laboral que originou o avanço das “organizações flexíveis do trabalho” a partir da segunda metade

do século XX foi a crise da década de 1970, como apontado anteriormente. Harvey (1993) afirma que uma única palavra é necessária para apreender os aspectos essenciais desse período: a rigidez. As vicissitudes desencadeadas pela “rigidez” afetaram drasticamente uma série de áreas na economia. Um exemplo disso é que os investimentos de capital fixo aplicados em produção em massa impediam a flexibilização de planejamentos. Havia, também, rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; toda e qualquer tentativa de superação da rigidez por parte dos setores patronais era inviabilizada por greves trabalhistas. A crise se alastrava, e as reivindicações sociais aumentavam, intensificando cada vez mais os compromissos do Estado com programas assistenciais. O *Welfare State* não mais conseguia dar conta de suas demandas.

Do ponto de vista econômico, aquele período foi marcado por uma severa recessão e pelo agravamento da inflação, estagnação da produção de bens e alta inflação nos preços de bens e serviços. Inúmeras indústrias e fábricas encontravam-se com um excedente de produção, além de equipamentos ociosos, em meio a um mercado extremamente competitivo.

Foi nesse cenário que o sistema capitalista entrou em um novo ciclo de reestruturação do capital. A essa altura, a racionalização e a intensificação do controle do trabalho, atreladas ao progresso tecnológico, à automação, à busca de novos produtos e novos mercados, às fusões de empresas e bancos e à procura por novos lugares capazes de baratear a mão de obra, necessárias às grandes corporações, alcançaram patamares sem precedentes. O capitalismo transmutava-se mais uma vez: um novo padrão de acumulação estava sendo gestado, de modo que no eixo gravitacional desse novo arranjo não eram mais destaque os Estados Unidos, como outrora, e sim o continente asiático, mais precisamente o Japão.

Todo o debate analítico envolvendo os conceitos de “neofordismo, pós-fordismo”²⁹, especialização flexível e toyotismo” tem como referência objetiva o advento

²⁹ Coggiola faz uma crítica aos “regulacionistas” e questiona a validade do conceito de fordismo. Segundo o autor, a questão central do debate não pode ser outra coisa senão o capitalismo (...). Na sua crítica às concepções “regulacionistas”, o autor faz a seguinte ressalva: “Substituir o ‘bom’ e velho capitalismo pelo fordismo significa criar uma categoria mais ou menos arbitrária para evitar considerar a atual crise como uma crise do capitalismo, tateando-a apenas como crise de uma manifestação particular daquele. A ‘forçada de barra’ se completa com a criação, mais fantasiosa ainda, de um *pós-fordismo*, cuja definição é ainda mais incerta” (COGGIOLA, 1995 *apud* SOARES, 2006:13, grifos nossos).

das novas formas de organização do trabalho e gestão da produção iniciados pelo engenheiro Taiichi Ohno, na fábrica japonesa da Toyota. Ainda que Ohno não tivesse a intenção de estender seu modelo pelo mundo, é patente o impacto dessas inovações ao redor do globo (SOUZA, 1999).

A despeito de o conceito de toyotismo ter tido sua gênese sócio-histórica no Japão, atrelada ao pioneirismo da fábrica da Toyota, como lembra Alves (2000), não se pode limitar tal conceito à “japonização” (Wood), ao “modelo” japonês de (Hirata), ou ao “sistema Toyota” (Monden), pois ele perpassa todas essas definições e adquire um conteúdo capaz de reinventar-se em contextos diversos. A partir do instante em que o toyotismo assume uma dimensão universal, “ao desenvolver novas práticas gerenciais e empregatícias, como *just in time/kanban*³⁰, controle de qualidade total e engajamento estimulado, assumiu uma nova significação para o capital, desvinculando-se das particularidades concretas e originárias” (ALVES, 2000:31).

Na visão de Katz (1995:34):

No Japão, estaria muito avançada uma transformação deste tipo a partir da reassociação de tarefas e da pluriespecialização. Coriat, por exemplo, assinala que nos “círculos de qualidade” nipônicos prevalece a mutação enriquecedora de tarefas. O toyotismo implicaria uma substituição do sistema de designar e impor tempos pelo novo método grupal do “tempo compartilhado”.

A tese de que o toyotismo é um modelo de organização do trabalho que visa qualificar e dar condições gratificantes de trabalho aos trabalhadores há tempos vem sendo refutada. Katz (1995) recorre novamente a Coriat, que em alguns momentos dá a entender que essa tese é verdadeira, para resgatar o caráter despótico e coercitivo do toyotismo. Assim,

³⁰ A tradução literal dessa expressão (*just-in-time*) seria “no tempo certo”. Todavia, seu significado é mais abrangente: organizar-se sob o regime *just-in-time* significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente), na quantidade necessária (nem mais, pois se deve abolir o estoque, nem menos) e no momento necessário (nem antes, o que significa ter um “estoque” na forma de capacidade produtiva ociosa, nem depois) (PINTO, 2013:69). No âmbito interno das fábricas, esses fluxos de informação (em que cada posto posterior emitia uma instrução destinada ao posto imediatamente anterior, de maneira que aí se mantivesse em produção, em dado momento, somente a quantidade de peças exatamente necessária) e de materiais foram possibilitados pela elaboração de um dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção (ou seja, dos postos posteriores aos anteriores), contendo cartazes (*kanban*, em japonês) com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo (dos postos anteriores), carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos. Tratava-se do sistema *kanban*.

o mesmo Coriat relata que o toyotismo se implantou duramente no Japão a partir de 1949/50, ao fim de uma longuíssima greve que terminou com a demissão em massa dos operários. Sem a destruição dos sindicatos por categoria e sua substituição por organizações de grêmios debilitadas e circunscritas ao âmbito de cada empresa, as inovações trabalhistas japonesas não teriam ido adiante.

Aglietta (1978) enfatiza que, o toyotismo configura-se como um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo. É por isso que alguns autores o denominam “neofordismo”. Nessa perspectiva, Palloix (1982) assevera que o “neofordismo constitui uma nova prática capitalista”, resultante das “novas condições de reprodução da dominação do capital em relação às condições para a reprodução do produto excedente”. Além disso, “O neofordismo é uma tentativa puramente formal de abolir o trabalhador coletivo, levando em conta as tensões sociais que exigem a instauração de um despotismo absoluto na coordenação dos processos de trabalho, baseado na automação de vários grupos de trabalhadores, aparentemente autônomos, mas na realidade forçados a se submeter à lógica do trabalhador coletivo” (PALLOIX, 1982:97).

Na definição de Murray (1987), o neofordismo é apontado “(...) como o desenvolvimento subsequente do fordismo. Consiste na automação de áreas do processo de trabalho (a robotização da solda, pintura, e parte da montagem), a diversificação de grandes plantas integradas em unidades especialistas, geograficamente distribuídas, e a coordenação geral da produção através do uso maciço da tecnologia de informação e comunicação” (MURRAY, 1987: 94).

O conceito neofordista não é homogêneo entre um vasto campo de intelectuais que se ocuparam em refletir sobre esse estágio do capitalismo, que carrega consigo elementos de outros modelos de organização do trabalho, como o taylorismo/fordismo, sobretudo, a partir do pós-guerra³¹, como esclarece Coggiola (1995). É o caso de autores como Lieptz e Leborgne (1992), que caracterizam esse período como *pós-fordista*. Segundo esses autores, “a questão central da discussão não estaria mais centrada no neofordismo, já que este se encontra em vigor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos; e sim no caráter teórico e político do pós-fordismo” (SOARES, 2006:30).

³¹ Para Coggiola, todas essas definições conceituais advêm de “uma determinante técnico-econômica que teria sido o demiurgo de toda realidade histórica do pós-guerra” (COGGIOLA, 1995 *apud* SOARES, 2006:13).

Desse modo, os autores consideram que há uma característica elementar no pós-fordismo, que seria uma dialética convergente entre centro-periferia, e enfatizam cinco pontos elementares do pós-fordismo:

- I. Um modelo de desenvolvimento não é só um paradigma tecnológico. O fordismo não era simplesmente a “produção em massa”; o pós-fordismo não pode ser definido como a “especialização flexível”;
- II. Não existe uma via única para a saída da crise das relações profissionais fordistas. Neofordismo e pós-fordismo são soluções em conflito, onde “flexibilidade” e qualificação não podem mesclar-se de bom grado;
- III. A organização industrial futura é uma questão aberta. Há, no entanto, oposições entre as grandes empresas multinacionais e os distritos industriais. Existem distintas modalidades de redes industriais;
- IV. A macroeconomia deve ser levada sempre em conta, e a ecologia conta cada vez mais. O *laissez-faire* não será o modo de regulação do pós-fordismo;
- V. Não há razão para que um modelo de desenvolvimento único venha a ser hegemônico em nível mundial. Pode ser que o pós-fordismo não veja a vitória de nenhum dos modelos em conflito, mas uma distribuição de modelos entre centro e periferia (LIPIETZ E LEBORGNE, 1992 *apud* SOARES, 2006:31).

A observação de Katz (1995) acerca do pós-fordismo é que este teria um caráter especulador. Segundo o autor, o pós-fordismo é uma criação artificial, portanto não corresponde à realidade, nem pode ser comprovado empiricamente, já que usa de subterfúgios para diluir seu caráter capitalista. Com base nisso, sublinha que há um recrudescimento da legislação trabalhista, além de uma mundialização da exploração do trabalho. A prova disso é que não há respeito às fronteiras, e os contratos coletivos e dos sindicatos são atropelados,

(...) uma vez que o capital tende a uniformizar os traços mais negativos da exploração do trabalho, ainda que reforce (...) desenvolvimentos desiguais no mercado mundial. (...) Partindo dessa categoria, estabelecem-se diferenciações fictícias entre Alemanha, Japão ou Estados Unidos, e se desconhece o caráter necessariamente internacional da pressão patronal pelo aumento de controle no processo de trabalho (KATZ, 1995:42-43).

Outra análise teórica que tenta explicar esse período pós-crise fordista é o modelo de “Especialização Flexível” (EF). Autores como Humphrey (1989), Piore e Sabel (1984), Schmitz (1989), Antunes (1995), entre outros, dedicaram-se extenuantemente ao assunto. Soares (2006:34) afirma que embora a maioria dos autores em questão discuta a EF com base na experiência italiana, outras regiões são citadas: “como exemplo, entre elas estaria o sul da Alemanha (a sub-região chamada Baden-

Württemberg, considerada a mais próspera dos últimos anos), a ‘Terceira Itália’ e algumas regiões do Japão”.

Para Piore e Sabel (1984),

(...) o conceito de Especialização Flexível sugere que o caminho para sair da crise necessitava de uma mudança no paradigma tecnológico e de um novo sistema de regulação. Se a recuperação tomasse esse caminho, então os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais desde o século XIX – os quais provaram ser fundamentais para a prosperidade (PIORE E SABEL, 1984:225).

David Harvey (1993) chama atenção em seu livro *A condição pós-moderna* para o termo “acumulação flexível”, que é o desencadeamento da nova política de reestruturação do capital. Para o autor, é flexível, pois

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993:140).

Schmitz (1989) toma como base os argumentos de Piore e Sabel para sintetizar a tese da Especialização Flexível. O autor destaca o seguinte ponto: a crise econômica que se abateu sobre o Ocidente industrializado, principalmente entre as décadas de setenta e oitenta. O argumento central é que o esgotamento e a deterioração de modelos de desenvolvimento industrial baseados na produção em série resultaram na ruína da economia, visto que os limites do modelo de crescimento econômico já haviam alcançado os patamares possíveis de prosperidade (PIORE e SABEL, 1984:4). Ante isso,

a chave da prosperidade econômica, a ‘Especialização Flexível’, que nesse caso significa afastar-se das linhas rígidas de produção em série, bem como dos trabalhadores desinteressados e semiespecializados, exige caminhar para um sistema flexível, multifacetado (com várias finalidades), e de trabalhadores especializados (polivalentes) que tivessem capacidade de reagir a mudanças incessantes (SCHMITZ, 1989 *apud* SOARES, 2006:34).

Tais medidas seriam necessárias, pois a economia de produção em série atravessava um momento crítico (crise do modelo fordista), como no caso particular dos Estados Unidos. A defesa dessa ideia é assegurada a partir da análise das economias que facilitam a Especialização Flexível, uma vez que caminham a todo vapor, como é o caso das experiências realizadas na Itália, Alemanha e Japão (SCHMITZ, 1989).

Não é novidade que essas novas formas de organização do trabalho iniciaram-se com o advento da reestruturação produtiva. No caso da “Terceira Itália”, em específico, Schmitz (1989) afirma que havia uma forte “relação com o mercado, e que esta, portanto, levou ao uso flexível de uma tecnologia cada vez mais produtiva e largamente aplicável”, e que isto “poderia desenvolver-se unicamente em um entorno institucional que equilibrava a competição e a cooperação entre as empresas, de modo a encorajar a inovação” (SCHMITZ, 1989 *apud* SOARES, 2006:35).

O processo de descentralização da produção atrelado às inovações tecnológicas trouxe consigo a precarização do trabalho. Ao investigar o caso italiano, Schmitz faz a seguinte constatação:

(...) é particularmente impressionante, pois demonstra a emergência de um prospero setor de pequenas empresas. Os empregadores italianos reagiram às ondas de greves, nos anos sessenta, por meio da descentralização. Inicialmente, o que se via era a existência de empresas em que os empregados eram explorados ao máximo, ganhando pouco e trabalhando muito. As empresas que dispunham de tecnologia rudimentar competiam no sentido de abaixar os custos da mão de obra. No entanto, o que foi surpreendente, este setor tornou-se inovador e transformou-se numa rede crescente de pequenas empresas, adaptando ao mesmo tempo as tecnologias tradicionais e baseadas em computação, a fim de participar de mercados que passavam por mudanças rápidas. Em alguns setores, subempreiteiros [terceiros] dependentes começaram a confederar-se. Empregavam suas capacidades coletivas a fim de planejar processos e produtos inovadores, que lhes proporcionassem um acesso cada vez mais independente aos mercados (SCHMITZ, 1989 *apud* SOARES:35-36).

O raciocínio de Humphrey (1989) vai de encontro ao que foi proposto por Schmitz. De acordo com o autor, há uma variedade de mecanismos, no que diz respeito à EF, para tornar os contratos mais flexíveis. Entre eles estão:

- A) Flexibilidade das práticas de emprego:
 - I. Salários – Os salários podem ser estabelecidos de acordo com o desempenho da economia, da firma, da unidade de produção, do trabalho em grupo ou do trabalhador;
 - II. Flexibilidade numérica – O número de trabalhadores empregados pode se ajustar com maior facilidade ao nível da produção mediante a facilidade da demissão ou o emprego de trabalhadores temporários, contratos de prazo fixo, autoemprego e trabalho autônomo;
 - III. Horário de trabalho – O tempo que se exige de um determinado número de trabalhadores pode variar com as horas extras, trabalho em turnos reduzidos, dispensas temporárias ou reelaboração das escalas de férias. Sistemas de horário flexível também podem permitir flexibilidade quanto ao modo como se dedica determinado número de horas ao trabalho;
 - IV. Distanciamento – Os contratos de emprego são substituídos por contratos por terceiros [“terceirização”], que administram diretamente os serviços (cantinas, limpeza, manutenção, construção etc.) ou fornecem mão de obra conforme a necessidade;
- B) Flexibilidade funcional:

Este tipo de flexibilidade diz respeito à alocação dos trabalhadores em diferentes tarefas ou funções dentro das empresas. Em vez de se limitar a uma tarefa específica, os trabalhadores podem ser deslocados de uma tarefa específica para outra, sem levar em conta restrições relativas à antiguidade de função ou de especificações de tarefas. Também, podem-se agregar às funções das diferentes tarefas. Isto poderá incluir a rotação dos trabalhadores entre as tarefas ou exercer simultaneamente mais de uma função (por exemplo, produção e controle de qualidade ou manutenção elétrica e mecânica). Em todos esses casos, aumentaria a variedade de trabalho exercido pelo trabalhador em determinado período ou por um período maior (HUMPHREY, 1989 *apud* SOARES, 2006:37-38).

Giovanni Alves (2000) chama a atenção para o ambiente em que essas novas formas de gerir o trabalho são lançadas. O mundo já havia passado por duas grandes guerras que castigaram a humanidade, portanto, havia uma necessidade patente de construir um ambiente inovador capaz de propiciar progresso econômico, científico e tecnológico. Assim, segundo Alves (2000:32), o toyotismo seria “a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital”.

Pinto (2013:61) salienta a diferença fundamental na constituição do sistema de organização do trabalho toyotista para o sistema taylorista/fordista. Ao passo que o último desenvolveu-se num ambiente econômico sadio, em expansão, contando com um mercado consumidor (tanto interno quanto externo), o toyotismo surgiu num contexto de retração econômica, crescimento lento, em meio a um mercado interno débil e restrito³² que, se por um lado visava ao consumo de praticamente todos os bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro se caracterizava pela pequena expansão da demanda.

Para contornar a crise que o mundo atravessava, o toyotismo ganhou força mediante uma nova racionalização do trabalho que tinha como ponto de partida a *lean production*³³, correspondendo a “uma nova etapa do capitalismo mundial, que, a rigor, elimina sumariamente a distinção entre ‘Ocidente’ e ‘Oriente’, não mais se vinculando às particularidades concretas originárias” (Alves, 2000:32), para confirmar a tese de que as objetivações concretas dos princípios (e técnicas) do toyotismo buscam a captura da subjetividade das massas exploradas.

³² Em 1955, o montante de produção da indústria automobilística para o Japão inteiro foi de apenas 69.000 unidades, quando nesse mesmo ano os Estados Unidos já produziam e vendiam 9.200.000 veículos (ALVES, 2000:36).

³³ De acordo com Alves (2000:33), esse termo pode ser entendido como “produção enxuta”.

No desenrolar dos anos 80, o toyotismo adquiriu a projeção universal vinculando-se à indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Giovanni Alves (2000:29) afirma que o toyotismo representa um “momento predominante”³⁴ do complexo de reestruturação produtiva. Destarte, estar-se-ia diante de um marco “ideológico e estruturante” na “era da mundialização do capital”.

Ao surgir como “momento predominante” do complexo de reestruturação sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. Desse modo, ao utilizar o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo – seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital – que possuem valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital. (...) Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da Escola da Regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária pela lógica do capital (ALVES, 2000:30-31).

A estratégia toyotista adotada pelos gestores da economia global foi exitosa, dadas as suas plasticidade e metamorfose constantes. Como observa Alves (2000:32), “ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro, ajusta-se à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária”.

Nas palavras do próprio Ohno:

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário, revela-se muito plástico e adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. (OHNO, 1978:49 *apud* CORIAT, 1994:30).

O caráter original do toyotismo consiste em coordenar e articular uma continuidade do processo de racionalização do trabalho feita por Taylor e por Ford, e vinculá-la às novas necessidades do ciclo de acumulação capitalista. A partir desse

³⁴ Alves (2000:29) utiliza a expressão “momento predominante” com base em Lukács (1990:229), “após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, uma determinação predominante do sentido e da direção do processo como tal”.

pressuposto, Krafcik assevera que “muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a própria base do que conhecemos agora como *Toyota Production System*. Fordismo original com sabor japonês” (KRAFCIK *apud* ZILBOVICIUS, 1997:294).

Assim, no tocante à lógica fordista, há uma inversão das regras tradicionais. “O ponto de partida é o das encomendas à fábrica e dos produtos já vendidos” (CORIAT, 1994:57). É aqui que o princípio do “estoque mínimo” (*just in time*) é expresso de maneira mais evidente, pois o modelo de organização do trabalho se dá à medida que um conjunto de técnicas de gestão pelos estoques é empregado. Nessa perspectiva, o estoque torna-se “um instrumento quase metodológico, um analisador das disfunções, e um indicador das vias e pontos de aplicação do processo de racionalização do trabalho” (CORIAT, 1993 *apud* ALVES, 2000:46).

Os dispositivos organizacionais como *just in time/kanban* seriam, então, introduzidos com um objetivo essencial: constituir “meios operativos para realizar um novo patamar de racionalização do trabalho” em que a principal expectativa “se daria sobre a força de trabalho” (ALVES, 2000:46). É nessa perspectiva que tais ferramentas organizacionais passam a integrar os procedimentos necessários à produção toyotista.

Souza (1999) e Castro (1993) relembram que no tocante à qualidade, o toyotismo se firmaria em torno de princípios como produtividade acertada, velocidade, qualidade e participação. O ponto de partida estaria no foco em setores da empresa que garantissem maiores “competitividade e lucratividade”, terceirizando todo o resto, com o intuito de acelerar a resolução de problemas, além de torná-la menos onerosa, culminando em dois fatores primordiais: custo e qualidade. O desdobramento dessas noções se daria mediante “a integração em fluxo contínuo das etapas e a circulação permanente do produto em transformação. Redução dos estoques, *kanban* e organização celular da manufatura” (CASTRO, 1993:157).

Watanabe (1993) chama a atenção para essa nova forma de racionalização do trabalho, visto que ela resulta em um ponto crítico: é o fato de que a Toyota vem sendo recriminada por recrutar, preferencialmente, jovens do sexo masculino, ao mesmo tempo que busca incessantemente capturar a subjetividade do trabalhador, por

intermédio de incentivos salariais (bônus salarial)³⁵, na tentativa de moldar uma nova consciência. Assim, intensifica-se a jornada de trabalho a ponto de ocasionar “mortes súbitas no trabalho – intituladas *karochi* (morte instantânea por trabalho estafante) – e outras psicopatologias do trabalho, provocadas pelo aumento da produtividade do trabalho” (WATANABE, 1993:3).

Eis, portanto, o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória. Surge um “estranhamento pós-fordista”, com o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). Cria-se, conseqüentemente, um ambiente de desafio contínuo, em que o capital não dispensa, como fez o fordismo, o “espírito” operário. Aliás, não é que, sob o fordismo, o operário na linha de montagem convencional não pensasse. (...) Ford tinha consciência de que os operários não eram “gorilas domesticados”, só que procurava resolver o dilema de organização capitalista pelas iniciativas “educativas” extrafábrica. O toyotismo, ao contrário, por meio da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias (ALVES, 2000:55).

No campo da organização dos trabalhadores, é importante lembrar que os impactos dessas mudanças tiveram resultados trágicos. O capital, por intermédio do toyotismo, desenvolveu através dos seus mecanismos de emulação individual – como os novos sistemas de pagamento (bônus salariais etc.) e trabalho em equipe – instrumentos mais “refinados e civilizados” de exploração da classe trabalhadora.

A *fragmentação sistêmica* “é uma das principais características da ofensiva do capital na produção sob a mundialização do capital. É ela que tende a impulsionar e ser uma das principais causas da crise do sindicalismo de classe” (ALVES, 2000:57). É o que destaca Souza (1999:56): “não só no Japão, mas também em outros países onde tem se tentado implantar as *técnicas japonesas*, esse processo se deu sobre os escombros das estruturas organizativas sindicais mais combativas”. Sobre as origens sócio-históricas do toyotismo, Sandri esclarece:

Após a violenta repressão do início da década de 50, que contou com a intervenção do exército, quando cerca de 200 mil trabalhadores foram

³⁵ Segundo Coriat (1994), no caso da Toyota, “às vezes um bônus salarial corresponde a um terço do salário anual. Mas o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa *performance*” (ALVES, 2000:52).

atingidos por demissões, cassações e prisões. Derrubada a estrutura sindical combativa e classista, o toyotismo construiu o sindicalismo por empresa (SANDRI, 1994:35).

A partir do exposto, verifica-se que o modelo toyotista adquiriu proeminência em várias corporações transnacionais ao redor do globo, consagrando-se em muitos países como uma saída para a crise da década de 1970. Pinto (2013) atesta que, longe de ser algo harmonioso, o toyotismo, a reestruturação produtiva e as novas técnicas de gestão do trabalho têm avançado de formas heterogêneas em sua expansão dos países centrais aos países periféricos, sinalizando uma dialética (centro-periferia), como visto e analisado em outros tópicos acima, adaptando-se a distintas conjunturas, não apenas nacionais, mas regionais e setoriais. Desse modo, o avanço das organizações flexíveis, como o toyotismo, é fruto de políticas neoliberais de reestruturação, nas quais o conflito capital-trabalho é tensionado de modo a prejudicar os anseios dos trabalhadores.

É a partir disso que o conjunto de medidas que, outrora, propunha diminuir as desigualdades sociais, por intermédio de políticas redistributivas e de compensações sociais que tendam à coletivização e à expansão de direitos à totalidade da classe trabalhadora, é interrompido, para que mecanismos de repasses de dinheiro público às instituições financeiras, bancos, rentistas e demais especuladores sejam pactuados. É o que se verá no tópico seguinte, ao se analisar o neoliberalismo no mundo, além da versão “tardia” brasileira – a reforma dos Estados da década de 1990.

2.5 Neoliberalismo e a Contra-Reforma do Estado no Brasil

O termo neoliberal é comumente associado ao modelo clássico de liberalismo³⁶. Do ponto de vista do discurso, não raras vezes depara-se com a aproximação grosseira desses conceitos, de modo que não é difícil identificar diferenças substantivas entre um e outro. Ademais, no que se refere ao contexto particular em que foram introduzidos e das mudanças que favoreceram, embora a ideologia neoliberal tenha como berço – em

³⁶ Ideologia que preconiza que o mercado deve ser responsável, em primeira e última instância, pela regulação da vida social, a iniciativa privada deve operar o sistema econômico, o Estado mínimo deve ser desregulamentado a fim de garantir as condições para a hegemonia do mercado. Além disso, os interesses de trabalhadores e patrões são autorregulados pelas forças do mercado. Todas as decisões passam a ser tomadas levando em consideração as regras estabelecidas pelos interesses do “Deus” mercado.

alguma medida – o liberalismo, são muitas as provas de suas incontestáveis dessemelhanças.

O que interessa nesta parte do trabalho é tratar, fundamentalmente, da política neoliberal e da relação que essa ideologia estabeleceu com a reforma e privatização de áreas essenciais do Estado brasileiro a partir da década de 1990. Tal objetivo exige uma caracterização preliminar da ideologia neoliberal.

De acordo com o cientista político Armando Boito Jr., a ideologia neoliberal contemporânea pode ser compreendida, essencialmente, como

(...) um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos. A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas. Esse deslocamento histórico introduz uma cisão na ideologia neoliberal, instaurando uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios. No discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma *ideologia teórica*, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma *ideologia prática* que, como veremos, corresponde à fase do capitalismo dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo (BOITO JR., 1999:23).

Se o liberalismo clássico tinha como corolário a ideologia do livre mercado e o culto à não participação do Estado na economia, o neoliberalismo surge buscando em suas raízes históricas um discurso para instalar-se enquanto instrumento de defesa, mesclando características da sua gênese com novos elementos, construídos, exclusivamente, para garantir os anseios do grande capital e do mercado. Apesar de esse modelo não fazer referência, como outrora, à não intervenção estatal na economia, não mais advoga a sua exclusão. Antes de ocultar-se ou enfraquecer-se, o Estado deve intervir para atender aos interesses da iniciativa privada.

De acordo com Harvey (2005), o neoliberalismo constitui-se enquanto uma teoria capaz de aglutinar em torno de si práticas nos planos político-econômicos com o intuito de desenvolver o empreendedorismo individual como instrumento de elevação do bem-estar humano, a partir da síntese de três pilares: propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Tais pilares resultam em uma tríade formada pela retirada do Estado da economia, desregulação e privatização. Contudo, se o Estado se retira da

ordem econômica (em parte, pois garante a defesa de interesses em pontos centrais, como as desonerações para indústrias, perdão de dívidas de empresas consideradas “relevantes economicamente”, além da qualidade e integridade do dinheiro), tem como dever o estabelecimento de estruturas subjacentes a ele, capazes de exercer funções militares de defesa. Assim, além da polícia e das forças armadas, e de todos os aparelhos ideológicos do Estado, o sistema legal é requisitado para manter o modelo neoliberal em pleno funcionamento.

O engajamento responsável pela aceleração do ritmo de reprodução do capital só foi possível, segundo Chesnais (1994), graças à mundialização do capital e às reformas liberalizantes, pois estas interferiram significativamente na capacidade de ação dos Estados nacionais. Com isso, o processo de acumulação do capital passou a ser, fundamentalmente, a internacionalização dos mercados a partir de uma financeirização das economias.

Com a prevalência do capital financeiro ante os outros, a ocorrência de distúrbios e instabilidade econômica tornam-se frequentes. Em períodos de crise, uma das saídas encontradas pela burguesia é o investimento na concentração do capital; os efeitos dessa concentração resultam no fortalecimento dos laços de subserviência das economias dos países periféricos às nações capitalistas centrais.

A consequência dessa política, em que o baixo índice de crescimento econômico apresentado pelos países mais pobres, sobretudo em um ambiente econômico altamente instável como é o mercado financeiro (espaço esse em que o uso irrestrito de artifícios inexoravelmente parasitários, como a especulação e a dominação de economias periféricas, é uma constante), vai ao encontro do fortalecimento de uma hegemonia política imperialista em escala mundial.

A segunda metade do século XX deu início ao regime monopolista de capital, regime em que as práticas de exploração sofisticaram-se numa velocidade extraordinária, culminando em uma acumulação da riqueza de forma nunca antes vista. A análise de série histórica feita pela Federal Deposit Insurance Corporation examina a fusão dos bancos estadunidenses no período de duas décadas a partir dos anos 1990. Nesse período iniciou-se uma fase de concentração e centralização do capital tão assombrosa que, para se ter uma ideia, no setor bancário americano, em apenas duas

décadas, 37 bancos importantes resumem-se hoje a apenas quatro grandes³⁷: Citigroup, JP Morgan Chase, Bank of America Merrill Lynch e Wells Fargo.

Com a reconfiguração político-econômica provocada pelo neoliberalismo, o Estado perde o seu caráter de garantidor de direitos fundamentais, impedindo o acesso das minorias a direitos sociais como saúde, educação, moradia, lazer, alimentação de qualidade, transporte etc. O mundo inteiro reduz investimentos em áreas imprescindíveis para a parcela menos favorecida da população. Resulta desse processo o aumento do abismo entre ricos e pobres, de modo que a renda tende a concentrar-se, como visto no gráfico 1, nas mãos de alguns poucos.

Um estudo realizado pela Universidade George Mason³⁸ revelou que ao longo dos últimos 15 anos houve uma retração de 28% na quantidade de pequenos bancos nos Estados Unidos. Há hoje um volume de 33% a mais de grandes bancos, se comparado ao ano 2000. O resultado disso foram 182 fusões e 107 consolidações por ano, de 2001 a 2011, dado que os grandes bancos passaram a comprar os menores, impedindo que estes tivessem espaço no já tão restrito mercado financeiro. Dominação, financeirização e centralização do poder são traços constitutivos do que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Essa concentração bancária também pode ser vista no sistema financeiro brasileiro a partir da análise do sistema de créditos. De acordo com a principal medida de concentração bancária, o índice de Herfindahl-Hirschmann, o ano de 2015 fechou com leve recuo ante 2014, mas em patamar superior ao que apresentava durante a crise de 2008, quando houve estiagem no crédito. Essa concentração bancária vem agravando a restrição de crédito a empresas, como pode ser visto no gráfico abaixo.

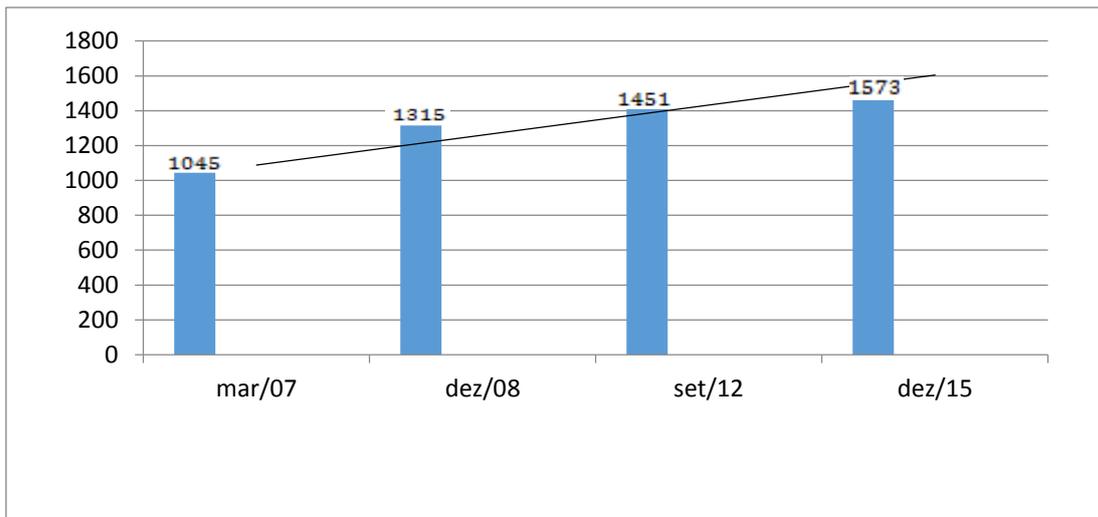
Evolução dos Níveis de Concentração* – Segmento bancário³⁹

Figura 2 – Índice de Herfindahl-Hirschmann – Em pontos**

³⁷Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/veja-em-um-diagrama-como-37-bancos-se-tornaram-4-em-20-anos>>. Acessado em 11/3/2016.

³⁸ Idem.

³⁹Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Outubro 2015. *Organização do Sistema Financeiro Nacional*. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refOrg.pdf>. Elaboração Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4499304/concentracao-bancaria-agrava-restricao-de-credito-empresas>>. Acessado em 28/3/2016.



Fonte: Banco Central. Elaboração própria. *Todos os dados levam em conta a concentração do ponto de vista do crédito. ** Neste índice, pelo critério do Banco Central, valores entre 1.000 e 1.800 indicam concentração moderada. Acima de 1.800, ela se torna elevada.

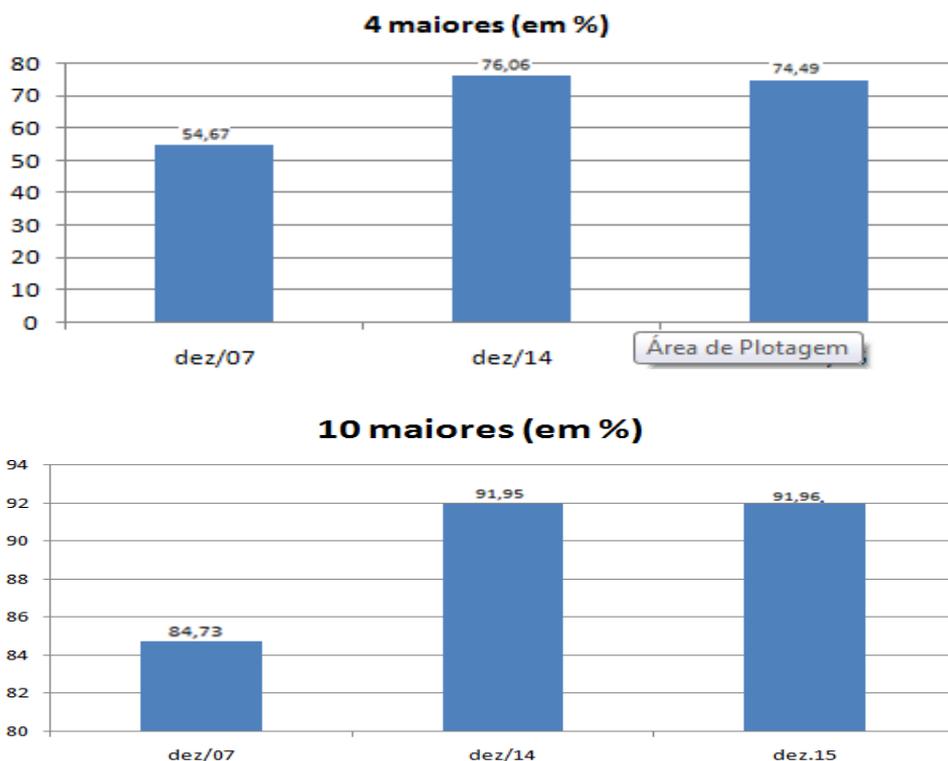
Em dezembro de 2015, o indicador de concentração no crédito estava em 1.573, o que para o Banco Central é considerado um patamar “moderado”⁴⁰. Em igual período, a taxa de concentração do crédito era de 74,5% para os quatro maiores bancos. Entre os dez maiores chegou a patamares superiores a 90% em dezembro de 2015. Essa restrição no crédito advém de análises em que os períodos de incerteza no mercado, acompanhados de crises financeiras, dificultam estimativas a médio e longo prazo. Tal fato resulta numa maior apreensão dos credores.

O consultor Janser Saloman, sócio da Rosenberg Partners, afirma⁴¹ que “níveis maiores de concentração fortalecem os bancos em negociações com empresas, já que há um volume maior de créditos nas mãos de um único credor”. Assim, para protegerem-se de um possível calote, alguns bancos não só restringiram o crédito, como também a quantidade de empresas com as quais trabalham. O resultado dessa equação é um aumento da concentração bancária (do ponto de vista do crédito), como se pode ver nos gráficos a seguir.

⁴⁰ Ver em:< <http://www.valor.com.br/financas/4499304/concentracao-bancaria-agrava-restricao-de-credito-empresas>> Acessado em 28/3/2016.

⁴¹ Idem.

Gráfico 2- Concentração do crédito nos quatro e dez maiores bancos



Fonte: Banco Central. Elaboração própria

Indubitavelmente, a base teórica do neoliberalismo tem na sua essência uma preocupação muito peculiar: escamotear suas verdadeiras intenções. É nessa direção que a concentração da riqueza aponta, dado que quanto mais concentrada esta for, mais dominação e espoliação haverá. De acordo com Oliveira (2011), a ampliação do domínio estadunidense se deu por *dois eixos* principais que reconfiguraram toda a dinâmica da sociedade global, propiciando o desvelar das verdadeiras intenções do neoliberalismo. O primeiro deles estaria associado a “um *domínio geopolítico*, que acabou por significar, de maneira concomitante, uma diminuição dos recursos para a esfera social dos Estados expondo a população global ao empobrecimento ainda mais profundo”. Já o segundo, “leva em consideração uma *nutriz ideológica* a partir dos ideais de liberdade, de multiculturalismo e de democracia (com base na propriedade privada e no livre empreendedorismo), que implicou remeter a um relicário conceitual os ideais de igualdade e de justiça social” (OLIVEIRA, RIBEIRO, 2007b *apud* OLIVEIRA, 2011: 85).

Boito (2006) ressalta o fato de que as práticas e propostas desenvolvidas sob a égide do neoliberalismo não são coerentes. Isso porque, se levassem a ideologia, literalmente, até as últimas consequências, os neoliberais sempre defenderiam a não intervenção do Estado na economia, apontando para a regulação dos agentes econômicos de mercado em detrimento da regulação estatal.

Posto isso, o autor faz uma importante reflexão ao apontar que o liberalismo econômico, como propugnado por seus defensores, nunca existiu, uma vez que “já estava marcado por uma defasagem original no surgimento do capitalismo. A concorrência perfeita nunca existiu, em decorrência dos obstáculos políticos e econômicos à livre circulação do capital e das mercadorias” (BOITO, 1996:27). Essa tese é confirmada quando se avalia a saída encontrada por muitos bancos estadunidenses após a crise de 2008-2009, que recorreram ao Estado interventor para que os lucros fossem salvaguardados, ou aos projetos de austeridade fiscal, que em tempos de crise como o atual, passam a ser consenso entre os defensores do capitalismo ao redor do mundo.

O capitalismo contemporâneo não pode sustentar-se sem que antes haja estabelecido de maneira plena três questões fundamentais: os grandes monopólios privados, o imperialismo e a intervenção do Estado na economia. Embora essa última pareça uma contradição, pois impediria a livre concorrência, Boito (1996) argumenta que os governos neoliberais é que decidiriam onde, como e quando tais princípios neoliberais seriam empregados, além de onde isso não deveria ser colocado em prática.

Assim, de acordo com o autor, os governos neoliberais não podem ser definidos, exclusivamente, pela não intervenção do Estado na economia; para ele, há uma questão fundamental nessa discussão: a redução da intervenção estatal, acompanhada de uma reavaliação desse intervencionismo. Ademais, ele destaca que em alguns setores, tais como o da produção de bens, e no mercado de trabalho, é possível perceber uma retração na atuação do Estado; enquanto em outros, como na administração do câmbio, da dívida externa e dos juros, os governos continuam atuando, mesmo que de maneira diferenciada, sempre que necessário.

Alguns exemplos desse intervencionismo estatal em prol dos interesses do capital, principalmente na América Latina, onde “os governos neoliberais promoveram

uma intervenção de novo tipo de Estado na economia”, são a base da argumentação do autor:

Enquanto os salários dos trabalhadores foram desindexados, passando a “flutuar livremente no mercado”, a dívida externa foi estatizada por exigência e para garantia dos credores internacionais; o câmbio e os juros que remuneram os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros são mantidos em níveis mais elevados por intervenção governamental, e a cada crise inflacionária ou cambial, os neoliberais, apologistas da liberdade de iniciativa, recomendam a intervenção do Estado e os pacotes salvadores; os grandes bancos não protestam contra a intervenção do Estado para subsidiar bancos em situação pré-falimentar e regular o processo de reconcentração no setor bancário; o monopólio é maléfico se for exercido por uma empresa estatal, mas é benéfico se estiver nas mãos de grupos privados – as privatizações promovidas pelos governos neoliberais na siderurgia, nos serviços de transporte ferroviário, de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia tem criado monopólios, sem que isso escandalize os apologistas da concorrência, da liberdade de iniciativa e da soberania do consumidor (BOITO, 1999:29).

No Brasil, esse processo não se deu de modo diverso das economias do resto do mundo. Somente no período até 31/12/1998, cerca de 50 empresas estatais situadas em setores estratégicos foram vendidas para o capital estrangeiro. Além disso, como visto acima, a concentração e centralização do capital são características universais do atual estágio do capitalismo.

O levantamento feito por Biondi (2003) recorre à defesa da venda das estatais feitas por Fernando Henrique Cardoso, presidente à época, para dissecar a questão. Conforme FHC, “as vendas das estatais arrecadaram 68,7 bilhões de reais, e o governo ainda livrou-se de 16,5 bilhões de dívidas que as empresas tinham. No total, seriam 85,2 bilhões de reais de saldo” (BIONDI, 2003:65). O discurso de criação de caixa, corte de gastos em áreas estratégicas e de defesa dos investidores externos, adotado pelo então presidente da República, nada mais era que uma abertura da economia para a atuação desenfreada do capital estrangeiro mediante as riquezas nacionais.

A tabela abaixo lista 48 empresas que foram entregues naquilo que foi considerado um dos maiores saques imperialistas à riqueza nacional.

Tabela 1- Principais privatizações federais e estaduais⁴²

Telesp	4,96 bilhões
Vale do Rio Doce	3,13 bilhões
Telesp Celular	3,07 bilhões
CPFL (energia, São Paulo)	3,01 bilhões
Tele Norte Leste	2,94 bilhões
Light (Rio de Janeiro, distribuidora)	2,35 bilhões
Embratel	2,27 bilhões
Usiminas	1,94 bilhão
Elétrico Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia, Bahia)	1,60 bilhão
CEEE – (energia, Rio Grande do Sul)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEEE – Centro Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia, Minas Gerais)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudeste	**870 milhões
Telemig Celular	750 milhões
Cachoeira Dourada (energia, Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CRT (tele, Rio Grande do Sul)	660 milhões
Tele Nordeste Celular	660 milhões
Cosern (energia, RN)	600 milhões
Açominas	600 milhões
Cosipa	590 milhões
CERJ (energia, interior Rio de Janeiro)	590 milhões
Enersul	570 milhões
Energipe (energia, Sergipe)	520 milhões
Acesita (siderurgia)	460 milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 milhões
CEG	430 milhões
Tele Leste Celular	430 milhões
Escelsa (energia, Espírito Santo)	430 milhões
Cemat (energia, Mato Grosso)	350 milhões
Banerj	330 milhões
Rede Ferroviária-Centro Leste	**320 milhões
PQU (petroquímica)	290 milhões
Metrô RJ	260 milhões
Copene (petroquímica)	270 milhões
Porto de Santos-Terminal	251 milhões
Banco Meridional	240 milhões
Petroflex	230 milhões
Rede Ferroviária-Sul	**210 milhões
Ultrafertil	205 milhões
Embraer (indústria aeronáutica)	190 milhões
Fosfertil	180 milhões
Salgema (petroquímica)	140 milhões

No entanto, o contraponto levantado por Biondi (2013) é magistral, haja vista o governo esconder que houve vendas de longo prazo, a serem pagas em prestações a “perder de vista”. Com a divulgação dos balanços e resultados, o valor total da compra

⁴² (Preços pela cotação do dólar no dia da venda)

(*) Os preços acima se referem não apenas aos valores apurados nos leilões, mas incluem também eventuais cifras apuradas com as “vendas de sobras”.

(**) Os preços divulgados para as ferrovias privatizadas são fictícios; houve apenas uma entrada de 10% a 15% (só para a malha Sudeste o percentual chegou a 30%); o valor restante será pago em 30 anos, sem correção para o saldo devedor, isto é, com atualizações apenas das prestações, trimestrais. Fonte dos dados brutos: BNDES (*apud* BIONDI, 1999:63).

fora computado como dívida quitada que, em outras palavras, serve para encobrir as cifras negociadas até aquele período. Enganosamente, o governo divulgou nos seus balanços o valor total da venda sem descontar as parcelas que ainda restavam. As dívidas das empresas privatizadas que foram engolidas pelo Tesouro Nacional e que deveriam ser pagas pelos “compradores”, os investimentos antes das privatizações; demissões em massa, bem como os dividendos que o governo deixou de receber, foram características marcantes desse processo que devastou o Estado brasileiro (BIONDI, 2013:66).

Outra questão fundamental que vai de encontro ao argumento de desmonte do Estado dá ênfase às “moedas podres”, que foi o mecanismo usado para mascarar o real valor das vendas do patrimônio estatal. Tais moedas serviram para impedir que o cálculo do montante real fosse crível, pois em muitos casos o valor em moeda corrente era muito inferior ao que fora declarado oficialmente pelo governo. Exemplo disso é que, “de 1990 até março de 1992, segundo cálculos do jornalista Francisco dos Santos, os leilões de privatização já tinham atingido o montante de 1,65 bilhão de dólares; desse total, o que foi pago em moeda corrente equivalia a pouco mais de um décimo do preço de um automóvel de luxo modelo Santana” (BOITO, 1999:54).

A partir disso, o autor resgata os argumentos de um dirigente sindical do ramo químico, para afirmar que,

segundo os cálculos (...), nas privatizações efetuadas ao longo de todo o ano de 1992 no setor petroquímico, o que entrou em moeda corrente foi o equivalente ao preço de três carros populares. Ademais, para as “moedas podres” foi aceito o seu valor de face, o que é muito superior ao valor de mercado. O resultado foi a subestimação do preço das empresas e da aceitação de “moedas podres” nos leilões de privatização que adquiriram as empresas estatais por uma fração insignificante do valor real do seu patrimônio (BOITO, 1999:54-55).

Apoiando-se na lógica da competitividade de mercado, o neoliberalismo fez com que todos os países fossem impelidos a se adequar a uma nova lógica de produção; nesta, a exploração e os baixos índices econômicos são traços constitutivos da dependência dos países periféricos às nações imperialistas.

Biondi faz um resumo dos prejuízos oriundos da privatização:

1-vendas de estatais a prazo (14,8 bi); 2- dívidas que o governo “engoliu” (16,1 bi); 3- juros de 15% sobre dívidas “engolidas” (8,7 bi); 4- investimentos feitos antes de cada privatização (28,5 bi); 5- juros sobre esses investimentos (8,9 bi); 6- “moedas podres” usadas (8,9 bi); 7- dinheiro que o

governo deixou aos “compradores” (1,7 bi); 8- demissões que o governo fez para livrar os “compradores” de pagamento de indenizações e direitos trabalhistas (incalculável); 9- compromissos com fundos de pensão e aposentados que o governo “engoliu” (incalculável); 10- perdas no Imposto de Renda (incalculável); 11- lucros das antigas estatais que o governo deixou de receber (incalculável); 12- prejuízos com os empréstimos - juros subsidiados concedidos aos “compradores” (incalculável). O montante final da venda alcançou 87,6 bilhões (BIONDI, 2013:68).

Em resumo, esses dados carregam informações que explicitam o teor excludente, antidemocrático e destrutivo, que é intrínseco à gênese neoliberal. Uma minoria que detém o controle econômico elabora e efetiva políticas que, além de privilegiar determinados setores, têm um caráter devastador na vida dos milhões de trabalhadores brasileiros. Esses elementos remontam às ideias levantadas ao longo de todo este primeiro capítulo, uma vez que a mundialização do capital, a globalização, a reestruturação produtiva, as privatizações, a terceirização, a precarização e a intensificação do trabalho, a crise do sindicalismo, a superexploração do trabalho, o enxugamento da máquina pública, as perdas de postos de trabalho, entre outras questões igualmente importantes, são, cada uma em sua medida, reflexos de uma realidade sistêmica onde a promiscuidade entre os interesses privados voltados ao lucro sem limites dá continuidade aos processos desencadeados pela internacionalização dos fluxos econômicos, de modo a aumentar a sobrevida do sistema capitalista.

Ademais, tais processos acabam acarretando uma dinâmica particular na nova divisão internacional do trabalho, tendo em vista que as transformações político-econômicas, em diferentes esferas, influenciam diretamente as práticas sindicais. Essa concentração ganha cada vez mais amplitude e força com o capital monopolista de Estado que, a partir dos processos de privatização, acumula e concentra a riqueza e distribui a miséria.

A política econômica neoliberal tem um objetivo político prioritário: atender ao capital financeiro e dar a ele todas as condições para operar de forma a extrair a maior quantidade de riquezas possíveis, estendendo-se por todo o globo a partir de um entrelaçamento do sistema econômico mundial. Para que tais medidas sejam materializadas, as políticas de austeridade econômica, arrocho salarial e compressão dos direitos sociais são colocadas em prática.

Desse modo, é notório o consenso de que as teses de que a reestruturação produtiva e suas múltiplas expressões (neoliberalismo, privatização, terceirização,

intensificação e precarização do trabalho) recriaram forçosamente novas formas de fazer sindicalismo a partir de uma crise econômica mundial e do sindicalismo.

Com o intuito de aprofundar esse debate, abordar-se-á adiante o histórico do movimento sindical brasileiro, visto que “a evolução sindical brasileira, analisada à luz das condições gerais do país e da repercussão de acontecimentos externos (...) reflete os diferentes estágios organizatórios da economia e sociedade nacionais” e contribui para o esclarecimento das posições adotadas pelo sindicalismo e sobre quais foram as atuações diante dessa ofensiva global no mundo do trabalho (RODRIGUES, 1968:24-25).

3 Breve Histórico do Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil

O movimento sindical brasileiro é bastante característico, devido principalmente às condições políticas e econômicas em que se deu seu desenvolvimento. O sindicalismo brasileiro teve início ainda no século XIX, coexistindo com o período da escravidão que assolara o regime colonial brasileiro. O Brasil foi o único país das Américas que, mesmo após sua independência política e com o fim do regime monárquico, não eliminou o escravagismo (essa forma bestial de relação de trabalho); este, posteriormente, tornou-se um obstáculo para o estabelecimento do movimento sindical que surgiria. Em 1888 o regime escravocrata foi abolido. Ao passo que o trabalho livre era oficialmente introduzido, já existiam no país organizações de trabalhadores assalariados.

No presente trabalho será utilizada a divisão feita por José Albertino Rodrigues (1968). O referido autor destaca cinco momentos do sindicalismo brasileiro: período mutualista (anterior a 1888); período de resistência (1888 a 1919); período de ajustamento (1919 a 1934); período de controle (1934 a 1945); e período competitivo (1945 a 1964). O objetivo principal, aqui, além de fazer um breve histórico das fases do sindicalismo brasileiro anteriores à ditadura empresarial-militar, é analisar as implicações da crise estrutural do capital e da reestruturação produtiva da economia no movimento sindical brasileiro. Nesse sentido, além do que foi demarcado pela obra do autor mencionado, acrescentar-se-á outra fase que corresponde ao período da ditadura e da transição para a redemocratização do país, para então se chegar ao que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

3.1 O período mutualista (anterior a 1888)

Para Rodrigues (1968), o primeiro período não é necessariamente um período sindical, mas é importante porquanto nele se dá a gestação do que viria a ser o sindicalismo após a abolição da escravatura em 1888. Essas organizações embrionárias também tinham uma característica um pouco peculiar no tocante ao que se entende como sindicato; eram, na verdade, associações mutualistas cujo objetivo principal consistia em conceder auxílio aos trabalhadores que porventura viessem a ter algum tipo de dificuldade financeira, em decorrência do desemprego, ou, até mesmo, ficassem impossibilitados de trabalhar.

Rodrigues (1968) destaca que mesmo antes da abolição, havia tentativas de organização de alguns setores – onde o trabalho já era livre – e que o desenvolvimento dessas organizações fora impulsionado a partir da transformação radical no mundo do trabalho, imposta pela Lei Áurea.

O trabalho livre se restringia a algumas categorias urbanas que, desprovidas de qualquer amparo, numa sociedade patriarcal de bases rurais, se organizam para fins de defesa mútua. Mas não são todas as categorias de trabalhadores urbanos livres que empreendem uma iniciativa original nos quadros da vida monárquica. São apenas algumas profissões tipicamente operárias, como a construção de navios e a impressão de livros e jornais, respectivamente. (...) Temos assim a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, instituída em 1836, mas só instalada a 21 de dezembro de 1841 na cidade do Recife. (...) No mesmo período é possível constatar a existência de diversas associações mutualistas no Rio de Janeiro. A imperial Associação tipográfica Fluminense, “uma das primeiras organizações operárias surgidas no Brasil”, foi fundada em 1853, transferiu-se para a capital federal e aí comanda uma greve dos tipógrafos em 1858. Neste ano fundou-se a Sociedade Beneficente dos Caixeiros; em 1873, a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional e a Associação dos Socorros Mútuos, mais tarde transformada em Liga Operária; em 1884 fundava-se a União Beneficente dos Operários da Construção Naval. Em 1880 os operários do Arsenal da Marinha da Corte fundam o Corpo Coletivo da União Operária, que se intitula “centro representativo da classe” e não “uma associação de beneficência” e que se dedicou à concretização do montepio, que já existia há cerca de dez anos, sob o nome de “Monte de pensões dos operários dos Arsenais do Império” (RODRIGUES, 1968:6,7,8).

Na última década do século XIX surgiram instituições intermediárias entre o “tipo mutualista puro e o tipo reivindicativo” – uma forma precursora de seguro social, os montepios. Com o advento da República, as mudanças econômicas, políticas e sociais necessárias ao desenvolvimento da organização sindical foram impulsionadas,

propiciando a consolidação das organizações trabalhistas. Assim, estava plantada a semente que desembocaria no movimento sindical tal como se conhece.

3.2 O período da resistência (1888-1919)

Essa fase do movimento sindical brasileiro é chamada de período da resistência, pois se levam em conta as muitas organizações denominadas União da Resistência, Associação da Resistência, Liga de Resistência e Sindicato de Resistência. Tal resistência foi incentivada pela emergência do Partido Republicano, que comandou a queda do Império e rompeu com o monopólio da opinião política que caracterizou toda a era monárquica. Marcada por uma efervescência política e social substantiva, resistiam ao capitalismo emergente no Brasil. Além disso, nessa época havia uma industrialização crescente do país, o que favoreceu a constituição e a consolidação de uma economia que, até então, era exclusivamente agrária (RODRIGUES, 1968).

Outra característica importante desse período é que, a despeito de ter se dado posteriormente a Proclamação da República, ele não marcou o advento do capitalismo, visto que este já era vigente na antiga colônia portuguesa. No entanto, a jovem República modificou o padrão econômico experimentado até então. De acordo com Florestan Fernandes (1987), estabelecia-se o marco inicial da “Revolução Burguesa no Brasil”.

Para esse autor, tal revolução não se deu nos moldes da Revolução Francesa, na qual a burguesia rompeu de forma violenta com a ordem, acirrando a luta de classes para destruir a aristocracia e o Estado absolutista. No caso do Brasil não houve um embate direto como no caso francês, *aristocracia x burguesia*. O que houve foi uma recomposição das estruturas do Estado, de maneira gradativa e limitada, levando em consideração os interesses do capitalismo dos países centrais e preservando a superacumulação do capital e a subserviência periférica da nação brasileira, como se observou no capítulo 1, páginas 12, 13 e 14, ao se tratar da dialética centro-periferia.

Portanto,

A modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se

no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil (FERNANDES, 1987:94).

Ainda de acordo com Florestan, a consolidação do capitalismo no Brasil não deixou espaço para a democratização das relações de trabalho e para a política dos trabalhadores. Isso porque o modelo de revolução burguesa que aqui foi implantado era bastante distinto do propagado pela ideologia burguesa clássica. De um lado, porque havia uma escassa industrialização e uma economia muito diferente das dos países centrais; de outro, porque as organizações de trabalhadores apresentavam uma debilidade contestatória ante o novo Estado que estava sendo formado.

Embora houvesse dificuldade de representação diante do Estado, o processo de industrialização da economia brasileira trouxe consigo o aumento do proletariado fabril, fundamental para a construção do movimento operário e, conseqüentemente, das reivindicações que estavam por vir. A jornada de trabalho extenuante e as precárias condições de trabalho a que foram submetidos fomentaram as primeiras lutas e enfrentamentos contra a burguesia e o grande capital. Atrelado a isso, a chegada de imigrantes europeus, sobretudo de italianos – já adeptos de uma tradição sindical de enfrentamento – ajudou no desenvolvimento do sindicalismo no Brasil.

Durante toda a Primeira República, o Brasil era ainda um país predominantemente agrícola. Quase 70% dos trabalhadores se dedicavam à agricultura. Os empregados na indústria eram quase 14%, incluindo as pequenas oficinas; 16,5% dos trabalhadores estavam no setor de serviços, que englobava várias atividades urbanas, como serviços domésticos e trabalhos eventuais de vários tipos. Não se pode dizer que a indústria não tivesse sua importância na economia, pois se implantava com crescente força. (...) O crescimento industrial paulista começou a se esboçar no fim da década de 1870. Os imigrantes estavam nos dois extremos da indústria, como os donos de fábrica e como operários. Em 1893, 70% dos trabalhadores das fábricas de São Paulo eram estrangeiros. Os principais ramos industriais eram o têxtil, em primeiro lugar, e logo depois o setor de alimentação, incluindo bebidas e vestuário. A indústria de base só passaria a ser desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial, mas o número e a importância das pequenas e médias oficinas, inclusive metalúrgicas, eram consideráveis (TOLEDO, 2004:15).

Não se pode falar em período de resistência sem que se faça referência ao papel desempenhado pelo sindicalismo revolucionário, sobretudo pelos anarquistas. Defensores da ação direta como método de atuação, os anarquistas eram também contrários à burocratização; esta, de acordo com eles, expressava-se a partir da participação política parlamentar. Além disso, detinham o objetivo de criar uma sociedade sem Estado e sem classes sociais. O modo pelo qual pretendiam alcançar esse

objetivo era através de uma insurreição de trabalhadores, que desembocaria na greve geral. As principais greves e manifestações realizadas durante o período de resistência contavam com os anarquistas à frente, e algumas obtiveram significativas conquistas, como a greve geral de 1917, na qual os patrões foram forçados a assinar um acordo que previa 20% de recuperação salarial, regulação do trabalho feminino e infantil e redução da jornada de trabalho para oito horas.

A título de exemplo, eis alguns pontos do programa do Centro Operário Radical, surgido no Rio de Janeiro em 1892, com a participação de positivistas, evolucionistas, socialistas, marxistas, e também do movimento anarquista:

Modificação do regime de propriedade; extinção de privilégios e monopólios; imposto sobre a renda; regulamentação do trabalho; assistência ao trabalhador doente ou acidentado; reforma do ensino com instrução primária obrigatória; arbitramento para evitar guerras e extinção gradual dos exércitos permanentes; liberdade de ação, igualdade de direitos e liberdade religiosa; revisão da Constituição e dos Códigos, reorganização dos tribunais e justiça gratuita; reconsideração da situação social da mulher, repressão aos vícios e proteção à velhice e à invalidez e extinção da pena de morte. (...) Os aspectos marcantes do período são dados pelos anarquistas, que constituíram o grupo mais ativo e aguerrido, conduzindo o movimento operário com obstinação e bravura, justamente numa época em que a violência policial foi das mais fortes. (...) Tiveram os governantes de enfrentar greves e manifestações operárias com reivindicações as mais descabidas para o governo e os patrões. E, invariavelmente, à frente das manifestações, se encontravam os anarquistas, doutrinando, mobilizando e organizando não apenas em função do problema imediato, mas visando soluções de longo alcance que implicavam verdadeira revolução social (RODRIGUES, 1968:9-10).

Esse é o contexto da segunda fase do sindicalismo brasileiro, em que os trabalhadores começavam a se organizar enquanto classe, ancorados principalmente nos ideais anarquistas. Isso tudo ocorreu num contexto onde os trabalhadores eram excluídos da participação dos rumos políticos do país e em que suas pautas eram tratadas como caso de polícia. Entretanto, a despeito de ser tratado de forma truculenta, o movimento sindical desse período foi bastante ativo e causou muito incômodo aos patrões e governantes, impondo derrotas importantes ao Estado. A partir de então, começou um processo de realização de encontros e congressos no meio operário em todo o país.

3.3 O período de ajustamento (1919-1934)

Essa é a terceira fase do sindicalismo brasileiro. De acordo com Rodrigues (1968), ficou conhecida como período de ajustamento. O autor destaca que não há um acontecimento de relevo capaz de demarcar o início desse novo período. Entretanto, afirma que a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, é um acontecimento que objetivava impactar diretrizes político-sociais e mitigar a desenfreada concorrência capitalista. Assim, devido à conjugação de fatores internos e externos, o novo estágio da organização do movimento sindical brasileiro foi alterado significativamente.

Internamente, havia a consolidação de um clima legislativo que influenciou na reorganização da política e dos mecanismos de enfrentamento sindical. Como fatores externos, a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial alteraram não só a política econômica, mas também a estratégia de luta de classes empregada pelas organizações de trabalhadores.

O operariado brasileiro, adepto de variadas vertentes, de diferentes correntes socialistas e sindicalistas, e incentivado pela vitória da revolução bolchevique, realizou várias ações em comum. O clima de euforia atingira inclusive renomados intelectuais, como Lima Barreto, que escreve um artigo em maio de 1918, intitulado “No ajuste de Contas”, considerado um manifesto maximalista, embora esse não fosse o intuito do autor.

O número de folhetins, jornais e manifestos de inspiração socialista e comunista passa a crescer exponencialmente. Com o intuito de popularizar a propaganda revolucionária, dois “comunistas libertários” escrevem e imprimem um manifesto para ser distribuído nas vésperas do 1º de maio de 1919, conseguindo expressiva divulgação. No entanto, boa parte dos folhetos foi apreendida e queimada pela polícia. É com base nessa ideia de aumentar a propaganda socialista e de divulgar a realização dos sovietes (conselhos operários soviéticos) que um grupo de intelectuais e políticos criou uma espécie de Internacional do pensamento, o grupo Clarté. À frente desse grupo de intelectuais estavam Nicanor Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Pontes de Miranda, entre outros (RODRIGUES, 1968).

No tocante aos rumos do sindicalismo, a influência desencadeada pela Revolução Russa ao redor do globo é um marco na ascensão das lutas operárias ao redor

do mundo. Os setores anarquistas dentro do movimento sindical, que até então eram maioria, viram uma expressiva ascensão de comunistas e socialistas que faziam a defesa do programa revolucionário marxista-leninista e recusavam a conciliação entre o capital e o trabalho. A aposta na revolução proletária como solução para as contradições oriundas do capitalismo era incontestável. Em 25 de março de 1922 é realizado o congresso de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, contando inclusive com alguns egressos do anarquismo.

Na linha de frente da fundação do partido estavam alguns poucos operários e intelectuais, representando 73 militantes de associações políticas de trabalhadores: Luís Pérez (vassoureiro), Cristiano Cordeiro (advogado), Joaquim Barbosa (alfaiate), Manuel Cendón (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico), Hemogêneo Fernandes da Silva (eletricista), Abílio Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista) e José Elias da Silva (pedreiro). Eles vinham do Distrito Federal, e dos estados de São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Concretizava-se um dos períodos mais emblemáticos do sindicalismo brasileiro, marcado pela ocupação de espaços políticos institucionais e pela constante politização dos sindicatos (CARONE, 1982).

Estava configurado o período de ajuste, caracterizado por uma mudança de estratégia que passou a ser mais amena e reformista. As características aguerridas e indomáveis do sindicalismo revolucionário de outrora eram postas de lado.

Segundo Rodrigues:

Havia, por conseguinte, uma predisposição conciliadora por parte do movimento sindical, que perdera muito de sua violência revolucionária. De outro lado, as camadas dominantes do poder político, ainda assustadas pela virulência crescente da fase anterior e tendo assumido solenemente compromissos internacionais de introduzir alguns instrumentos regulamentadores do trabalho na legislação vigente, aceitavam de bom grado aquele tom conciliador. É inegável que a repressão aos movimentos militares atingiu rudemente muitos militantes e organismos operários. Mas pouco a pouco vai se esboçando, cada vez mais forte no parlamento, e principalmente pelos setores oposicionistas, uma tendência pela adoção de dispositivos novos de legislação social do trabalho, a fim de atender reivindicações trabalhistas colocadas a partir do início do século (RODRIGUES, 1968: 16).

Isso não significa que não houve confrontos e enfrentamentos no período. Vale lembrar que o tenentismo⁴³ foi uma revolta que aconteceu nessa fase e que contou com pouco apoio do movimento sindical; mesmo assim, balançou os pilares da República Velha. Além disso, nesse período aconteceu o surgimento das primeiras iniciativas para a construção de uma legislação trabalhista, que no início favorecia principalmente alguns setores da economia, mas que depois foi estendida ao conjunto dos trabalhadores.

Entre as principais conquistas estavam, de acordo com Rodrigues (1968), a previdência social e a lei de férias. Mesmo que pouco abrangentes, essas iniciativas apontavam para uma questão muito particular: a pauta trabalhista havia, enfim, adentrado a agenda política nacional, e as classes donas do poder teriam de tratá-las com maior consideração. Além disso, o país atravessava um processo de modernização que tinha elementos políticos e econômicos novos; a principal característica atrelava-se às conquistas de poder por parte de setores da burguesia.

Assim, em 1930, esse movimento político e militar pôs fim à República Velha, sacramentando os interesses da elite e direcionando a economia brasileira – até então de agricultura de exportação – para fortalecer a industrialização no país. De acordo com Antunes, a estratégia adotada por Vargas tinha como objetivo construir um bloco de poder de vários setores da elite para conduzir a nação:

(...) à frente de um movimento que recusava o domínio único das oligarquias cafeeiras, o estancieiro dos pampas foi buscar nas várias oligarquias e demais frações em dissensão a base para liderar um projeto político que possibilitasse o salto definitivo do Brasil, do universo agrário-exportador para o mundo da mercadoria, de feição prevalentemente urbano-industrial, capaz de sustentar um novo projeto para a nação (ANTUNES, 2006:500).

O movimento de 1930 tornou-se vitorioso, pois foi capaz de promover uma conciliação de classes entre alguns setores da oligarquia rural e uma burguesia emergente, atendendo a interesses tanto de uma quanto da outra classe. A conjugação desses dois setores estava muito longe de alterar a estrutura social vigente. Nesse sentido, a política costurada por Vargas tinha como intuito alinhar esse pacto político, visto que não havia condições de uma ou outra classe exercer e hegemonizar o poder.

⁴³ O tenentismo foi um movimento contestatório às oligarquias e ao governo, promovido nos anos 1920 por oficiais de patentes médias do Exército brasileiro. Os principais eventos desse movimento foram a revolta do forte de Copacabana (1922), o Segundo 5 de julho (1924) e a Coluna Prestes (1925-1927), que marchou por mais de 13 estados, percorrendo cerca de 25 mil km em dois anos e quatro meses.

Para Florestan Fernandes (1987), os acontecimentos do início da década de 1930 representaram o marco final do período da revolução burguesa no Brasil. Com a reestruturação das estruturas de poder, a política econômica tinha de submeter-se aos interesses das economias centrais, e, em última instância, às transformações e ao processo de industrialização, que estavam diretamente ligados às relações econômicas com os países capitalistas “desenvolvidos”. Nesse ambiente político era impossível que um Estado nacional e autônomo se efetivasse.

Para adaptar-se às novas necessidades do ciclo de acumulação capitalista, era necessário submeter-se aos vínculos de dependência, subordinação e servilismo, além de adequar-se às exigências que vinham do exterior. Em um contexto de pouca industrialização, onde a população rural ainda era maioria se comparada à urbana, era impossível governar sem que a burguesia emergente se aliasse às oligarquias agrárias. Em um país cujo desenvolvimento era extremamente heterogêneo, a burguesia emergente (mais influente nas cidades) só poderia levar seu projeto adiante por intermédio da associação com a oligarquia, que detinha o controle das regiões mais atrasadas, onde a industrialização era apenas uma remota expectativa.

Na visão de Getúlio Vargas, para que esse projeto fosse exitoso, a classe operária deveria executar o papel da capitulação e conciliação, de modo a compactuar com os interesses do Estado. Essa situação prolongou-se até o início da década de 1930, quando houve sucessivas tentativas de submeter o sindicalismo brasileiro ao controle estatal; entretanto, essa submissão não se deu de forma pacífica, pois além de haver bastante resistência por parte de um lado do movimento sindical, o outro setor não tinha certeza de que rumos o movimento deveria tomar. Rodrigues (1968) assinala a importância da data de 1934, ano em que é promulgada a segunda das três leis sindicais, além da segunda Constituição republicana, onde pesava o caráter corporativo.

3.4 O período do controle (1934-1945)

A nova fase apresenta-se em um ambiente em que são estabelecidas as principais diretrizes da legislação trabalhista e sindical no Brasil, que existem até os dias atuais. Rodrigues (1968) destaca o ano de 1934 como referência do período de controle, pois foi nesse ano que a nova Constituição, de inspiração corporativista, ainda que

conservasse princípios do liberalismo clássico, foi promulgada. Em meio a muita turbulência, confrontos sociais e transformações econômicas, o movimento sindical passara a ser tratado de forma diferente. O que era anteriormente visto, fundamentalmente, como caso de polícia, passou a ser encarado como algo imprescindível para a construção de um consenso político e da paz social. Para tanto, era necessário criar condições de elaboração de uma política social para a questão trabalhista.

Na conturbada sociedade após a Revolução de 1930, nenhum setor da sociedade detinha hegemonia política capaz de atender aos inúmeros interesses de classe. Para isso, foram necessárias composições políticas visando à construção de um bloco de poder capaz de levar a cabo a política de transição do modelo agrário-exportador para um modelo intermediário, agrário-industrial. Para conseguir a estabilidade e o controle político, Getúlio Vargas precisou do apoio dos trabalhadores.

O controle não é facilmente alcançado, e a primeira tentativa se faz com a promulgação da primeira lei sindical, poucos meses após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O governo recentemente estabelecido ainda não se achava consolidado, enfrentava alguns obstáculos e sofria divergências internas, o que o impossibilitava de levar avante uma decidida e firme política social. Vão se criando paulatinamente os instrumentos de controle – dispositivos regulamentadores do trabalho, institutos de previdência social e novas cartas constitucionais – que vão se tornar efetivos e absolutos com a implantação do Estado Novo (RODRIGUES, 1968:18).

A chave para garantir a efetivação dos projetos de industrialização da economia brasileira girava em torno da consolidação dessa política. Para isso, Vargas não poderia ser contrariado pelos anseios de um movimento sindical descontente e rebelde, e é justamente nessa direção que a tática do consenso entre setores antagônicos aponta. Para garantir a satisfação da burguesia, cumpria apaziguar os ânimos exaltados dos sindicalistas.

A estratégia conciliadora de Vargas foi marcada por dois requisitos suplementares. O primeiro deles estava associado à ideia de que o sindicato deveria perder a imagem de instrumento aguerrido e reivindicativo em prol dos trabalhadores, opinião que lhe era comumente atribuída, principalmente pela classe proletária. Na tentativa de descaracterizá-lo como entidade de luta – exclusiva dos trabalhadores –, surgiram organizações patronais fazendo uso, também, da insígnia de entidade sindical.

A despeito de haver uma clara tentativa de desconstrução da identidade do sindicato diante da sociedade, havia uma boa vontade em demonstrar tolerância e respeito pelas reivindicações e pautas trabalhistas. Tudo isso com o claro intuito de ocultar a sofisticada arquitetura de enquadramento do movimento sindical nos marcos do aparelho estatal.

Em segundo lugar, é importante frisar que, atrelada à ideia de aceitação e condescendência, estava em curso um plano para tornar os sindicatos braços do Estado com atribuições assistencialistas, além de instrumentos de controle da classe trabalhadora. Esse modelo de sindicalismo executado por Vargas tinha inspirações bastante perigosas, como a *Carta del Lavoro* italiana, elaborada pelo governo do ditador fascista Benito Mussolini.

A cooptação e a domesticação do sindicalismo não aconteceram sem resistência; pelo contrário, houve críticas e barreiras oriundas, sobretudo, de setores anarquistas e comunistas. Pautas históricas do movimento sindical, como redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, que haviam sido pilares da consolidação de um movimento sindical forte e atuante no Brasil, haviam sido apropriadas pelo varguismo. A engenhosidade do plano de Vargas consistia em reformular pautas do movimento sindical que, em alguma medida, pudessem ser vistas como muito radicais perante a sociedade. Nesse sentido, os anarquistas e comunistas que fizeram uma clara oposição ao governo não foram tratados com a mesma condescendência de outrora. A repressão foi implacável, de modo a caçar as lideranças mais combativas, impedindo-as de exercer a liberdade de manifestação. Chegou-se, até mesmo, a dizimar inúmeros anarquistas que faziam oposição ao governo (ANTUNES, 2006).

Os anarquistas, que no início do sindicalismo brasileiro eram a maior corrente, nesse momento particular do movimento sindical brasileiro tiveram seu quantitativo diminuído significativamente, além de terem sido praticamente eliminados. Os militantes comunistas também foram duramente perseguidos, no entanto, adotaram outra tática, que consistia, essencialmente, em fazer uma política de oposição mais branda, uma disputa mais discreta dentro dos sindicatos. Por outro lado, aqueles sindicalistas que se enquadravam no modelo de política trabalhista elaborado e executado por Vargas não eram incomodados e não sofreram nenhuma sanção. É nessa

altura que surge uma das expressões mais usadas no meio sindical ainda nos dias atuais: o peleguismo⁴⁴ (PERONDI, 2011).

A captura e o controle do movimento sindical por parte do governo Vargas só tiveram êxito devido às profundas transformações sofridas pelo movimento sindical. Nesse sentido, vale ressaltar as características fundantes que contribuíram para que essa política fosse vitoriosa. Primeiramente, o perfil dos trabalhadores do início do século XX era de imigrantes europeus, representando parte expressiva dos contingentes da força de trabalho das fábricas, com o advento da política industrial, e, conseqüentemente, com a diminuição da imigração, o retrato dos trabalhadores já não era mais o mesmo.

A massa de trabalhadores que agora compunha o chão da fábrica era oriunda basicamente do meio rural; enquanto os primeiros trabalhadores desempenharam um papel destacado na formação do sindicalismo no Brasil – haja vista que detinham capital político e uma consciência de classe já formada –, os segundos careciam dessa formação, pois vinham de uma tradição cultural paternalista, patriarcal, com pouco ou nenhum capital político. Com tais transformações, o terreno mostrou-se propício para a política de Vargas, que poderia empregar facilmente sua política paternalista.

Às leis sociais de amparo ao trabalhador, promulgadas nessa fase, acrescentava-se uma predisposição de aceitar o emprego na fábrica como dádiva oferecida pelo patrão que, aos olhos do novo operário, não se distinguia muito do fazendeiro ou do usineiro. Juarez Lopes, estudando as relações industriais em duas comunidades da Zona da Mata de Minas Gerais mostra como, em virtude das raízes rurais do empregado, se criaram “relações de lealdade pessoal particularmente fortes”, desenvolvendo-se, pois, em alto grau, uma “personalização” das relações de trabalho (RODRIGUES, 1968:21).

Segundo França (2013), os avanços no direito social no Brasil após 1930 são inegáveis, porém não podem ser desconsideradas as reivindicações protagonizadas pelo movimento sindical. O estado varguista tentava restringir a influência dos dirigentes sindicais sobre a massa de trabalhadores, e além da clara evidência de aspiração em dirigir o movimento operário, dispunha, também, da ambição de atrelar os setores do empresariado ao Estado, numa tentativa de buscar a conciliação de classe entre esses

⁴⁴ De acordo com Rodrigues (1968:19), o peleguismo pode ser entendido como um “fenômeno gerador de dirigentes sindicais que se contentam com as atribuições legais e se tornam instrumentos dóceis para que a organização atue menos no interesse de sua classe do que no interesse particular da empresa econômica e da ordem política do momento. [...] É, além disso, o elemento que dialoga com os patrões usando uma linguagem cordata, paternalista e submissa, e chega mesmo a agir mais em função dos interesses patronais do que da categoria que formal e ocasionalmente representa”.

grupos sociais, como explicita o próprio Getúlio Vargas em declaração de maio de 1931:

As leis há pouco decretadas, reconhecendo as organizações sindicais, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado (MATTOS, 2002:36).

Se o reconhecimento dos sindicatos pelo governo era uma reivindicação antiga das entidades sindicais e, de igual modo, dos trabalhadores, ele veio juntamente com o monopólio da representação e com a tutela estatal. De 1932 a 1937, uma série de leis trabalhistas foi criada para regulamentar a atuação daqueles que estavam no mercado de trabalho, bem como para assegurar direitos daqueles que eventualmente dele saíssem temporária ou permanentemente (leis previdenciárias). No entanto, inúmeros trabalhadores estavam descontentes com o controle estatal sobre as entidades sindicais e não pareciam dispostos a abandonar suas tradicionais entidades de classe pelas entidades oficiais controladas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), exceto aqueles que já aderiam à política de conciliação. Os números abaixo são bem elucidativos:

Tabela 2

Número de sindicatos reconhecidos pelo Estado no Brasil nos anos 1930

1931	32
1932	83
1933	141
1934	111
1935	73
1936	242
Total	682

Fonte: Costa, S. Estado e controle sindical, p.23. Citado por: Mattos, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil, p, 36.

A partir da tabela acima, percebe-se que o processo de reconhecimento ganhou mais expressão a partir de 1935, ano em que a repressão do governo Vargas ao sindicalismo que atuava fora da institucionalidade foi intensificada, como também foi no ano do levante que ficou conhecido como *Intentona Comunista*⁴⁵.

⁴⁵ Levante comunista em novembro de 1935, também conhecido como Revolta Vermelha. Foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, realizada pelo PCB em nome da Aliança Nacional Libertadora.

Mattos atribui o crescimento dos sindicatos oficiais no período de 1932-1934 à pressão ministerial e ao interesse das bases pelos benefícios de cunho assistencialista, concedidos aos trabalhadores sindicalizados sob a tutela do Estado. Ademais, os interesses corporativos, então presentes na Assembleia Nacional Constituinte, permitiam que, além dos representantes eleitos pelo voto direto, um grupo menor de deputados escolhidos por empresários e trabalhadores associados aos sindicatos oficiais pudessem compor a chamada *bancada classista*. Com isso, muitos sindicalistas adotaram a estratégia de buscar a *Carta Sindical* – registro oficial da entidade sindical no MTIC – para poderem participar da Constituinte e influenciar, de dentro do Estado, propostas que visassem ao fim do modelo varguista (MATTOS, 2002:36-38).

Rodrigues (1968) afirma que o controle a que o sindicalismo brasileiro fora submetido não decorria exclusivamente das iniciativas tomadas pelo Estado, pois inúmeros fatores ajudaram a consolidar a submissão ao governo Vargas:

Também as condições sociais do proletariado moderno do Brasil permitiram que mecanismos tradicionais e informais de controle social o submetessem e o orientassem mais em favor dos interesses das classes dominantes do que do proletariado. Trata-se de uma condição facilitadora do desenvolvimento industrial – nas condições em que ocorreu no Brasil – e que não constituiu obstáculo ameaçador à ascensão e consolidação da burguesia industrial no moderno panorama social que se abriu com a revolução de 30 (RODRIGUES, 1968:21).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e, por conseguinte, com a derrota do fascismo, deu-se no mundo inteiro o início da redemocratização. A ditadura perdera força e o socialismo emergia como alternativa ao capitalismo. A partir da abertura democrática, inúmeras correntes do movimento sindical, outrora perseguidas e impossibilitadas de atuar – até então na ilegalidade –, puderam retomar suas atividades políticas.

Com a criação da Organização das Nações Unidas, o ambiente de tolerância política que florescia ao redor do mundo favoreceu inúmeros setores que perderam espaço no sindicalismo da era Vargas. O movimento sindical passava a disputar espaços democráticos e o enfrentamento político não era mais visto como caso de polícia. Abre-se, a partir de então, uma nova fase do sindicalismo brasileiro.

3.5 O período competitivo (1945-1964)

O desfecho da Segunda Guerra Mundial trouxe, entre outras questões, a pauta trabalhista e a abertura democrática para o centro do debate. A democracia passou a ser o timoneiro das decisões políticas, um fenômeno de verdadeiro diálogo democrático favorecido por inúmeros sujeitos sociais. O primeiro deles foi a batalha de Stalingrado, que marcou a derrota do nazifascismo e pôs fim aos esquadrões da morte de Hitler e ao horror vivido nesse período. Esse combate ficou na história como um símbolo intenso da resistência contra a opressão, o imperialismo e a ocupação estrangeira.

A derrota do líder nazista intensificou a onda de democratização mundo afora; aliado a isso, outro fator preponderante para a impulsão da democratização foram os ideais de igualdade apregoados pelos socialistas e difundidos no seio da classe trabalhadora. Com efeito, a agitação política do período era oriunda não apenas das contradições em que se encontravam as classes sociais no Brasil, mas também se apoiava no aumento da propaganda da vitória da revolução proletária na Rússia, servindo como um novo parâmetro para a questão social nos países capitalistas. É a partir daí que surge a política do *Welfare State*⁴⁶ – ou Estado de bem-estar social –, na tentativa de conter o crescimento da luta pelo socialismo, haja vista que a autorregulação dos mercados proposta pelo capitalismo fracassara e o socialismo enaltecia o acolhimento dado às demandas mais elementares da população.

Nesse período particular do sindicalismo brasileiro, a abertura política propiciou o estímulo a um rico debate de ideias. Foi uma época em que diversas correntes políticas passaram a disputar o controle do movimento sindical, muito embora nenhuma delas tivesse o pleno domínio da organização política desses trabalhadores, senão o momentâneo controle de alguns setores. Rodrigues afirma que:

⁴⁶ A grande crise econômica de 1929 resultou da política econômica liberal ortodoxa, que tinha como pressuposto a autorregulação do mercado. Após a quebra, nos EUA e na Europa, ganhou força o Estado de bem-estar social. Trata-se “de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como ‘desenvolvimentista’, tendo vigorado, *grosso modo*, no período entre a década de 1930 e a de 1980” (PINTO, 2007:49).

Inicialmente, são os comunistas que, mais bem organizados e munidos de uma política sindical mais ou menos definida, obtêm êxitos significativos. As tendências obreiristas mostram-se muito fortes no período em que o Partido Comunista Brasileiro se mantém na legalidade, de maneira a facilitar o seu trabalho sindical. Mas desde logo oposições consideráveis se formaram, antevendo-se consequências políticas de grande envergadura com sucessivos êxitos comunistas no meio sindical (RODRIGUES, 1968:22).

Todas essas mudanças inauguraram o período competitivo em que sindicatos, associações e organizações de trabalhadores passaram, pela primeira vez, a gozar de alguma liberdade. Entretanto, tal liberdade não é a mesma cultivada pelo movimento sindical – anarquista/autônomo – do início do século XX. Essa liberdade está muito mais associada à postura menos violenta verificada entre Estado e sindicato, que sucedeu o fim do Estado Novo, mas deveras distante de uma postura de independência e autonomia, marcada pela intrepidez do movimento anarquista e comunista.

É importante destacar que, se por um lado Getúlio Vargas havia se afastado do poder, toda a estrutura sindical construída durante o período do Estado Novo permanecera praticamente intacta, não só no que concerne aos órgãos oficiais, mas também as próprias entidades sindicais, visto que uma parte bastante substantiva dos sindicatos era controlada por uma corrente que, pretendendo aproveitar a experiência inglesa, sobretudo a partir do pós-guerra, “tornou-se herdeira da política social de Vargas e utilizou uma série de organismos por ele criados” (RODRIGUES, 1968:23), como o “trabalhismo”⁴⁷, atrelando-se ostensivamente à máquina estatal.

A manutenção da estrutural estatal e a utilização desses instrumentos de dominação e controle, marcadamente estado-novistas, influenciaram o sindicalismo do período competitivo. De acordo com Rodrigues,

Acrescentou-se [...] um decreto-lei regulamentador do direito de greve, promulgado pelo presidente eleito, mas no período em que, reunida a Constituinte, governava ainda com base na Carta Fascista de 1937: o objetivo era limitar aquele direito. Nessas condições, o “peleguismo” não desapareceu e o Ministério do Trabalho fez uso, repetidas vezes, da faculdade de intervenção nas entidades sindicais. Aliás, como o Ministério tratava de assuntos da Indústria e do Comércio, além do Trabalho, as categorias patronais conseguiram repetidamente a indicação titular da pasta – e o “peleguismo” notabilizou-se não só como governista, mas patronal também (RODRIGUES, 1968:22).

⁴⁷ Paranhos (1999) entende o trabalhismo como uma ideologia que fora elaborada por setores da intelectualidade brasileira vinculada ao projeto varguista. De acordo com o autor, o trabalhismo é uma fala roubada da classe trabalhadora, resultante de um processo de assimilação, apropriação e ressignificação da produção simbólica e ideológica dos trabalhadores.

Outra característica importante desse período, na visão de Rodrigues (1968), é que o movimento sindical passou a abarcar uma série de pautas políticas que não eram levadas adiante pelo sindicalismo corporativo. Esse elemento politizador é reflexo da multiplicidade de correntes políticas atuantes e do momento peculiar que a política nacional atravessava, em que questões como soberania, reforma agrária, desenvolvimento da política econômica etc. foram agregadas às já extensas demandas trabalhistas. Por outro lado, alinhados à ideia de tomar de conta das relações industriais e da assistência social, as entidades patronais da indústria e do comércio criaram uma nova instituição – o Serviço Social – que, sob o pretexto de atender aos anseios das relações industriais e da assistência social, nada mais fez que atuar por vias indiretas sobre o movimento sindical.

Com a ajuda dos chamados sindicalistas “pelegos”⁴⁸, criaram associações paralelas aos sindicatos, com um verniz “democrático”, mas que visavam, unicamente, combater os ideais comunistas. É razoável pensar que essas oposições entre o “peleguismo” e o sindicalismo comprometido, constituídas a partir do processo de democratização, foram positivas na medida em que conseguiram ampliar a luta por questões que não estavam diretamente ligadas às condições de trabalho, acrescentando novos elementos à luta de classes e fomentando o desenvolvimento de uma consciência política entre os trabalhadores, contribuindo para uma nova leitura da luta de classes, por mais limitada que essa fosse.

Entretanto, pode-se dizer que essa politização do movimento sindical pouco ou nada contribuiu à evolução da própria organização sindical, no sentido de conquistar maior liberdade que nos tempos Vargas, ou no que diz respeito ao acréscimo de novas demandas à pauta trabalhista. Isso se deu porque o movimento sindical não tinha em sua essência uma análise dialética da história, mantendo-se restrito aos limites da concepção trabalhista, que por sua definição não pretendia ir às raízes do conflito de classes, isto é, ao limiar do embate entre capital e trabalho. Mesmo os setores comunistas adotaram

⁴⁸ Termo popularizado durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a *Carta Del Lavoro*, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Portanto, “pelego” era o líder sindical que fazia o jogo do governo, garantindo o atrelamento da entidade ao Estado. Anos mais tarde, o termo voltou à tona com a ditadura militar. Nesse sentido, “pelego” passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado “sindicalismo marrom”. A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões.

uma estratégia na luta de classes que consistia em alianças com a burguesia nacional, tese que era defendida pelo Partido Comunista Brasileiro.

Analisando o período de redemocratização do país, Sérgio Costa faz uma interessante reflexão acerca dos mecanismos de controle governamental sobre as organizações sindicais, sobretudo no decorrer do intervalo democrático de 1945 a 1964:

Se tal organização sindical permaneceu intacta em um período (1946-1964) que de forma alguma pode ser considerado ditatorial, então podemos inferir que ela beneficiou alguns setores da sociedade. Trocando em miúdos, pelo menos alguns grupos sociais devem ter tirado proveito deste sindicalismo de tipo corporativista, para que fosse sustentado por um período tão longo, levando em consideração também o fato de que a aplicação, severa ou não, dos controles previstos pela lei, dependia da vontade dos governantes. Se tal estrutura de representação profissional abrangia, em termos gerais, tanto os empregados quanto os empregadores, então a nosso ver ela deveria estar sendo benéfica pelo menos a alguns setores da classe patronal e, também, a alguns grupos do movimento trabalhista. (...) Vale lembrar que no início dos anos 60 os comunistas, embora criticassem a estrutura sindical, dela também se serviram, de forma intensa, para propagar suas teses políticas, liderando as principais confederações de trabalhadores então existentes no País. Portanto, em nosso entender, caso tal estrutura fosse prejudicial em todos os momentos a todos os setores da sociedade, é evidente que ela não permaneceria praticamente intacta (desde sua consolidação), durante um período em que várias modificações profundas ocorreram no país, tanto em termos econômicos quanto no que concerne à política (COSTA, 1986:86).

De acordo com Costa (1986), essa estrutura sindical, baseada na divisão igualitária entre patrões e empregados, conservou as suas principais bases no decorrer do período de redemocratização, e, mais do que isso, mostrou-se de alguma forma benéfica, pelo menos para alguns setores sociais. Até mesmo os comunistas, na visão do referido autor, teriam tirado proveito desta estrutura para ampliar e difundir sua política ao longo das décadas de 1950-60.

A posição das lideranças sindicais, sobretudo dos comunistas do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – entidade que contrariava os moldes de organização sindical estabelecidos pelo Estado, uma vez que era proibida a formação de centrais sindicais, e que mais tarde seria uma das maiores preocupações da ditadura militar –, na visão de Boito Jr. (1991), pode ser mais bem compreendida através da ideia da ideologia da legalidade sindical: que nada mais era que um resquício da ideologia populista varguista, ou melhor, o apego das lideranças à estrutura oficial.

Essa estrutura sindical varguista de cariz controladora e corporativista, conforme afirma Perondi (2001), manteve-se completamente intacta durante o período democrático do sindicalismo competitivo (de 1945 a 1964), e corroborou o modelo

nacional desenvolvimentista vigente, em maior ou menor escala, em todos os governos do período. Nesse sentido, Rodrigues afirma que a síntese da evolução sindical brasileira deve ser entendida à luz do desenvolvimento histórico e dos acontecimentos internos e externos ao país. E conclui que,

Por ação ou omissão, transformam-se e alcançam repercussão. A linha de evolução foi de uma atuação definidamente radical, para um retraimento que, finalmente, redundou na abertura de várias frentes de definições divergentes e que ainda não encontrou formas de ação comum e decisiva sobre os processos específicos e globais da sociedade em que se insere (RODRIGUES, 1968:25).

3.6 O período da ditadura e a construção do “Novo Sindicalismo”

O período da ditadura empresarial-militar foi bastante prejudicial para a organização dos trabalhadores, uma vez que não era permitido organizar-se politicamente enquanto indivíduo, tampouco enquanto coletivo. A repressão não apenas restringiu a atuação dos sindicatos, mas também minorou qualquer possibilidade que os trabalhadores organizados em entidades sindicais tinham de interferir nos rumos das decisões políticas nacionais.

O movimento sindical no decorrer do século XX adquirira importância tamanha que, em pouco tempo, tornou-se um dos principais alvos do governo autoritário que se formava. Os militares tinham absoluta clareza de que boa parte dos opositores do regime encontrava-se nas fileiras do movimento sindical. A prova disso é que não mediram esforços para pôr em prática uma estratégia de cercear a liberdade sindical, anulando sistematicamente sua atuação para preservar o modelo repressivo. Relatórios⁴⁹ da Comissão Nacional da Verdade apontam que logo após o golpe militar, já em abril de 1964, 350 sindicatos sofreram intervenção, número que alcançaria mais de 600 ao longo de todo o regime, no qual mais de 8.400 dirigentes sindicais foram perseguidos.

Diversas empresas públicas, entre elas: Petrobras, Embraer, Engesa, Telebras, Telesp (hoje sob o controle da Vivo), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); e privadas, como: Mafersal, Monark e Coral e Grupo Ultra, mancomunadas com o governo militar, ergueram uma verdadeira rede de

⁴⁹ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-16/empresas-serao-investigadas-por-perseguido-a-sindicatos-na-ditadura.html>>. Acessado em 28/4/2016.

repressão⁵⁰ na ditadura, integrada por “sucursais” do SNI no Ministério do Trabalho, por empresas e agentes infiltrados nos sindicatos para inviabilizar qualquer tentativa de resistência ao golpe.

De acordo com a coordenadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rosa Cardoso⁵¹, “o golpe foi contra a República Sindical que estava em construção e não contra a República Comunista, como argumentaram os militares”. A coordenadora responsável pelo Grupo de Trabalho Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da CNV ainda afirma que foram encontradas caixas de documentos sobre a “cassação de trabalhadores e intervenções nos sindicatos, com os quais poderemos reconstruir um painel informativo e rico sobre a repressão contra o movimento sindical”⁵². A despeito disso, surgiu de dentro do movimento sindical um forte polo de resistência rumo às bandeiras pela redemocratização do país.

A ruptura institucional causada pela ascensão dos militares ao poder pôs em prática todos os decretos da legislação sindical deixada de lado no período anterior. Com um conjunto de leis controladoras e centralizadoras – dispositivos criados na era Vargas –, tinham um único objetivo: promover uma reestruturação da vida sindical. Para isso era necessário manter o movimento sindical sob a tutela do Estado, e mais, limitar suas práticas de modo a torná-las inofensivas, intervindo nas cúpulas sindicais e atacando duramente a estrutura de organização nos locais de trabalho que podiam servir de pilar para a recomposição do movimento sindical “combativo” de antigamente. Desse modo, os militares efetivaram uma política econômica de arrocho salarial, retiraram direitos e intensificaram as condições de trabalho, com o intuito de dar sustentação aos lucros do capital imperialista investido durante o governo de Juscelino Kubitschek e, também, de atrair investimentos estrangeiros.

A lista de danos às conquistas trabalhistas é extensa: proibiu-se o direito de greve (Lei 4.330, de junho de 1964); substituíram-se as negociações salariais entre os sindicatos e patrões por decretos do governo; passou-se a fixar os índices de aumentos salariais; substituiu-se a estabilidade decenal (após dez anos) pela lei que criou em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que permitia demissões em

⁵⁰Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-tem-acesso-a-documentos-sobre-perseguido-a-sindicalista-6445.html>>. Acessado em 28/4/2016.

⁵¹ Idem, p. 44.

⁵² Idem, p. 45.

contraprestação ao pagamento de uma indenização no valor de 40% do FGTS; e, por fim, reformulou-se a Lei de Remessa de Lucros, facilitando o envio dos lucros das multinacionais ao exterior.

Dessa forma, a política de “arrocho salarial” era implementada de cima para baixo, de maneira autoritária e hierarquizada, sobre o “lombo” dos trabalhadores, ou melhor, no chão da fábrica, lugar em que os operários iam enfrentando como podiam as agruras advindas da precarização da vida e do trabalho, fruto da política nefasta imposta pela ditadura empresarial-militar.

Nesse sentido, Marco Aurélio Santana afirma que:

Visando a dificultar ainda mais o caminho de recomposição do sindicalismo “combativo”, o ministro do Trabalho de Castelo Branco, Arnaldo Sussekind, após autorizar a realização de eleições em centenas de sindicatos, elabora a portaria de Nº 40. Tal portaria buscava limitar os acessos às direções dos órgãos sindicais, por indivíduos alheios à vontade do governo. Ela instruía os interventores a iniciar processos contra as direções depostas pelo golpe, por supostas irregularidades, impedindo-os, pelo exposto na portaria, de tentar retornar ao sindicato via eleição (SANTANA, versão *online*)⁵³.

Caso viessem a vencer as eleições para a direção dos sindicatos, além de enfrentar todas as problemáticas em decorrência da falta de liberdade política, poucos recursos, perseguições e torturas, as chapas vitoriosas em todo o país, independentes do Estado, deveriam lutar para poderem assumir. O PCB, por conseguinte, viu na ocupação dos espaços sindicais uma forma de oferecer resistência ao regime militar, e assim conclamou sua militância para participar de maneira organizada das eleições sindicais, reuniões, congressos e convenções, com o objetivo de impedir, juntamente com outras forças de esquerda, a colaboração com a tirania militar. Essa atuação dos comunistas e de outros setores da esquerda – como a Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP) – deveria ser feita nos sindicatos, mas, fundamentalmente, nos locais de trabalho, pois seu enraizamento viria das questões econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores (SANTANA, 2001; FREDERICO, 1987; CARONE, 1982).

Para assegurar-se no poder, o regime ditatorial fazia indiscriminadamente uso da força e da violência contra todas as formas de liberdade. É justamente neste período que – mais especificamente, na segunda metade da década de setenta, contrapondo-se ao

⁵³ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p279/8605>. Acessado em 29/4/2016.

sindicalismo “chapa branca” e estatal, gestado na era Vargas e consolidado no período militar – emergem diversos movimentos sociais na cena política brasileira. Tais movimentos não constituíam sujeitos políticos homogêneos, ao contrário, eram compostos por uma grande diversidade e reivindicavam inúmeras causas; eram movimentos de cunho popular em prol dos anseios dos menos favorecidos. Essas reivindicações que definiam coletividades passavam pela luta de diversos setores sociais, como: sindicatos, mulheres, jovens, negros, indígenas, comunidades eclesiais de base, trabalhadores rurais etc.

As pautas políticas pelas quais esses movimentos se mobilizavam contemplavam as seguintes questões: direito de greve, direito à liberdade e autonomia dos sindicatos, direito à creche, direito à educação, direito à distribuição das terras aos sem-terra, direito à moradia, direito à igualdade de condições para mulheres trabalhadoras e direito à saúde. O ponto nevrálgico desses novos movimentos é que, em seu bojo, carregavam um sentido “inovador”: traziam consigo o anseio por construir novas referências para a classe trabalhadora “em relação à singularidade de diferentes condições sociais antes anônimas como dimensão política” (PAOLI, 1995:31). Desse modo, ajudaram a constituir novos sujeitos e novas práticas político-culturais na sociedade brasileira. Sader (1995:143-144) salienta que essas novas práticas podem ser observadas a partir das “novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores” através de “novos padrões de ação coletiva”, a partir da “emergência de novos sujeitos”.

Com base nas experiências de luta dos trabalhadores na década de 1970 e 1980, Sader (1995) chama a atenção para a emergência de “três agências” ou “centros de elaboração discursiva” que buscavam novas vias para reatar relações com suas bases sociais e reelaborar o cotidiano popular na ótica da luta contra as péssimas condições estabelecidas. Em primeiro lugar estariam os grupos de esquerda, desarticulados por uma derrota política em face do regime militar; em seguida estaria a Igreja Católica, que vinha sofrendo perdas de influência junto ao povo e que para reverter essa situação investiria nas comunidades de base; e, finalmente, a estrutura sindical, esvaziada por falta de função, que seria o pilar do “novo sindicalismo⁵⁴”. Assim,

⁵⁴ O novo sindicalismo é definido a partir de duas experiências. A primeira está associada à luta contra práticas nocivas no meio sindical: acomodação, cupulismo, vanguardismo, distanciamento das bases, debilidade organizativa, burocratização e “peleguismo”, que transformaram os sindicatos em máquinas

a matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. (...) A matriz marxista não dispõe dessa base, enfrenta uma profunda crise, e os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora; ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar este constituído para agenciar os conflitos trabalhistas (SADER, 1995:143-144).

Observa-se então, a partir desses pilares, a formação de várias coletividades que, apoiadas em suas necessidades materiais, expressavam seus interesses e, ao mesmo tempo, buscavam construir suas identidades enquanto grupo. É importante destacar que, a despeito das várias divisões, a atuação desses sujeitos políticos não se limitava, necessariamente, a uma só agência. Não eram poucos os sujeitos que, ligados às estruturas sindicais, militavam nas comunidades de base. Similarmente, os grupos de esquerda (marxistas), visando disputar a consciência dos trabalhadores, inseriam-se tanto nas comunidades de base ligadas à Igreja, quanto no meio sindical.

Não se pode tratar de uma temática tão importante na vida sindical e política brasileira, como é o caso do novo sindicalismo, sem que antes se aborde outro importante movimento, fundamental para a consolidação da política sindical que crescia no seio da classe trabalhadora em São Bernardo do Campo: a resistência silenciosa à ditadura militar, as oposições sindicais.

As greves de massa foram precedidas por uma constante e persistente luta cotidiana dos militantes sindicais ligados a vários grupos da esquerda marxista e da Igreja Católica que atuavam nas fábricas. Através dessas ações cotidianas de resistência à ditadura empresarial-militar, diversos movimentos sociais, particularmente a partir de 1968, depois das greves que paralisaram a cidade de Osasco, vão se rearticulando de modo a recuperar antigas formas de atuação e organização. De maneira ainda tímida e cuidadosa, em razão da instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, no governo do ditador Costa e Silva, surgia um movimento em meio à

de assistencialismo. A segunda rechaça o atrelamento do sindicato ao Estado e às conciliações com o patronato, como no período Vargas.

clandestinidade, que não mais era uma opção, e sim uma estratégia para driblar a repressão e reorganizar a resistência da classe operária⁵⁵.

Essas oposições sindicais eram ligadas a grupos como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ala Vermelha do PC do B (ALA), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Política Operária (PO) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), todos da esquerda marxista. Havia também aqueles de matriz católica, como a Ação Católica Operária e a Juventude Operária Católica⁵⁶.

Segundo C. Frederico (1987), a função desses quadros militantes de organizações políticas era uma das formas encontradas pelos grupos de esquerda clandestinos para “acelerar o processo revolucionário”, operando e organizando os trabalhadores no interior das oposições sindicais, nas suas bases, nos locais de trabalho, conquistando-os e convencendo-os a defender a revolução socialista, na tentativa de fazer a ligação entre a pauta econômica (minimalista) e uma pauta política mais ampla (maximalista). A partir daí chegar-se-ia ao objetivo principal, que era a superação das contradições de classes inerentes à sociedade capitalista.

A fábrica era vista como o ambiente propício para esse trabalho pedagógico, pois a contradição apresentava-se ali de maneira mais evidente – o conflito capital-trabalho era palpável –, o que facilitaria o processo de recrutamento, pois, naquelas condições, o trabalhador tomaria conhecimento da sua condição material enquanto agente político, já que os baixos salários, o autoritarismo das chefias e as péssimas condições de vida eram traços marcantes da realidade operária.

Ainda de acordo com C. Frederico (1987), as estruturas sindicais haviam sido construídas pela classe dominante e pela burguesia latifundiária para controlar o proletariado, e não como um instrumento de libertação da classe trabalhadora. Em contrapartida, com o objetivo de ajudar na luta pela emancipação do operariado, outra via de acesso às bases fora instituída. Já que o Estado burguês atravancava os processos de luta, as oposições sindicais comprometiam-se com a construção da luta de baixo para cima, a partir da base, através de conselhos de representantes de fábricas e junto às diretorias sindicais e comitês de fábricas.

⁵⁵ Ver mais a respeito em: <http://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/671c107eed8b8f88fb719801ac08ac4d/file/orb-caderno-ii-em-word-doc.doc>. Acesso em 29/4/2016.

⁵⁶ Idem.

Desse modo, primeiro procurava-se esquematizar quais eram os problemas da fábrica que mais afetavam os trabalhadores, e então se direcionava a luta para solucionar esse problema. Em algumas situações de trabalho, o que mais afetava os trabalhadores era a questão da insalubridade no ambiente de trabalho; em outras fábricas, tratava-se das questões salariais. Além disso, também se fazia um levantamento do ponto de vista econômico e político da fábrica, sua situação perante o mercado, quais os principais compradores e fornecedores, quais as seções mais estratégicas e os pontos mais vulneráveis. Do lado político e sindical, procurava-se, entre outras questões, mapear o histórico de lutas naquela fábrica, a taxa de adesão aos sindicatos e a relação dos operários com o sindicato.

Feitas essas tarefas, iniciava-se o trabalho de agitação e propaganda. Para tanto, eram elaborados “mosquitinhos” (pequenos pedaços de papéis com palavras de ordem), que eram colados nas portas dos banheiros, além de panfletagens dentro das fábricas. O bom e velho bate-papo também não ficava de fora dos instrumentos usados para conscientizar e convencer o trabalhador do “chão de fábrica” a ir à luta. Ademais, não raras vezes tentava-se vincular o trabalho realizado dentro das fábricas com o trabalho realizado nos bairros. Essa era uma maneira de driblar a repressão, visando ampliar e fortalecer o trabalho de organização dos trabalhadores. Mapeavam-se bairros onde a maioria dos trabalhadores das fábricas concentrava-se, de modo a entender que tipo de atuação seria mais adequada naquele local. Caso houvesse igreja, associação de bairro, time de futebol, clube esportivo ou algo do tipo, a inserção se tornaria mais fácil. Portanto, não foi mera coincidência que muitas lideranças das décadas de 1970 e 1980 eram também lideranças nos seus locais de moradia⁵⁷.

A partir daí construíram-se formas de luta não convencionais, como relatado no depoimento de Raimundo Périllat, membro da pastoral operária e metalúrgico aposentado, que narra a greve ocorrida na Indústria Villares em 1973:

No início dos anos 1970, durante três anos, militantes da fábrica Villares, localizada na Zona Sul de São Paulo, preparam uma greve. Uma das primeiras ações foi realizar uma pesquisa – clandestina, claro – sobre o custo de vida e salários. O objetivo era medir o nível de comprometimento e combatividade no caso de uma greve ou mesmo uma operação tartaruga. Vale lembrar que nos bairros crescia o Movimento Contra a Carestia, organizado principalmente pelas mulheres. O que facilitou a realização e o sucesso da greve foi a presença de vários operários “velhos”, com experiência de luta daqueles anos recentes. A exploração e os salários baixos

⁵⁷ Idem.

determinaram a decretação do movimento grevista com a adesão de todos os operários, durante o dissídio coletivo de 1973, no segundo semestre. No primeiro momento da greve não houve vitórias econômicas. Mas os operários que ficaram na fábrica continuaram com a operação tartaruga. Um mês depois, a empresa convocou o restante da comissão e outros para negociar⁵⁸.

Essa greve teve como resultado o início do trabalho das chamadas *interfábricas*, nome atribuído pelos militantes sindicais da oposição metalúrgica. Esse trabalho era na verdade uma espécie de encontro sindical de operários de várias fábricas da região de São Paulo, em que os trabalhadores discutiam questões pertinentes à sua atuação política. Com base nesses encontros, o trabalho clandestino das oposições sindicais ganhou novo impulso; novas diretrizes e estratégias foram tomadas, uma rede de solidariedade nascia e a semente do trabalho de base era plantada. Aqueles trabalhadores que em virtude de sua militância eram demitidos acabavam empregando-se em outras fábricas, continuando o trabalho de propagação e conscientização política por toda a categoria.

Entende-se então que as origens do novo sindicalismo carregam consigo um fenômeno de muita efervescência política, tendo seu berço na ação trabalhista do ABC paulista que, posteriormente, irradiou-se para todo o país. Novos sujeitos sociais iam sendo forjados à medida que as lutas que mudariam a história política do país surgiam. No final dos anos 1970, o número de greves que mobilizavam milhares de trabalhadores aumentava exponencialmente e as pautas reivindicadas pelos militantes tornavam-se cada vez mais legítimas. Entretanto, nem mesmo os protagonistas de um movimento tão massificado tinham consciência de que estariam imprimindo ao sindicalismo brasileiro uma marca tão importante e que seria futuramente um divisor de águas da história política e sindical do país.

O marco inicial do novo sindicalismo foi a greve na fábrica Saab Scania do Brasil. No dia 12 de maio de 1978, os trabalhadores cruzavam os braços e davam início a um ciclo de paralisações. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1989), duas questões foram fundamentais para que a greve de 1978 fosse deflagrada. A primeira delas dizia respeito à manipulação que o governo militar fez ao mascarar os dados oficiais da inflação de 1973 e 1974, o que acarretou uma perda salarial acumulada ao

⁵⁸ “A Greve do Gato Selvagem” – Raymundo Périllat. In *Revés do Avesso* 4 e 5, ano 15, abril/maio 2006. pp. 23, 24, 25.

longo dos anos na casa dos 34,1%. Destacaram-se então lideranças sindicais combativas que faziam oposição às direções sindicais pelegas atreladas ao Estado⁵⁹.

Em entrevista concedida em 1978, Luís Inácio Lula da Silva (Lula) expressa sua visão contra a burocratização sindical, uma das características fundantes do novo sindicalismo. Para ele,

O dirigente sindical que se preza não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão empregatício que lhe dê um *status*. O dirigente sindical que se preza não pode deixar de denunciar as arbitrariedades existentes dentro de sua categoria. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro. É de muita recepção, mas de pouca participação. Um dirigente sindical que se preza não deveria se sujeitar a ser vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro (Lula: entrevista e discursos. São Paulo: 1981, s.e., p. 28 *apud* Mattos, 1998, p. 64).

De igual modo, também buscando explicar as origens do movimento grevista, Ricardo Antunes (1988) ressaltava as condições de vida e trabalho dos operários durante a década de 1970:

Maio de 78 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia do “milagre”, o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado uma dura realidade (ANTUNES, 1988:13-14).

Emerge assim o novo sindicalismo na cena política do país. Apoiado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, chamou a atenção de amplos setores da sociedade, expandindo-se para as principais capitais e centros econômicos do país. Uma onda grevista tomou conta do parque industrial do ABC. Ao todo foram registradas 118 greves, compreendendo inúmeras categorias que reivindicavam recuperação salarial, direitos sindicais e trabalhistas, além de melhores condições de trabalho (ALVES, 1989:250-251; MATTOS, 2009:120).

No ano seguinte, as greves dos operários das indústrias metalúrgicas do ABC tomaram uma maior dimensão; estudiosos e militantes caracterizaram-na como uma “greve geral dos metalúrgicos” (ANTUNES, 1988). Em escala nacional, trabalhadores de inúmeras categorias (além dos metalúrgicos, destacam-se as greves da construção

⁵⁹ Entre as lideranças sindicais combativas estavam: Luiz Inácio Lula da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), João Paulo Pires de Vasconcelos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade), Arnaldo Gonçalves (Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), Hugo Peres (Federação dos Metalúrgicos de São Paulo). Esses líderes haviam rompido efetivamente com a corrente pelega do movimento sindical durante o V Congresso da CNTI, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978 (RODRIGUES, 1991:15).

civil, transportes urbanos, mineiros, professores, bancários e servidores públicos) fizeram paralisações, totalizando 246 greves que mobilizaram cerca de 3 milhões de trabalhadores (MATTOS, 2009:120). Devido à falta de atendimento por parte dos patrões, as reivindicações continuaram as mesmas: a luta pelo reajuste salarial (reivindicando 75% de aumento) e, conseqüentemente, contra a superexploração do trabalho e a política de arrocho salarial executada pelos governos militares (ANTUNES, 1988:58).

Diante dessas paralisações massivas, um clima de insegurança rondava os grevistas e dirigentes do movimento sindical, refletindo-se em novas ações tomadas pelos militantes que, àquela altura, passavam a confrontar de maneira mais aberta o regime militar. De acordo com um relato da greve:

Começou a ficar aquele clima dentro da fábrica, no sindicato, nas assembleias. Clima assim de greve. Mas não se falava a palavra greve. Falar a palavra greve assustava [...] mas o clima continuava, aquele clima pesado... Então surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? Para que a gente reivindicasse, exigisse o salário. Aí muitos falavam: Vocês não viram em 77, a ferramentaria começou a pressionar, e conseguiram? Mas a palavra greve é que estava difícil de sair. Então, o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada. Então, a gente saía pelas seções, os companheiros mais conscientes, e começaram a conversar: que tal uma paralisação? Vamos parar aí, que você acha e tal. Aí fomos vendo que o pessoal ia topando e nós íamos pedindo a esses companheiros que toparam de cara, principalmente os da ferramentaria, para fazerem contato já com outro pessoal⁶⁰.

Posteriormente, trabalhadores de outras empresas aderiram ao movimento paredista e empresas como a Mercedes Benz, Ford, Motores Perkins etc. foram atingidas pela greve. As paralisações alcançam magnitude suficiente para extrapolar os limites de São Bernardo do Campo, chegando a cidades como Santo André, São Paulo e São Caetano. A partir de então, patrões e governo adotam uma política intransigente diante das reivindicações dos trabalhadores, e empresas como a Mercedes e a Scania, que em outro momento haviam sinalizado com uma possível negociação, pressionadas pela ANFAVEA (Associação Nacional de fabricantes de Veículos Automotores), são obrigadas a recuar e a retomar o discurso de inflexibilidade contra os trabalhadores.

O Estado e o grande capital, na tentativa de conter o alastramento das greves, promoveram uma escalada da repressão. Os empresários passaram a criar medidas

⁶⁰ Depoimento de Gilson Luís de Menezes, então diretor de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sobre a greve na Fábrica Saab Scania do Brasil S/A, ocorrida em 12 de maio de 1978, onde era diretor de base *apud* Bargas e Rainho (1983:68).

preventivas para impedir a ocupação dos locais de trabalho, impedindo a paralisação no interior da fábrica; “as greves foram empurradas para as ruas; os trabalhadores tiveram assim de organizar piquetes e enfrentar a polícia” (ALVES, 1989:253).

Desse modo, repressão, violência policial e demissões tornaram-se traços constitutivos desse período. Além disso, o Estado também promoveu a intervenção nos três principais sindicatos do ABC paulista que estavam envolvidos na “greve geral metalúrgica”. Diante do cenário de ataques constantes às liberdades políticas, repressão, prisões, ameaças e sanções, os trabalhadores, para se proteger das forças repressivas, passaram a adotar a Igreja Matriz como sede do comando de greve e o estádio de Vila Euclides de São Bernardo como palco das assembleias dos operários.

A propagação das greves de 1978 acarretou uma nítida divisão no movimento sindical, em três segmentos. De um lado estavam os militantes mais combativos, ligados às oposições sindicais e a novos dirigentes que defendiam a radicalização das mobilizações, organizações autônomas e enfrentamento ao patronato por intermédio das greves. De outro lado encontrava-se um segmento composto por dirigentes sindicais que viam nas greves uma grave ameaça à comodidade que a estrutura sindical havia lhes concedido. E por fim, um terceiro segmento, formado por militantes de esquerda (especialmente do Partido Comunista Brasileiro), que apesar de reconhecer a legitimidade das demandas trabalhistas, acreditava que a conjuntura não era propícia para o enfrentamento direto à ditadura empresarial-militar através das greves, de modo que a pauta central de atuação do movimento sindical deveria ser a luta pela abertura democrática, sem que houvesse o apoio explícito às lutas operárias.

Apesar de a ocorrência de greves nesse período não ser um acontecimento ausente da cena política sindical, a greve na empresa Scania teve uma repercussão muito maior que a esperada em qualquer greve de fábrica ocorrida ao longo dos difíceis anos 70. Desse modo, o sindicato buscava combinar práticas de resistência no “chão da fábrica” com base numa prática política árdua, em que as condições de vida e trabalho forjavam “um novo tipo de ação sindical que procurava utilizar ao máximo as limitadas possibilidades da institucionalidade existente e, ao mesmo tempo, questioná-las” (ABRAMO, 1999:179).

O fato de estar situado no centro dinâmico do capitalismo brasileiro e concentrar na sua base uma massa de trabalhadores das principais montadoras do país fez com que

o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema percebesse que uma nova conjuntura muito mais desafiadora havia se descortinado diante do movimento sindical brasileiro. Os dirigentes sindicais teriam à sua frente difíceis escolhas que não mais poderiam ser proteladas; ao passo que chamaram para si a responsabilidade de incorporar demandas operárias daquele importante setor, os sindicalistas de São Bernardo surpreenderam todo o país ao liderarem uma greve geral no ano seguinte que modificou por completo os rumos do sindicalismo brasileiro.

Outro fator importante das greves de 1978 é registrado no filme *Braços cruzados, máquinas paradas*, de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo Segal. O episódio registrado no filme aborda a eleição à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior sindicato da América Latina. Três chapas concorriam ao pleito; a oposição sindical, favorita ao cargo, havia trabalhado incansavelmente durante anos e detinha parte expressiva dos votos da base metalúrgica. No entanto, ao se dividir em duas chapas deixou caminho livre para a chapa da situação.

Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, era um pelego consagrado pelo ambiente de grande polarização da época. Não sem motivos, foi considerado um dirigente símbolo do peleguismo sindical, visto que ele e seus fiéis seguidores eram conhecidos pelas práticas fraudulentas aliadas do governo e contavam com a aprovação de Arnaldo Prieto, então Ministro do Trabalho, que deu posse a Joaquinzão, apesar de o pleito ter sido claramente fraudado e, conseqüentemente, impugnado. Porém, o saldo das greves de 1978 não se encerra na derrota da oposição dos metalúrgicos, pois diversas fábricas foram paralisadas em novembro daquele ano, fato relevante para o trabalho de base que culminaria nas greves dos anos seguintes e que entrariam para a história política do país.

Com o acirramento da luta de classes alavancado pela onda das greves que se intensificavam por todo o país, o efeito repressivo foi imediato. Como enfatiza Maria H. M. Alves:

No decurso de 1979, intensificou-se progressivamente a repressão, em especial, contra professores e bancários em greve. O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos dos bancários das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, afastando dirigentes eleitos de 24 outros (...). Os professores enfrentaram a Polícia Militar e viram permanentemente fechada sua associação no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 1979, os metalúrgicos de São Paulo votaram pela entrada em greve, apesar da oposição do presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. A greve sofreu a mais drástica repressão do governo, com o emprego de tropas para

dispersar piquetes, invasão de igrejas para dissolver reuniões de apoio e perseguição a grevistas em seus bairros de residência. Em confronto entre a Polícia Militar e grevistas na porta de uma fábrica, foi baleado Santo Dias da Silva, um dos principais organizadores sindicais católicos (ALVES, 1989:255-256).

Esse quadro de acirramento da luta de classes no Brasil conflui para a tese que se tenta advogar ao longo de todo este estudo, dado que a década de 1970 inseria-se numa estrutura de mudanças do sistema capitalista mundial. Depois de décadas de crescimento econômico, de lucros e de expansão do capital industrial e financeiro, o regime de acumulação rígida de capitais, cujo modelo produtivo era o taylorista-fordista, entrava em colapso.

Ao final da década de 1960 e início da década de 1970, esse modelo já começava a dar sinais de que seria necessária uma nova configuração da economia mundial. Estagnação econômica, crise do petróleo e desmoronamento do sistema Breton Woods agravavam a conjuntura econômica. Para manter a taxa de lucro dos países centrais e conferir uma maior sobrevida ao padrão de acumulação capitalista, a estratégia escolhida para salvar a economia e pôr fim ao intervencionismo estatal de tipo fordista-keynesiano foi a reestruturação produtiva.

No Brasil, a característica fundamental da política econômica implementada a partir de 1964 foi a intensificação de sua unidade interna, potencializando as contradições dos padrões de acumulação pós-1950 nos marcos do desenvolvimentismo. Essa política só foi vitoriosa graças à violenta repressão das demandas populares de reforma social e distribuição de renda. Desse modo,

A etapa do “milagre brasileiro” foi marcada por um processo de monopolização que, além de gerar concentração e centralização de capitais nunca vistas, expandiu a lógica concentracionista do capital para as mais diversas regiões e economias da formação social brasileira (...). E essa lógica foi determinada pela altíssima taxa de lucratividade exigida pela remuneração do capital monopolista, o que impedia que os excedentes gerados pela economia fossem revertidos num processo de distribuição de renda (MACIEL, 2004:72).

Em razão disso, Alves (2000a) afirma que a crise estrutural no Brasil foi caracterizada pelo fim do “milagre brasileiro”, resultado da modernização conservadora do período da ditadura empresarial-militar. Em meio à crise que atingia o país, o governo militar colocou em prática o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha ainda um caráter desenvolvimentista, pois visava ao fortalecimento da produção de bens de capital, setor em que o Estado obtinha maiores êxitos ante o capital

privado e ante a produção de bens de consumo duráveis. Ademais, também foi executada uma política econômica inflacionária e de aumento do endividamento externo como forma de manter os níveis de crescimento da economia e conter a crise do capitalismo.

O resultado dessas políticas foi incapaz de resolver o problema, até porque no mundo inteiro a saída apontada pelo sistema capitalista ia ao encontro da reestruturação produtiva da economia: a urgência de um modelo de acumulação flexível de base toyotista e de um Estado neoliberal para superar a crise. No caso particular do Brasil, o modelo desenvolvimentista ancorado no endividamento externo para financiar o crescimento chegou ao fim com a crise da balança de pagamentos. Com base nisso, o bloco de poder constituído no período militar passava a perder força política e ideais liberalizantes da economia passavam a ganhar espaço.

O ABC paulista constituía-se como um importante polo industrial que, desde a sua industrialização na década de 1950, foi o principal pilar do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, baseado primordialmente na instalação de multinacionais produtoras de bens de consumos duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.). Em meio à crise que o modelo capitalista enfrentou na década de 1970 e com os sucessivos aumentos do custo de vida, além do arrocho salarial e da intensificação da superexploração de que a classe trabalhadora foi vítima, as greves de 1978 e 1979 nada mais eram que uma expressão do momento particular atravessado pela economia capitalista mundial.

Ricardo Antunes afirma que as greves dos metalúrgicos no final dos anos 70 foram greves de caráter espontaneísta. As ações dos operários eram ditadas pelo imediatismo das condições materiais e de vida a que os sujeitos se achavam submetidos; “sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma direção consciente” (Antunes, 1988: 32). E complementa:

a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem prévia ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação da classe, em sua processualidade e desenvolvimento e se atém ao plano da imediatez. A ação espontânea é, portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da cotidianidade, da consciência contingente (ANTUNES, 1988:195).

Em se tratando das interpretações das greves do ABC, as teses de Antunes (1988), tanto na academia quanto fora dela, alcançaram bastante proeminência. Nesse

sentido, a principal importância do movimento grevista gestado a partir das oposições sindicais, comunidades eclesiais de base (CEBs), pastoral operária, comissões de fábrica etc. residiu no fato de que sem ele não haveria a reorganização do movimento sindical, e conseqüentemente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, como resultado da ação política orquestrada pelo “novo sindicalismo”.

Enquanto a reestruturação produtiva constituía-se a partir do “arrocho do cinto” em áreas essenciais do Estado, como: saúde, educação, cultura etc., da ruptura com modelos de organização do trabalho baseado, entre outras coisas, na produção em massa e do aumento do custo de vida com uma política inflacionária que diminuía o poder de compra e piorava a condição de vida da classe operária, nascia, simultaneamente, uma onda crescente de forças coletivas dos trabalhadores, organizadas de baixo para cima, autônoma e com um espírito crítico responsável pela ascensão do sindicalismo durante a década de 1980, em que as oposições sindicais e as comissões de fábrica dispunham de um papel inegavelmente relevante.

Exemplo disso é o fato de que no Rio de Janeiro a década de 1980 foi iniciada com a vitória da Oposição Sindical, mais precisamente em 1983, ano que as diretorias pelegas, há décadas à frente do movimento sindical da CSN, foram derrotadas. Essa vitória foi fruto da influência das novas práticas de organização perpetradas pelo novo sindicalismo durante toda a década de 1970, resultando no nascimento de um “Grupo de Oposição Sindical” que, de acordo com Wilma Mangabeira (1993),

nasceu da união de alguns trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional com operários de outras companhias para contestar a liderança de Lustrosa [representante do peleguismo]. A Igreja Católica progressista teve um importante papel no início do movimento, proporcionando-lhe um local de reunião e oferecendo apoio moral e material. (...) Nota-se que a “Oposição Sindical” local encontrava apoio em grupos semelhantes que surgiram em outros pontos do país e se beneficiava com a ascensão geral do movimento sindical desde 1978 (MANGABEIRA, 1993:77).

Mattos (2009) observa que o movimento sindical dos anos 1980 estava em concordância com o movimento sindical no âmbito nacional, adquirindo um patamar superior ao da década anterior. Uma vez que construía sua pauta de reivindicações de baixo para cima, uma maior capilaridade entre os trabalhadores foi alcançada. Entretanto, não só a Polícia Militar, mas também o Exército, a partir de 1986, foi enviado seguidas vezes para conter o movimento paredista em Volta Redonda (RJ).

As greves por categoria, dominantes no primeiro impulso pós-1978, continuaram a existir, mas passaram a ser mais numerosas as paralisações por empresa. Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves “pipoca”, operações “padrão”, “vaca brava” e “tartaruga”, foram algumas das novas formas que surgiram no período. Greves nacionais (como as dos bancários em 1985, e diversas paralisações dos professores e servidores universitários ao longo da década) e paralisações de categorias “novas” na atividade sindical, como os funcionários públicos, também marcaram essa fase. Entre 1983 e 1989, foram convocadas, ainda, quatro grandes greves gerais nacionais. Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa. A greve geral de 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo. O crescimento dos movimentos grevistas tem uma de suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos (MATTOS, 2009:121).

Além de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), outra importante liderança sindical que protagonizou inúmeros episódios importantes para a luta de trabalhadores do país foi o deputado Vicentinho, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo.

Liderança histórica do Movimento Sindical dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, construiu sua trajetória política nas lutas populares, a partir de temas ligados ao mundo do trabalho. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos durante os anos de 1987-1990. Na década seguinte, mais precisamente em 1994, foi eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo Vicentinho⁶¹, o movimento sindical de trabalhadores enfrentou inúmeras situações desde sua fundação. Ao traçar sua trajetória, ele destaca suas atuações como sindicalista e parlamentar:

Minha origem é nos metalúrgicos; sou filiado de sindicato até hoje. Me filiei em 1977; hoje eu sou filiado porque eu tenho título dado pela assembleia de sócio benemérito, por causa das lutas que nós fizemos lá no sindicato. Participei das greves de 77, de 78, 79, 80 e 81, quando a diretoria do Lula foi cassada e eu fui convidado a assumir a nova diretoria, na condição de vice-presidente. Em 83 nós fomos cassados, também pela ditadura militar, e ficamos um ano cassados. No ano seguinte, em 84, eu voltei ao sindicato na condição de primeiro-secretário, e em 87 eu fui eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 87 eu fui eleito, em 90 fui reeleito, e em 92 havia uma discussão muito grande lá sobre a reunificação dos metalúrgicos do ABC, e nós, portanto, Santo André e São

⁶¹ Entrevista com o Deputado Vicentinho, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, concedida em dezembro de 2015, em anexo.

Bernardo, Mauá, Diadema, enfim, nos constituímos em um sindicato só. Então, o sindicato que era Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passou a ser Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Eu fui o seu primeiro presidente, presidente-fundador dessa nova nomenclatura. Além disso, em 94 eu fui eleito presidente nacional da CUT, em 97 eu fui reeleito presidente nacional da CUT e, terminando o meu mandato, voltei para a base. A partir daí, no ano de 2002, fui eleito deputado federal, e estou aqui até hoje. Aqui na Câmara, também atuando nas questões do mundo do trabalho, sou membro permanente da Comissão de Trabalho, autor de vários projetos, mais de cem projetos. Desses cem, com certeza uns sessenta são projetos ligados diretamente ao mundo do trabalho. Além disso, sou presidente da Frente Parlamentar pela Segurança e Saúde no Trabalho.

O deputado Vicentinho⁶², ao ser perguntado sobre o movimento grevista do final da década de 1970 e do início da década de 1980 e sobre a relação dessas massivas paralisações com a reestruturação produtiva no mundo do trabalho, destacou que o principal impacto desse processo de rearranjo do capital, a nível global, se deu sobre os postos de trabalho, em decorrência da Revolução Tecnológica.

Participei das várias negociações nesse período. Nós já vivíamos com a introdução de novas tecnologias, com a introdução de novos métodos de trabalho, como sistema no pós-toyotismo, o sistema *kanban* e outros sistemas mais, que não só introduzem novas máquinas, como também introduzem novos modelos de produção e de envolvimento dos trabalhadores. Tanto é que a Volkswagen era uma empresa que tinha 44 mil trabalhadores; hoje, ela tem três vezes menos, ou seja, é um terço da quantidade que tinha, e ainda produzindo três vezes mais, por causa dessas modificações. Eu fui da Mercedes-Benz por 25 anos e vi também esse processo, conheci essa modificação também nas fábricas originais na Alemanha. Do ponto de vista do trabalhador, a cada dia a gente via o posto de trabalho desaparecendo. Não esqueço nunca da máquina (*transfere*). Eu trabalhava em uma, na produção de eixos. A minha especialidade era inspecionar a qualidade do produto, do eixo, e também ali do agregado, sobretudo, o diferencial, e essa carcaça do diferencial, que tinha aproximadamente 18 pessoas. Com essa máquina (*transfere*), que a gente chamava de monstro, ela passou a ter apenas dois trabalhadores, e o nosso povo foi sendo mandado embora. Claro que aí tem greves, aí têm negociações, aí têm os aposentados que saem. Mas enfim, a gente tinha a consciência de que a culpa era da modernização, da máquina, da nova forma de produção. Sempre adquirimos essa consciência na prática.

A despeito de a máquina roubar o trabalho da força viva de trabalho, os trabalhadores entendiam que a luta era contra o capital, e não contra as máquinas; estas nada mais eram que uma ferramenta usada pelo capitalismo para intensificar a jornada de trabalho, visando extrair, cada vez em maiores quantidades, a mais-valia do trabalhador.

O capital é sempre isso: ganhar e ganhar. Não tem limite para ganhar e acumular; quanto mais ganha com facilidade, melhor ainda. Nesse sentido, a gente não ia fazer como no século dezoito, quebrar máquinas. A gente defendia a tese de que se a máquina traz um benefício, esse benefício tem de

⁶² Idem.

ser para todo mundo, pelo menos era o que nós defendíamos, sobretudo para os trabalhadores. Então a gente investiu na luta pela redução da jornada de trabalho. Fizemos uma grande luta em 1985, uma grande greve. Foi a chamada Operação Vaca Brava, uma greve que demorou 54 dias. Não todo mundo, mas a greve, complexa como era, foi chamada Operação Vaca Brava. A gente parava num setor, e o outro trabalhava, mas quando faltava peça para o outro setor, o pessoal ficava parado. Assim, sem perder o dia, porque estava faltando peça, isso era entre um setor e outro, como era entre uma produção de autopeças, a fabricação e a montagem. Enfim, a nossa luta era pelas 40 horas semanais. Foi uma luta intensa, conseguimos de 48 horas para 44 horas. Quando foi em 88, nós tivemos um papel decisivo na aprovação desse projeto aqui na Câmara, na Constituição, como resultado daquela luta, uma luta intensa, com demissões. Hoje a nossa categoria, na sua quase totalidade, já trabalha 40 horas semanais, em função desses avanços.

Essa ascensão do movimento sindical é considerada por Giovanni Alves (2000a) como uma luta pelo controle da produção. De um lado, a burguesia adotava o toyotismo restrito (introdução seletiva dos mecanismos de flexibilização do trabalho: Círculos de Controle de Qualidade – os CCQs – *just-in-time/kanban*); por outro lado, a luta de classes se expressava no chão da fábrica como em nenhum outro momento fora visto – os trabalhadores organizados pelas bases (oposições sindicais e comissões de fábrica) resistiam à ofensiva do capital sobre o trabalho.

Todavia, o resultado da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho foi devastador. A despeito de toda a resistência do movimento operário desde a década de 1960, foi no início da década de 1980 que os efeitos da reestruturação produtiva se expressariam mais claramente no movimento sindical, através da implementação das medidas de flexibilização da produção, da flexibilização dos postos de trabalho e da introdução do trabalho em equipe, acompanhadas da introdução de novas tecnologias. O sindicalismo sofreria uma dura investida (MANGABEIRA, 1993:94).

Tendo em vista que essas medidas geram muitos conflitos no “chão da fábrica”, pois dependem da cooperação dos trabalhadores, a correlação de forças entre o capital e o movimento sindical mostrou-se, desde então, cada vez mais difícil.

A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um “toyotismo sistêmico”, cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva. Por um lado, a *captura da subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQs etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais (Alves, 2000b, p. 113).

Enfim, com a adoção das políticas neoliberais a partir do governo Collor (1990-1992), o “novo sindicalismo” dá lugar ao que Armando Boito Jr. e Giovanni Alves chamam de sindicalismo de orientação “propositiva”, pois tal modelo não mais pactuava com as estratégias políticas e ações de confronto dos anos 1980, década em que o novo sindicalismo obteve maior expressão nacionalmente. No plano mundial, o Brasil inseriu-se numa economia subordinada à economia globalizada, o que resultou em novas formas de opressão e exploração da classe trabalhadora.

No capítulo seguinte, centrar-se-á a análise na questão da terceirização – uma das inúmeras formas de reestruturação produtiva –, para tentar aferir o impacto desta sobre a representação sindical.

4 Terceirização: forma complementar da reestruturação produtiva e da ofensiva global do capital sobre o trabalho

Como visto no primeiro capítulo, o capital, para manter-se enquanto força hegemônica, necessitou, como anunciado por Marx, revolucionar incessantemente os meios de produção. A observação proposta por Harvey (1992) abre um leque de caminhos dialéticos a serem perseguidos, de modo que a partir do método materialista, histórico e dialético percebe-se uma gama de ferramentas capazes de desvelar por que o capital é uma relação social profundamente desigual, assentada na acumulação de mais-valia; não tem alma, não tem corpo, não tem território; ao contrário, rompe limites e fronteiras. Configura-se, portanto, no processo de mundialização⁶³ do capital que, visando à acumulação desenfreada, não mediu esforços para estender-se pelo globo.

A esse respeito Marx e Engels anotaram:

(...) a maquinaria converteu-se na mais poderosa arma do capital contra a classe operária, um meio de trabalho que arranca constantemente os meios de vida das mãos do operário, acontecendo que o produto do próprio operário passa a ser o instrumento de sua escravização. Desse modo, a economia dos meios de trabalho leva consigo, desde o primeiro momento, o mais

⁶³ De acordo com Soares (2006:152), “o conceito de ‘mundialização’, na acepção moderna do termo, bastante enfatizada por alguns teóricos marxistas, designa as seguintes características: 1) a produção, a distribuição e o consumo se realizam sobre uma base mundial no que diz respeito às patentes, às bases de dados, à formação e a comunicação; 2) os mercados mundiais estão constituídos em torno de normas *standards*; 3) os grupos atuam a partir de uma estratégia mundial; 4) os produtos são cada vez mais extraterritoriais, o que torna impossível atribuir-lhes uma nacionalidade; 5) esta mundialização está amparada por técnicas de informação modernas, assim como pela ‘globalização financeira’”.

impiedoso desperdício da força de trabalho e a espoliação das condições normais da função mesma do trabalho. E a maquinaria, o recurso mais poderoso que se pôde criar para reduzir a jornada de trabalho, converte-se no mais infalível recurso para converter a vida inteira do operário e de sua família numa grande jornada disponível para a valorização do capital; ocorre, assim, que o excesso de trabalho de uns é a condição determinante da carência de trabalho de outros, e que a grande indústria, lançando-se pelo mundo inteiro, em desabalada carreira, à conquista de novos consumidores, reduz em sua própria casa o consumo das massas a um mínimo de fome e mina com isso o seu próprio mercado interno (MARX-ENGELS, s/d, apud SOARES, 2006:152).

Nos capítulos anteriores, com base na literatura pesquisada e em estudos recentes, buscou-se situar, entre outras coisas, a terceirização no panorama atual das mudanças tecno-organizacionais, cujas raízes foram gestadas no mundo do trabalho a partir da segunda metade do século XX e resultou num dos componentes mais importantes – senão o mais importante – do processo de reestruturação produtiva que ocorre no âmbito da economia global e num molde hodierno de “divisão internacional do trabalho”.

O retorno a formas arcaicas de exploração da força de trabalho, como o trabalho em domicílio, o salário pago por peça produzida, bem como a subcontratação, a terceirização, a precarização do trabalho (trabalho vivo: da força de trabalho como mercadoria) e a precarização do homem que trabalha (trabalho vivo: ser humano-genérico) acarretaram, a partir da crise estrutural do capital, como bem salientou Alves (2010),

um processo crítico de formação do valor (crise de valorização do valor), o que explica, deste modo, o complexo reestruturativo da produção do capital nas últimas décadas do capitalismo global, visando constituir novas condições para a exploração a força de trabalho assalariado; e a vigência da financeirização da riqueza capitalista com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário, estabelecendo, portanto, um processo crítico de (de)formação humano-social⁶⁴.

Hoje, tais questões, associadas às inovações propiciadas pela revolução tecnológica e organizacional, são uma expressão inequívoca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Harvey (1992) salienta que o “ressurgimento” dessas formas antigas de processo de trabalho incorporou práticas flexíveis mais modernas e inovadoras de gestão da força de trabalho, de novos processos produtivos, servindo de sustentação à “acumulação

⁶⁴ Ver em p. 3:< http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf> Acesso em: 17/5/16.

flexível”. A associação desses fatores desiguais, combinados e contraditórios tem levado “alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiro-mundistas’ e capitalistas avançados” (HARVEY, 1992:145).

Sob essa perspectiva, procura-se explicar como o processo de reestruturação produtiva impactou o mundo do trabalho ao reorganizar elementos centrais da produção na economia capitalista. Além da reconversão industrial, essas transformações acarretaram uma nova forma de fazer sindicalismo, pois mudaram não só os elementos objetivos da realidade, mas também os subjetivos, em razão da construção de uma ideologia burguesa que foi capaz de aprisionar a subjetividade operária ao moldar um trabalhador de novo tipo.

Muitos intelectuais da Sociologia do Trabalho têm apontado que a prática da terceirização configura-se como um processo de descentralização produtiva, voltado para a desverticalização das empresas, a externalização das atividades e para a flexibilização da força de trabalho, operando como parte integrante de um complexo conjunto de mudanças tecno-organizacionais, heterogêneas, executadas pelo capital no domínio dos processos produtivos.

De acordo com a definição do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a “terceirização pode ser caracterizada pela contratação de empresas terceiras para realizar determinadas atividades no interior da empresa cliente através da transferência de parte da produção para terceiros” (DIEESE, 1993:17).

A combinação desses elementos representa diferentes estratégias do capital para ampliar a acumulação e a espoliação nas mais diferentes regiões do planeta (Taiwan, Bangladesh, e também em Los Angeles, Londres, Singapura, Japão, Nova Iorque etc.), dado que se trata inúmeras vezes (como no caso de Miami e Nova Iorque) de uma força de trabalho muito diversificada e heterogênea, precarizada e discriminada, constituída sobretudo por imigrantes, sem direito a uma organização sindical (muitas vezes sem experiência alguma de direitos políticos e sociais), bem como por aqueles sistemas de trabalho marcadamente familiares e consanguíneos. Ante todas essas características, o poder sindical dos trabalhadores acaba solapado e enfraquecido.

Harvey, ao tratar dessa temática, chama a atenção para

(...) a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas (com frequência dominadas por novos grupos de imigrantes em grandes cidades, como filipinos, sul-coreanos, vietnamitas e naturais de Taiwan em Los Angeles, ou indianos e nativos de Bangladesh no Leste de Londres) representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. (...) Uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional (HARVEY, 1992:145-146).

Assim, apesar de essas novas formas de fragmentação estarem ligadas a uma metamorfose no mundo do trabalho e de tais conceitos tornarem-se notórios nos dicionários das ciências do trabalho modernas, o processo de terceirização, em especial, não é novidade. Tal prática, a rigor, tem origem na divisão social internacional do trabalho que, na contemporaneidade, tem no modo de produção capitalista sua maior expressão. Um exemplo desse processo é o *putting-out system*⁶⁵ (colocar para fora o trabalho “doméstico”), comumente usado ao longo dos séculos XVIII-XIX – anterior ao surgimento das fábricas –, num período em que o desenvolvimento das forças produtivas e o processo de industrialização das economias capitalistas eram algo que caminhava a passos lentos (SOARES, 2006:146).

4.1 Breve análise das similitudes entre o processo de terceirização Brasil-Mundo

Intenta-se apresentar, brevemente, neste capítulo, as semelhanças da terceirização do trabalho numa perspectiva Brasil-Mundo, a partir da análise comparativa do contingente de trabalhadores brasileiros dos países “centrais” e do Brasil.

No tópico subsequente, centra-se a análise no setor público do Distrito Federal, a partir do recorte feito na Universidade de Brasília (UnB), para, então, retomar a hipótese

⁶⁵ Ver o trabalho de Marglin, S., “Origens e funções do parcelamento das tarefas – Para que servem os padrões?”. In Gorz, A. et alii, **Crítica da Divisão do Trabalho**, São Paulo, Martins Fontes, 1989. De acordo com Marglin, “só pela separação em tarefas especializadas destinadas a cada operário é que o capitalista podia certificar-se do controle da produção, antes da introdução de máquinas de alto preço. A especialização dos produtores de subprodutos foi, igualmente, a marca característica do *putting-out system* na divisão capitalista do trabalho, que aplicava, em suma, o princípio no qual as potências imperiais sempre basearam seu domínio: dividir para reinar (...)”. (MARGLIN, 1909:48).

inicial, de que os terceirizados do setor público brasileiro constituem um ambiente de falta de representação política/sindical, perdas de direitos, menores salários, condições degradantes da saúde física, moral e psicológica, decorrentes do processo de reestruturação produtiva da economia capitalista. Isso é reflexo da fragilidade do movimento sindical atual que, diante da ofensiva neoliberal, encontra sérios desafios para representar o trabalhador precarizado nas relações de terceirização, nas esferas privadas e públicas.

Antes de qualquer analogia ao processo de terceirização do trabalho na perspectiva Brasil-Mundo, é fundamental, apontar o que se entende por terceirização. De acordo com o relatório técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007) ⁶⁶, a terceirização configura-se como um

processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa. Nesse processo, a empresa que terceiriza é chamada “empresa-mãe ou contratante” e a empresa que executa a atividade terceirizada é chamada de “empresa terceira ou contratada”.

Ainda segundo o (DIEESE, 2012):

A terceirização tem, entre as principais justificativas econômicas, permitir a focalização da produção em busca do aumento da produtividade e da qualidade como fatores diferenciais para a competitividade e a redução dos custos totais de produção. Entretanto, no Brasil, a redução dos custos de produção através de transformá-los, por exemplo, em custos variáveis é tão expressiva que, em grande parte dos processos acaba se transformando – ou transparece ser – o principal objetivo da terceirização⁶⁷.

Apesar de a terceirização do trabalho não ser um fenômeno recente, ela reaparece na década de 1990 com maior força, sobretudo após a efetivação das políticas neoliberais do governo Collor e, em seguida, do governo Fernando Henrique Cardoso, quando a reforma dos Estados propiciou privatizações que tomaram proporções alarmantes diante da ofensiva do capital.

O “ressurgimento” que aqui se destaca trouxe profundas dificuldades para o movimento sindical, porquanto associado às novas práticas de gerenciamento

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2007/terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 19/5/16.

⁶⁷ Ver “Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro”. Nota Técnica 112. Disponível em:<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>> Acesso em: 17/5/16.

implementadas pelo chamado “modelo sueco”⁶⁸ e pelo toyotismo, entre elas, CCQ, Polivalência, *Just in Time*, Manutenção Total Preventiva, *Kanban*, Células e “Ilhas” de Produção, Trabalho em Grupo, *Kaizen* e Qualidade Total, além das inovações oriundas da revolução tecnológica, máquinas CNC, centros de usinagem, robôs etc. A partir disso, alguns autores têm identificado a terceirização como uma prática japonesa (SOARES: 2006:142).

É por isso que Druck de Faria (1995) afirma que o processo de terceirização configura-se como “dimensão central do modelo japonês no Brasil dos anos 90”. Para a autora, a terceirização do trabalho carrega consigo elementos não só da gestão da força de trabalho, mas também características nitidamente japonesas, como os programas de qualidade total, de envolvimento e cooperação do trabalhador.

A esse procedimento, acrescentam-se ainda a busca da flexibilização da produção, a descentralização das empresas, por meio da externalização das atividades, da prática de subcontratação, que acaba assumindo múltiplas dimensões: contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros (empresas e/ou indivíduos) e contratos de empresas cuja força de trabalho realiza a atividade produtiva ou serviço na empresa contratante (DRUCK de FARIA, 1995:122).

A partir desse entendimento, a autora, ao analisar o processo de terceirização nos anos de 1990, sugere os seguintes prognósticos:

I- é a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público, setor produtivo, entre outros), nos últimos anos; II- além da rapidez no seu crescimento, destaca-se uma mudança qualitativa fundamental: intensifica-se a terceirização não somente nas áreas de serviços e de apoio, consideradas como atividades periféricas (alimentação, transportes, vigilância etc.), mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como a produção, ferramentaria e a manutenção; III- é o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril e da cultura fabril, por meio de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho; IV- as implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como segmentação, fragmentação, desorganização/informalização; V- as

⁶⁸ Segundo Soares (2011: 38), “os pesquisadores e estudiosos da Sociologia do Trabalho têm associado a experiência sueca às formas de gestão e organização política e econômica de caráter social-democrata. O modelo é visto como uma alternativa aos velhos padrões tayloristas/fordistas de gestão do trabalho, uma vez que sua ênfase tem se centrado no trabalho em grupo, pela participação dos sindicatos e dos trabalhadores nos processos de trabalho, e na organização da produção. (...) produção em docas (*dock-assembly*), com base no trabalho em grupo (*work team*) ou grupos semiautônomos (GSA), como ficaram conhecidos, além de uma força de trabalho bastante qualificada, cooperativa e polivalente”.

consequências políticas, no plano da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, tem sido as de fragilizar cada vez mais as representações e as práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles; (DRUCK de FARIA, 1995:124) VI- as principais consequências do processo de terceirização no Brasil vêm acentuar o caráter excludente do padrão de acumulação no país, tornando-se visíveis por meio da precarização do trabalho e do emprego (Idem:144).

De acordo com o livro *Terceirização*, uma espécie de “manual estratégico” escrito por Jerônimo Souto Leiria (1992) na década de 1990 – período efervescente não só no âmbito político-econômico, mas, também, no âmbito dos novos instrumentos de administração proporcionados por essa atividade –, alguns dos aspectos positivos da terceirização seriam *a desmobilização das greves, a desmobilização dos trabalhadores, a diminuição do passivo trabalhista e a melhoria da relação com os sindicatos*. Além desses pontos destacados, constam:

Diminuição do desperdício, aumento de qualidade, integração na comunidade, sinergismo das atividades-fim, diminuição de atividades-meio administradas sem ganho de especialidade, melhoria do perfil do administrador, diminuição da corrupção interna e externa, diminuição do poder político interno, diminuição do poder “político” externo, aumento da especialização, aumento do lucro, favorecimento da economia de mercado, liberação da criatividade, otimização dos serviços, soma da qualidade nas atividade-meio e atividade-fim, melhor administração do tempo da empresa, aumento do comprometimento da comunidade com a empresa e do público interno da empresa, melhoria na imagem institucional, obtenção de efetividade, redução dos níveis hierárquicos, redistribuição de renda, criação de empregos e empresas mais estáveis, agilidade nas decisões, aumento de produtividade, aumento de competitividade, diminuição do corporativismo, maior satisfação interpessoal dos empregados, custos equilibrados do mercado de mão de obra, melhor comunicação interna, reavaliação das necessidades, diminuição das reclamações trabalhistas, redução do quadro direto dos empregados, aumento da agilidade da organização, aumento da motivação, aumento de empregados especializados (LEIRIA, 1992:54).

A partir dos argumentos sublinhados pelo autor, nota-se que há um interesse político na terceirização, uma tentativa explícita de constituir uma subjetividade operária de novo tipo, conciliatória, desmobilizadora das greves e reivindicações trabalhistas, de cima para baixo, diminuindo doravante (nas palavras do próprio autor) o poder político interno e externo. Conseqüentemente, além de melhorar o vínculo com a comunidade, cria-se um consenso capaz de favorecer a estratégia patronal de dominação.

Ao apreender a terceirização no Brasil como um amplo e robusto processo de externalização, fragmentação e desintegração de atividades, Druck de Faria constrói a seguinte tipologia:

- 1- **Trabalho doméstico ou trabalho domiciliar:** é a subcontratação de trabalhadores autônomos, em geral, sem contrato formal, prática mais recorrente nas empresas dos setores mais tradicionais da produção industrial;
- 2- **Empresas fornecedoras de componentes/peças:** é a subcontratação na forma de redes de fornecedores que produzem independentemente, isto é, que têm a sua própria instalação, maquinaria e força de trabalho, embora sua produção esteja voltada, quase exclusivamente, para as grandes empresas contratantes;
- 3- **Subcontratação para serviços de apoio:** é a subcontratação de empresas especializadas prestadoras de serviços realizados, em sua maioria, no interior das plantas contratantes;
- 4- **Subcontratação de empresas e/ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas/nucleares:** neste tipo podem ocorrer duas formas: a) realização do trabalho no interior da planta da contratada e b) realização do trabalho fora, na empresa contratada;
- 5- **Quarteirização:** empresas contratadas com a única função de gerir os contratos com as terceiras (DRUCK de FARIA, 1995:154).

Além dos conceitos elencados por Druck de Faria, um fenômeno denominado pejetização ganhou maior dimensão ao longo das últimas duas décadas. Diversos juristas têm apontado que se trata de um dispositivo utilizado por muitas empresas para burlar a legislação trabalhista, de modo a reduzir custos trabalhistas, sendo, nesse caso, uma vez mais, um processo resultante da reestruturação produtiva empreendida pelas empresas nos anos 1990, que resultou na ampliação das formas de contratação, seja pela contratação sem a garantia das regras trabalhistas previstas em lei (emprego sem carteira assinada), seja pelo mecanismo da terceirização ou pela relação de trabalho denominada como autônomo que trabalha para uma empresa, o “PJ” (DIEESE, 2000).

Para a autora Maria Amélia Lira de Carvalho, a “pejetização resulta na descaracterização do vínculo de emprego que se constitui na contratação de sociedades (PJ) para substituir o contrato de emprego. São as empresas do ‘eu sozinho’ ou ‘PJs’ ou ‘pejetização’, como comumente vêm sendo denominadas” (CARVALHO, 2010:62).

Na visão de Druck de Faria, o processo de terceirização no Brasil não pode ser deslocado do âmbito da reestruturação produtiva, dado que assim como no resto do

mundo, é parte integrante da ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho. Entretanto, não se pode deixar de considerar as particularidades históricas inerentes à situação brasileira, a partir da contextualidade da crise do “fordismo periférico” – e do esgotamento do modelo de desenvolvimento praticado à época (alteração das importações) –, expressa através de uma “profunda crise financeira, econômica e política do Estado brasileiro”.

Assim, a terceirização é tida como uma das mais indispensáveis práticas de gestão de trabalho, que procura responder à crise do fordismo em escala internacional. É nesse contexto que a terceirização é empregada, assumindo um volume e dimensão cujo fim é um só: responder à crise que assola o modo de produção capitalista ao redor do mundo.

Ainda segundo Druck de Faria:

É nesse quadro geral, portanto, que o processo de terceirização precisa ser situado. Não se trata apenas, como vimos, de mais uma ‘nova’ forma de gestão do trabalho ou de modernização que acompanha a tendência mundial. Na realidade, o recurso à terceirização periférica é expressão de um momento de crise profunda, onde as condições econômicas e políticas vigentes no Brasil, sintetizadas na crise do Estado, têm sido enfrentadas por uma estratégia empresarial que busca, insistentemente, sair ilesa, utilizando-se de todo tipo de recurso para transferir as perdas para os trabalhadores- os seus “parceiros” preferenciais para sustentar os prejuízos decorrentes desta situação (DRUCK de FARIA, 1995:143-144).

Outro fator importante a ser considerado é que no caso do Brasil a terceirização assume características distintas de outros países. Um exemplo disso é que o neologismo terceirização expressa mais que a transferência de responsabilidades; o termo passou a ser usado frequentemente, no Brasil, a partir da década de 1980 – como tradução do inglês *outsourcing* – para designar o ‘fortalecimento vindo de fora’ ou a produção que passa a ser realizada pela empresa contratada; ou ainda, “a contratação de produtos e serviços junto às empresas instaladas no país” (SOARES, 2006: 144).

Para o (DIEESE, 2012)⁶⁹, a terceirização pode ser definida da seguinte forma:

Terceirização é o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados por ela e as transfere para outra empresa. A terceirização é um fenômeno das sociedades capitalistas e, apesar de conservar características gerais que se reproduzem em todos os países nos quais é adotada, apresenta

⁶⁹ Ver “Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro”. Nota Técnica 112. Disponível em:< <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 17/5/16.

particularidades nas diferentes localidades onde se desenvolve. Nesse sentido, a terminologia empregada para designar este processo auxilia na identificação das diversas formas que assume, sendo importante para a compreensão das especificidades e influências exercidas sobre as condições de trabalho no país. No Brasil, o termo empregado – terceirização – não é uma tradução literal do empregado em países de língua inglesa – *outsourcing* –, cujo significado literal é fornecimento vindo de fora. Em português, é possível que terceirizar tenha como origem a ideia de um trabalho realizado por terceiros, no sentido amplo em que se usa a expressão como referência a algo feito por outros.

A terceirização, que consiste em transferir responsabilidades por um serviço ou por determinada fase da escala produtiva ou comercialização, de uma empresa para outra, penetra de maneira bastante célere na indústria brasileira, já que diversos setores passaram a optar pela terceirização do trabalho. Na visão de Harvey (1992), “velhos” e “novos” processos combinam-se, dando a tônica da acumulação flexível.

Na esteira do que aponta Harvey (1992), outros autores procuram explicar o impacto da reestruturação produtiva sobre o movimento sindical. Um deles é Teixeira (1993; 1995), autor que busca reconstruir os traços históricos da relação entre capital-trabalho e, conseqüentemente, as mudanças acarretadas por esses processos no mundo do trabalho. No caso brasileiro, o movimento sindical foi atingido de maneira muito expressiva, de modo que as similitudes, entre elas, a captura da subjetividade operária, como apontado anteriormente, que esse processo criou nos países centrais também se manifestaram por aqui.

A esse respeito, a argumentação de Teixeira é bastante reveladora:

Esse reinvento de formas arcaicas de obtenção de mais-trabalho tem como contrapartida o enfraquecimento do poder sindical. Com efeito, a luta sindical torna-se praticamente inócua, num ambiente em que tendem a proliferar pequenas empresas com suas estruturas artesanais e patriarcais. Não há como despertar a consciência política de trabalhadores que chegam muitas vezes a se confundir com seus patrões, tanto porque possam estar unidos por laços consanguíneos ou por compartilharem juntos uma realidade de empobrecimento relativo e absoluto, com a permanente ameaça de um contingente de braços desocupados em busca de trabalho. (...) Se o capital no século XVI ressuscitou a escravidão no avizinhar do Século XXI ele reinventa a mais-valia absoluta, embora dela nunca tenha renunciado, como forma adequada de obtenção de mais trabalho. A unidade dialética entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta nunca fora tão evidente a olho nu (TEIXEIRA, 1993: 20).

A partir das reflexões feitas por Harvey (1992); Antunes (1995); Teixeira (1993) e Murray (1983) sobre a descentralização produtiva, segmentação e flexibilização da força de trabalho – provocadas pela reestruturação produtiva –, pode-se citar o deslocamento de uma parcela significativa de pequenas e médias indústrias, que se

situavam em regiões de maior concentração, para localizações onde o “custo da força de trabalho é baixo, aumentando a desagregação do operariado”.

Antunes (1995) faz menção aos *domestic outworkers*⁷⁰ e *putting-out* para elucidar esse movimento de descentralização dos conglomerados produtivos.

(...) na última década, a tendência à descentralização da produção atingiu, na Itália, um conjunto de grandes empresas, que tem reduzido o tamanho da sua planta industrial e incentivando o *putting-out* do trabalho, em direção às pequenas unidades produtivas, artesanais, aos *domestic outworkers*. Processos correlatos vêm ocorrendo no Japão, elevando a produtividade das pequenas empresas através do avanço tecnológico, articulando, pela informática, as pequenas empresas aos grandes conglomerados. Processos com certa similaridade têm ocorrido também no Sul dos EUA e Grã-Bretanha (S. Wales e Escócia). (ANTUNES, 1995:19).

De acordo com Giovanni Alves (2000), no caso da nova (e radical) terceirização um novo controle capitalista da produção é instaurado, de forma que a operação é feita pelas subcontratantes inscritas no interior do novo espaço da produção redimensionado. Na atual planta industrial, o poder de interferência dos trabalhadores sobre o espaço produtivo desapareceu ou diminuiu significativamente. A fragmentação prejudicou o contato, por exemplo, das “comissões de fábrica com os trabalhadores transferidos para outros postos de trabalho (ou com operários de firmas subcontratadas operando no mesmo espaço de produção)”.

Desse modo, a terceirização tem uma dimensão política e estratégica, inexoravelmente radical, no sentido de fragmentar o coletivo operário, debilitando a organização de classe e seu poder mobilização e resistência, “nos setores que tendem a representar a espinha dorsal do movimento operário, atingindo parcelas de operários qualificados, mais organizados e mobilizados, tais como a ferramentaria”. Essa seria, portanto, a dura investida do capital sobre o movimento sindical (ALVES, 2000:266).

É por isso que Ramalho (1997) afirma que a organização coletiva no Brasil apresenta impasses em decorrência da terceirização. Para ele, “o declínio do número de empregos na categoria metalúrgica tem fragilizado a resposta organizada dos

⁷⁰ De acordo com Abreu (1986), o termo *outworkers* (em tradução literal, trabalhadores externos e domicílio sem nenhuma autonomia) refere-se a um trabalhador a domicílio, que trabalha na sua própria casa. “Quer trabalhando na sua própria casa, quer num dos milhares de *sweat-shops*, as condições de exploração de sua força de trabalho eram semelhantes: longas jornadas de trabalho, salários baixos, condições inadequadas, grande instabilidade de emprego e total dependência em relação ao fornecedor de matéria-prima” (ABREU, 1986:44).

trabalhadores e o movimento sindical vem enfrentando sérias dificuldades para reagir e procurar estancar, pelo menos parcialmente, a perda de postos de trabalho” (RAMALHO, 1997:92).

4.2 Principais aspectos da terceirização do trabalho em diferentes setores da economia brasileira

Ao longo de toda a década de 1980, as economias “desenvolvidas” e em “desenvolvimento” apresentavam um cenário de grave crise econômica. Não foram poucos os autores que buscaram explicar as origens dessa crise, na tentativa de apresentar um diagnóstico para solucionar a questão vivida no Brasil e no mundo. Como resultado desse intenso debate, a tese vitoriosa identificava a causa da crise, fundamentalmente, como sendo resultado da crise fiscal do Estado⁷¹. Para Bresser-Pereira, “[...] o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento das taxas de inflação, que, desde então, ocorreram em todo o mundo” (BRESSER PEREIRA, 2001:1).

A saída para a superação das contingências desse período, como apontado na discussão iniciada na página 42, foi reformar o Estado brasileiro. Assim, buscando equacionar as contas públicas, uma das alternativas foi a construção de um novo corpo estruturante da ação Estado; determinou-se então que as “atividades principais” seriam aquelas eminentemente de governo, em que o poder de Estado – isto é, as ações de legislar, propor, julgar, regular, policiar, fiscalizar, fomentar e definir políticas – é praticado (DIEESE, 2009).

Para que todas essas funções inerentes ao Estado fossem executadas, seria necessário que os políticos e a alta burocracia estatal, no núcleo estratégico, e também a administração média estatal, contassem com o apoio de uma série de “atividades ou serviços auxiliares”: limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, entre outras. A solução encontrada para essa sinergia operacional foi a de que tais serviços deveriam ser terceirizados, ou seja, submetidos à licitação pública e contratados com terceiros (DIEESE, 2009).

⁷¹ A esse respeito, ver: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil – Ensaio sobre a Crise**. São Paulo, Editora Brasiliense, v. 1, 1983.

Do ponto de vista dos aspectos legais e jurídicos, a terceirização é um recurso legal e contratual que vem sendo largamente empregado nas empresas privadas, assim como em órgãos e empresas da administração pública direta e indireta⁷². Na esfera pública, em termos jurídicos, a terceirização é uma transferência contratual, porém parcial, da responsabilidade pela produção de alguns de seus serviços a empresas privadas, nacionais ou multinacionais, cooperativas de trabalho, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Não Governamentais, sendo, impreterivelmente, precedida por licitação, disciplinada pela Lei 8.666/93 e pelas leis que posteriormente a alteraram.

Assim, via licitação, a administração pública delegaria atividades a uma empresa, não havendo nenhum vínculo de subordinação entre o trabalhador da prestadora de serviços e a entidade pública. Todavia, essa modalidade de contratação de serviços não é essencialmente característica da década de 1990, pois, em períodos anteriores, o setor público já utilizava tais dispositivos visando impedir o “inchaço da máquina pública” (DIEESE, 2009:113).

A administração pública está fortemente ligada ao princípio da legalidade (artigo 37 da Constituição de 1988), portanto, é imperioso cumprir o que determina a lei. Na esfera federal, o Decreto-lei 200, de 1967, regulamenta a transferência de determinados serviços à iniciativa privada. Esse decreto regulamenta que as atividades devem ser descentralizadas, sempre que possível, e transferidas às empresas privadas de modo a concentrar as atividades na área de planejamento, coordenação, supervisão e controle, assim como para evitar o crescimento desmesurado da chamada burocracia estatal (FARIA, 2001:5).

No entanto, o decreto acima mencionado não se aplicava a outras esferas governamentais. Desse modo, somente na década de 1990 é que foi promulgada a Lei 8.666/93 (com posteriores alterações em alguns de seus dispositivos a partir da Lei 8.883, de junho de 94), que trata de contratos e licitações na administração pública, para regulamentar a contratação de serviços no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal. Isso indica que, na década destacada, intensificou-se o uso da terceirização no âmbito da administração pública brasileira como forma de breçar o crescimento do

⁷² Por administração pública direta entende-se o conjunto de órgãos integrados à estrutura administrativa da União, Estados e municípios. A administração pública indireta compreende as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

déficit governamental, que se expressava na insuficiência de receitas para cobrir os gastos do Estado identificados como prioritários à época (DIEESE, 2009).

Independentemente das recorrentes vezes, durante décadas, em que foi feito uso dessas medidas em algumas esferas nacionais, em 1993 foi regulamentado, através da Lei 8.745/93, a adoção do contrato por tempo determinado na administração pública, excluindo a necessidade de concurso público, como forma de amainar situações excepcionais e temporárias, tais como: professor substituto, calamidade pública, combate a surtos endêmicos, recenseamento etc. (CHERCHGLIA, s/d: 371).

No Tribunal Superior do Trabalho (TST)⁷³ existe hoje, revisada e atualizada⁷⁴ em outubro de 2011, a Súmula 331. Tal documento é uma síntese da legislação brasileira sobre a temática da terceirização, no sentido de reforçar as inúmeras situações em que esse dispositivo, disponível à administração pública e privada, poderia ser considerado irregular. A referida súmula tem o objetivo de especificar as medidas a serem tomadas por parte do poder público, caso irregularidades sejam encontradas.

Resumem-se adiante as principais questões da Súmula 331. Definiu-se, por exemplo, que a contratação de trabalhadores por empresa interposta é irregular, formando vínculo empregatício com o tomador de serviços, exceto em casos de trabalho temporário, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, serviços especializados relacionados à atividade-meio, desde que inexistam personalidade e subordinação direta, ou no caso de contratação de serviços que envolva órgão da administração pública direta e indireta, uma vez que, nessa circunstância, o ingresso é condicionado à aprovação em concurso público.

O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, caso a conduta culposa seja evidente, no que tange ao cumprimento do contrato de prestação de serviço. Ademais, a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços engloba o

⁷³ Ver em:

<http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-33>

Acesso em: 19/5/16.

⁷⁴ Durante os dias 4 e 5 de outubro de 2011 ocorreu a primeira audiência pública realizada na história do TST. O fato de o tema dessa primeira audiência ter sido sobre as terceirizações evidencia a abrangência e urgência da discussão em torno do tema por parte do governo, da sociedade civil e, especialmente, da academia.

conjunto de verbas decorrentes da condenação, referentes ao período da prestação laboral⁷⁵.

No entanto, a despeito de a súmula citada ser uma tentativa de regulamentar uma série de questões concernentes aos direitos dos trabalhadores terceirizados, a terceirização continua sendo um câncer para a classe trabalhadora. É contumaz a exposição dos trabalhadores terceirizados aos acidentes de trabalho, às psicopatologias que se manifestam através do trabalho extenuante, como depressão, alienação e angústia, e de patologias como obesidade, úlceras, hipertensão arterial, lesões por esforço repetitivo, doenças ocupacionais etc.

Atualmente, o Projeto de Lei Complementar 30/2015 tramita no Senado Federal, antigo PL 4330/2004 (de autoria do ex-deputado Sandro Mabel), que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Tal projeto de lei representa uma redução drástica nos direitos dos trabalhadores, visto que tem por objetivo estender a prática da terceirização para as atividades-fim; se aprovado, as consequências para o mundo do trabalho serão drásticas, com aumento exponencial dos acidentes de trabalho, maior fragmentação política dos trabalhadores, aumento das doenças decorrentes da intensidade do trabalho, entre outras.

Outra consequência desse famigerado Projeto de Lei Complementar é a institucionalização do trabalho escravo, uma possibilidade bastante plausível, em caso da terceirização. No seminário realizado na Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2012, organizado pelo Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, vários palestrantes, entre eles, economistas, sociólogos, auditores do trabalho e juristas, insistiram no fato de que 90% do trabalho escravo hoje existente ocorre em empresas terceirizadas, o que configura uma realidade atroz para aqueles que dependem do trabalho.

Há no Brasil, atualmente, uma verdadeira guerra de informação no tocante à saúde e aos direitos do trabalhador. O conflito que se manifesta através da luta de classes no chão da fábrica, ou melhor, entre o capital e trabalho, por meio da disputa por recuperação dos salários, também é perceptível na ciência. A prova disso são as

⁷⁵ Ver Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-33>. Acesso em: 19/5/16.

estatísticas e argumentos desenvolvidos por inúmeros intelectuais, visando apreender um fenômeno tão específico e complexo como é a terceirização. Fato é que muitos pesquisadores têm buscado analisar o mundo do trabalho de maneira acurada, em terrenos, muitas vezes, ainda desconhecidos.

A realidade da terceirização no Brasil é desalentadora. Ao se debruçar sobre os dados referentes ao ano de 2013, depara-se com quase 50 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país. Desse contingente, quase 13 milhões são terceirizados, recebendo, em média, salários 25% inferiores em relação aos contratados sem intermediários, com uma taxa de rotatividade de 64,4%, praticamente o dobro da taxa dos trabalhadores não terceirizados, que é de 33%, tal como consta nas tabelas 2 e 3, adiante.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados e tipicamente contratantes no Brasil (2013)

Setores	2013	
	Número de Trabalhadores	%
Setores tipicamente contratantes	34.748.421	73,2
Setores tipicamente terceirizados	12.700.546	26,8
Total	47.448.967	100,0

Fonte: Rais 2013. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2014. Nota: setores agregados segundo Class/CNAE2.0. Não estão contidos os setores da agricultura.

Tabela 4 – Condições de Trabalho e Terceirização no Brasil (2013)

Condições de trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferença Terceirizados/ Contratante
Remuneração média (R\$)	2.361,15	1.776,78	-24,7
Jornada semanal contratada (horas)	40	43	7,5
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5
Taxa Rotatividade	33	64,4	Dobro

Fonte: Rais 2013. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2014. Nota: setores agregados segundo Class/CNAE2.0. Não estão contidos os setores da agricultura. Remuneração média em dezembro.

Esses números refletem uma realidade desalentadora, fruto da financeirização do trabalho que precariza a vida de milhões de trabalhadores. Levando em conta que parte considerável dos trabalhadores terceiros está alocada na informalidade, é possível afirmar que este número está subestimado. Caso as estatísticas contemplassem todo o segmento de trabalhadores informais, seria possível observar que esse universo é maior e, com certeza, os números sobre as condições de trabalho seriam ainda mais assustadores⁷⁶.

De acordo com Vitor Araújo Filgueiras, em artigo recente⁷⁷, a terceirização é uma chaga no seio da classe trabalhadora brasileira. São diversos os casos de trabalho análogos à escravidão que o Brasil ainda convive. Por exemplo, de acordo com o Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), os terceirizados são, atualmente, os trabalhadores mais vulneráveis às condições análogas à escravidão, dos 10 maiores casos de resgate de trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravos, 90% eram de terceirizados.

Tabela 5 – Trabalhadores em condição análoga à de escravos no Brasil (informações concernentes aos dez maiores resgates em cada ano)⁷⁸

Ano	Dos 10 casos, quantos envolveram terceirizados?	Terceirizados resgatados	Contratados diretos resgatados	TOTAL de resgatados
2010	9	891	47	938
2011	9	554	368	922
2012	10	947	0	947
2013	8	606	140	746
TOTAL	36	2998	555	3553

⁷⁶ Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-DesenvolvimentoLayout.pdf>>. Acesso em: 24/5/16.

⁷⁷ Terceirização e os limites da relação de emprego: trabalhadores mais próximos da escravidão e morte. Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/terceirizac3a7c3a30-e-os-limites-da-relac3a7c3a30-de-emprego-degradac3a7c3a30-e-morte1.pdf>>. Acesso em: 24/5/16.

⁷⁸ Fonte: DETRAE (Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo). Elaborado por Vitor Araújo Filgueiras. Disponível em: idem.

No âmbito da ação sindical, analisando o último estudo das convenções e acordos coletivos de trabalho registrados no SACC/DIEESE, em 2012, tem-se que aproximadamente 35,9% das unidades de negociação apresentaram alguma cláusula sobre terceirização.

No caso da indústria, a maior incidência foi observada nas negociações dos trabalhadores da Construção e Mobiliário, que incluíram cláusulas sobre terceirização em 75% das negociações acompanhadas, refletindo, assim, um alto nível de precarização do trabalho decorrente dessa modalidade de emprego.

Tabela 6 – Unidade de negociações com cláusulas sobre terceirização, por setor e atividade econômica – Brasil (2012)

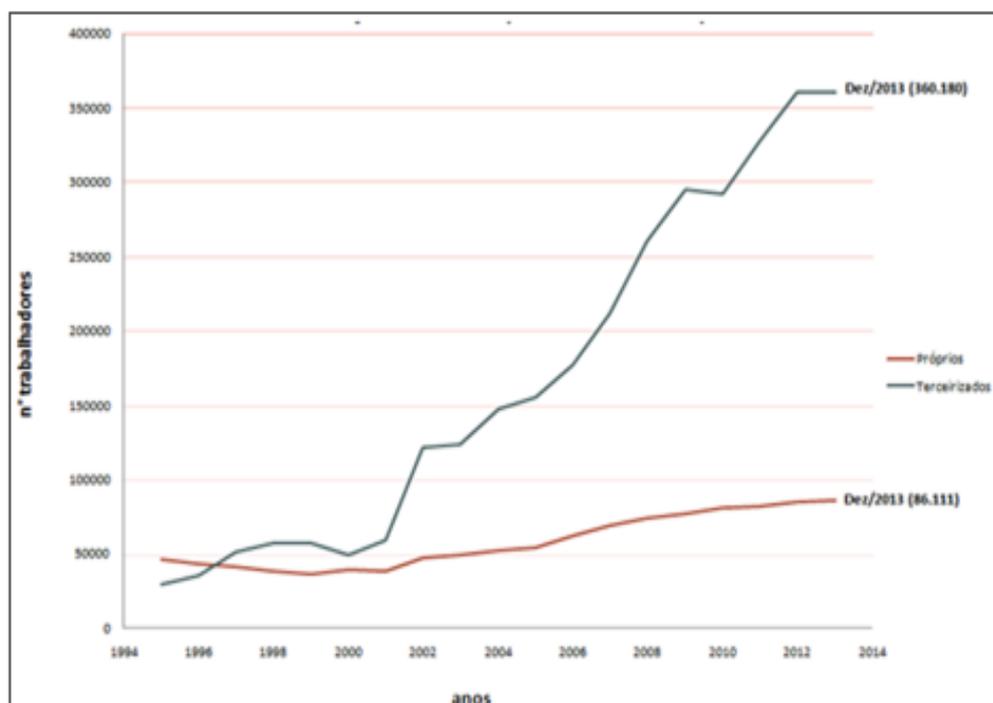
Setor / Atividade Econômica	Unidades de negociação com cláusulas sobre Terceirização		
	Nº	Painel	%
RURAIS	4	9	44,4%
COMÉRCIO	4	21	19,0%
INDÚSTRIA	46	114	40,4%
Alimentação	2	12	16,7%
Artefatos de Borracha	2	3	66,7%
Construção e Mobiliário	12	16	75,0%
Extrativa	1	2	50,0%
Fiação e Tecelagem	3	11	27,3%
Gráfica	1	5	20,0%
Metalúrgica	11	20	55,0%
Papel	1	4	25,0%
Química e Farmacêutica	7	10	70,0%
Urbana	4	23	17,4%
Vestuário	1	7	14,3%
Vidro	1	1	100,0%
SERVIÇOS	24	73	32,9%
Bancos	2	3	66,7%
Comunicações	3	18	16,7%
Processamento de Dados	4	6	66,7%
Saúde	3	5	60,0%
Segurança e Vigilância	6	7	85,7%
Transportes	2	16	12,5%
Turismo e Hospitalidade	4	11	36,4%
TOTAL	78	217	35,9%

Fonte: DIEESE/SACC-DIEESE

Ainda de acordo com DIEESE (2012), entre os exemplos de cláusulas reivindicadas nos acordos coletivos de trabalho (ACTs) estão: extensão de benefícios aos terceirizados; responsabilidade solidária ou subsidiária pelos compromissos não honrados pelas empresas terceiras; empresas legalmente constituídas; mesmo contrato coletivo; “desterceirização” – trabalhadores retornam para a empresa-mãe; constituição de comissão sindical sobre terceirização; acesso às informações dos contratos de terceirização; e outras garantias sindicais.

Em apenas duas décadas a terceirização do trabalho na Petrobras, por exemplo, atingiu patamares nunca antes vistos. Entre os principais fatores que motivaram a contratação de empresas terceiras estavam a redução de custos e a melhoria técnica. Desses, 98% refletiam, exclusivamente, a defesa da redução do custo, seguidos de 2% da técnica. Outro fator importante é que cerca de 80% dos acidentes fatais desse importante setor da economia brasileira ocorrem com terceirizados. Ademais, a quantidade de empregados terceirizados saltou de pouco mais de 30 mil trabalhadores em 1994, para mais de 360 mil trabalhadores em 2013⁷⁹, como aponta o gráfico 3.

Gráfico 3 – Crescimento da Terceirização no sistema Petrobras⁸⁰



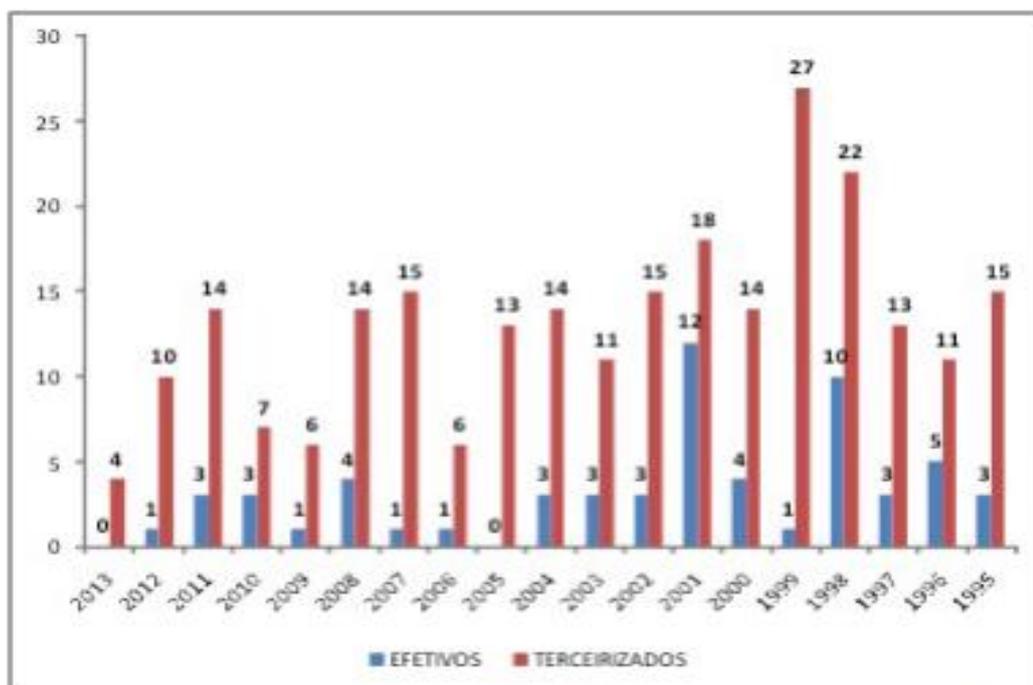
Outro aspecto a destacar é o histórico de acidentes da Petrobras. Os números atestam uma grave consequência desse modelo de contratação: a terceirização dos riscos. Desde 1995 até 2013, são mais de 300 vidas dizimadas por acidentes de trabalho. Mais de 80% das vítimas (249) eram trabalhadores terceirizados, contra 61 próprios. Uma calamidade no mundo do trabalho, porém sem grandes impactos sobre os gestores da empresa, que continuam relutantes às reivindicações dos trabalhadores e nada fazem

⁷⁹ Ver em: <http://www.sindpdce.org.br/downloads/terceirizacaoDIEESE.pdf>, p. 20. Acesso em: 24/5/16.

⁸⁰ Idem, p. 21. Acesso em: 24/5/16.

de concreto para impedir a continuidade desta matança. Apesar dos fartos discursos de responsabilidade social, os gestores da Petrobras terceirizam riscos, desrespeitam acordos, precarizam condições de trabalho e reduzem custos com a segurança dos empregados⁸¹.

Gráfico 4 – Número de mortes na Petrobras – Efetivos e Terceirizados, 1995 a 2013⁸²



Fonte: Federação Única dos Petroleiros (FUP). Elaboração: Subseção DIEESE/FUP.

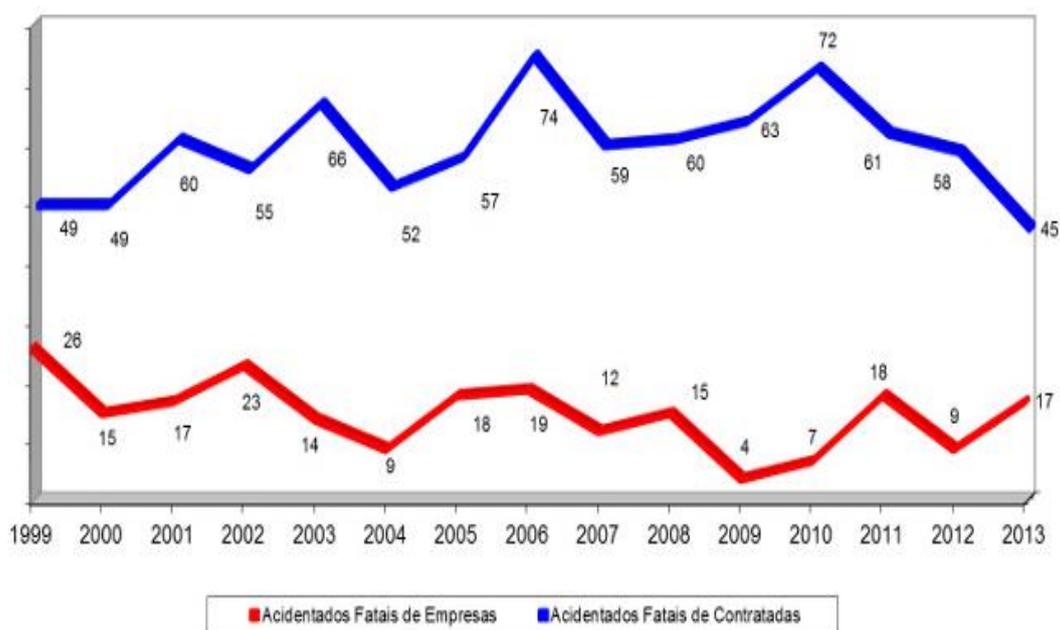
Não são poucas as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores quando o assunto é terceirização. Essas demandas expressam um cotidiano em que as violações aos direitos trabalhistas são recorrentes em diversos setores, não só no petroleiro.

⁸¹ Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-DesenvolvimentoLayout.pdf>>. Acesso em: 24/5/16.

⁸² Idem.

No caso do setor elétrico brasileiro, de acordo com o último relatório elaborado pela Fundação COGE (Comitê de Gestão Empresarial), que, diga-se de passagem, é uma entidade patronal, os números aqui destacados comprovam, a partir da afirmação da classe dirigente de um importante setor da economia do país, que a prática da terceirização é um fato insofismável e reflexo contumaz da miséria e exploração do trabalho no atual estágio da economia capitalista.

Gráfico 5 – Série Histórica Acidentes Fatais 1999-2013⁸³



A série histórica de acidentes fatais do setor elétrico revela que de 1999 a 2013 foram registrados 1.103 acidentes fatais com trabalhadores do setor elétrico brasileiro; 880 (79,78%) ocorreram com trabalhadores terceirizados.

Somente no ano de 2006 foram 74 mortes de trabalhadores terceirizados (média de seis mortes por mês); este número representou 79,56% dos acidentes fatais daquele ano.

A tabela abaixo apresenta os números de acidentes fatais e por afastamento, relacionando-os com o número de trabalhadores do quadro próprio e terceirizados.

⁸³ Ver em: < <http://www.funcoge.org.br/csst/relat2013/indexpt.html>>. Acesso em: 20/5/16.

Tabela 7 – Relatório de Estatística de Acidentes do Setor Elétrico⁸⁴

Dados Globais	2011	2012	2013
Empresas	82	81	81
Empregados próprios	108.005	108.133	105.962
Acidentados Típicos com Afastamento	753	696	650
Consequência Fatal	18	9	17
Contratadas	3.102	2.988	2.940
Empregados das Contratadas	137.525	146.314	130.833
Acidentados Típicos com Afastamento das Contratadas	1.479	1.245	1.105
Consequência Fatal	61	58	45

Os acidentes com consequência fatal para os empregados efetivos do setor elétrico – isto é, sem vínculos com empresas terceiras –, se comparados com os números dos empregados terceirizados, são alarmantes. Esses dados comprovam uma dura realidade no segmento de energia elétrica: quando não há óbito, há, no mínimo, graves consequências para a saúde do trabalhador, doenças de ordem física, psíquica etc.⁸⁵

Esses dados poderiam ser bem mais estarrecedores caso fossem incluídos os dados da construção civil. Isso porque, não raras vezes, por conta da atividade que exercem, trabalhadores do setor elétrico são contabilizados nesse ramo.

Os números da tabela 6, a seguir, expõem um pouco da realidade do trabalho na construção civil, onde houve 141 acidentes fatais com trabalhadores terceirizados e 67 com empregados próprios, totalizando 208 acidentes no ano de 2013.

Tabela 8 – Terceirização e acidentes fatais no setor da construção por segmentos selecionados (2013)⁸⁶

Segmento do setor da Construção	Nº de óbitos	Nº de óbitos entre trabalhadores terceirizados	Nº de óbitos entre trabalhadores contratados diretamente
Construção de Edifícios	135	75	60
Obras de acabamento	20	18	2
Obras de terraplanagem	19	18	1
Serviços especializados não especificados e obras de fundação	34	30	4

Fonte: Artigo – Terceirização e os limites da relação de emprego de Vítor Araújo Filgueiras – Auditor Fiscal do Trabalho

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ A esse respeito, ver o documentário “Dublê de Eletricista”. Através de depoimentos de trabalhadores, esse documentário revela o que há por trás do processo de terceirização no setor elétrico brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PuCoggk8_l8>. Acesso em: 24/5/16.

⁸⁶ Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/terceirizac3a7c3a30-e-os-limites-da-relac3a7c3a30-de-emprego-degradac3a7c3a30-e-morte1.pdf>>. Acesso em: 24/5/16.

Diante da angustiante e precária realidade a que estão submetidos os trabalhadores terceirizados, constitui-se uma nova morfologia social do trabalho, que alterou as condições de trabalho, bem como o seu “modo de ser”. É o que enfatiza Giovanni Alves⁸⁷, e o que Bihl (1998) chamou de “empresa flexível, fluida, difusa”.

Segundo (Toffler, 1985; Boyer, 1988), duas palavras tornaram-se imprescindíveis para descrever a nova dinâmica do trabalho no século XXI: “flexibilidade” e “flexibilização”. Devem-se fundamentalmente a esses dois conceitos as mazelas a que os trabalhadores terceirizados estão submetidos. As condições vexatórias, a falta de representatividade política enquanto sujeito social, a ausência de solidariedade (resultante do culto ao corporativismo), a falta de sentimento de pertencimento e de reconhecimento etc. tornaram-se características constitutivas do atual estágio do capitalismo. Desse modo, a precarização não é só do trabalho em si, mas também da vida do homem que trabalha (LUKÁCS, 2012).

4.3 Breve histórico da trajetória do movimento sindical de trabalhadores terceirizados do Distrito Federal

No final da década de 1970, os trabalhadores terceirizados do Distrito Federal, devido às péssimas condições de trabalho e de vida, viram-se obrigados a se organizar politicamente. O resultado desse movimento foi a fundação da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Brasília, entidade responsável por dar origem ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS).

Silvino Amador, então funcionário da empresa Conservo, transformou-a em uma entidade sindical. Todavia, o SINDISERVIÇOS só foi considerado uma entidade legal, correspondente à categoria de terceirizados, quando o então ministro do Trabalho, Murilo Macedo, assinou a carta sindical, em 26 de abril de 1979.

Eis o teor da carta:

⁸⁷ A esse respeito, ver “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha”. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em: 26/5/16.

Carta requerida pela Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Brasília, com sede em Brasília no Distrito Federal e dispensando, nos termos do parágrafo único do artigo 515 da Consolidação das Leis do Trabalho, a reunião do terço dos exercentes da respectiva categoria, resolve aprovar o respectivo estatuto, e reconhecê-la, sob a denominação de Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, de Brasília – código 565.330.01195-8, como sindicato representativo da correspondente categoria profissional, integrante do 4º grupo – empregados em turismo e hospitalidade –, do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio na base territorial do Distrito Federal com sede em Brasília no DD de acordo com o registro instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho. E, para firmeza, mandou a presente Carta, que vai por ele assinada. Brasília 26 de abril de 1979. Murilo Macedo⁸⁸.

Entre 1979 e 1982, o SINDISERVIÇOS foi presidido por três presidentes. O primeiro deles foi Francisco Batista de Oliveira, popularmente conhecido como Chiquinho, funcionário da empresa Empal. Ainda em outubro de 1979, Antônio Veloso Teixeira, até então funcionário da empresa Sitran, foi eleito presidente, dando continuidade aos trabalhos do sindicato. Por fim, Adelino Barcelar, empregado da empresa Selecta, foi eleito para exercer a presidência da entidade, finalizando seu mandato em 1982. A partir de então, José Machado Filho, funcionário da empresa Juiz de Fora, ganhou a eleição para o cargo máximo da entidade, presidindo-a até 2002⁸⁹.

Atualmente, o SINDISERVIÇOS é presidido por Maria Isabel Caetano dos Reis, oriunda da “Oposição Limpeza”, oposição à direção do sindicato em meados de 2002. Sua chapa foi vitoriosa com a proposta de escancarar as portas do Sindicato aos trabalhadores. Entre as principais conquistas citadas pelo SINDISERVIÇOS estão os direitos “negociados”, como o tíquete-refeição, que passou a compor o conjunto de cláusulas da Convenção Coletiva do Trabalho (CCT); serviços médicos, odontológicos e atendimento jurídico também foram pautas conquistadas pelos trabalhadores. Além dessas, outra bandeira importante nesse período foi a luta pela aquisição da Cláusula 30, que garantiu ao trabalhador terceirizado a continuidade no emprego, mesmo que em outra empresa⁹⁰.

Em 2003 foi realizado o primeiro seminário de planejamento da categoria, com o objetivo de traçar um plano de ação que garantisse os interesses dos trabalhadores. Enfatizou-se a luta pela unidade da categoria, o que evidencia as dificuldades

⁸⁸ Carta disponível em: <<http://sindiservicodf.org.br/portal/index.php/historia>>. Acesso em: 26/5/16.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

decorrentes da fragmentação, característica precípua do processo de terceirização do trabalho.

As greves por melhores condições de salários e trabalho foram recorrentes na história do SINDISERVIÇOS. Não à toa, três expressivas greves foram deflagradas nos anos de 2004, 2006 e 2009, como consta nos anais do sindicato:

Em maio de 2004, os trabalhadores da Rover, na Embrapa/Cenagen, foram obrigados a paralisar durante três dias para que pudessem receber, pelo menos, metade do salário de abril. Não foi uma negociação fácil para os diretores do Sindicato. A outra metade do salário ficou na promessa do patrão e só com outra paralisação os trabalhadores receberam o salário. No desenrolar das negociações ficou acertado que o salário de maio seria pago até o dia 10 de junho, quando se normalizou a situação dos trabalhadores. Em todas essas paralisações, o SINDISERVIÇOS sempre esteve junto do trabalhador para o que “der e vier”, encaminhando diretores para as negociações, acionando o Departamento Jurídico e apresentando denúncias ao Ministério Público do Trabalho. Em janeiro de 2006 trabalhadores terceirizados responderam ao desrespeito dos maus patrões com paralisações em vários postos de trabalho. O fato é que tanto o SINDISERVIÇOS como os trabalhadores agiram rápidos contra o clima de desalento que ameaçava a categoria. Por meio de seus diretores e Departamento Jurídico, o Sindicato esteve presente em todas as negociações. As paralisações aconteceram, principalmente, por falta de pagamento de salários. Na empresa Millenium foram paralisações em seis frentes de serviços. Já Ministério da Fazenda, os funcionários da Ravele paralisaram os serviços também por falta de pagamento de salários, que deveriam ter sido depositados no 5º dia útil de janeiro, o que não havia acontecido até o dia 15. Durante as negociações, a empresa se comprometeu a efetuar os depósitos e normalizar a situação dos trabalhadores. Durante as negociações, a empresa se comprometeu a efetuar os depósitos e normalizar a situação dos trabalhadores. Mesmo assim, os trabalhadores apontavam outras irregularidades, como atraso do vale-refeição, do pagamento de férias, além de defasagem do vale transporte, retenção da Carteira de Trabalho e incorreção no recolhimento do FGTS. Já em fevereiro, a paralisação aconteceu na Polícia Federal, onde 18 funcionários da empresa Brasiwork estavam sem receber o salário de janeiro, além de atraso no vale-refeição desde novembro de 2005 e metade do 13º que ainda não havia sido quitado. A situação estava insustentável com os trabalhadores tirando do bolso o dinheiro para comer e ir trabalhar. Aqui, abrimos um parêntese para a vitoriosa GREVE GERAL de 2009 (a maior na história do Sindicato), quando a categoria mostrou combatividade, organização e capacidade de luta. O fato é que os patrões duvidavam da capacidade de mobilização dos trabalhadores, mas a reação da categoria deu novos rumos ao movimento sindical de Brasília⁹¹.

Atualmente, de acordo com o diretor de imprensa do SINDISERVIÇOS, Antônio de Pádua, o Distrito Federal conta com cerca de “75 mil a 80 mil trabalhadores terceirizados”⁹². Além disso, é importante destacar que o setor de serviços terceirizáveis no Distrito Federal atende principalmente ao setor público.

⁹¹ Idem.

⁹² Entrevista realizada em março de 2016, em anexo, com o diretor de imprensa do SINDISERVIÇOS.

Em 2010, na região Centro-Oeste, o percentual de setores tipicamente terceirizados era de 20,66%. No mesmo ano, o DF apresentava um percentual de 22,38% da força de trabalho terceirizada. Esses números representam um contingente de trabalhadores bastante expressivo, quando comparados com as demais regiões, em uma escala nacional⁹³.

4.4 A criação da Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi criada dois anos após a inauguração da cidade de Brasília, com a promessa de reconstituir a educação superior, de unir o conhecimento científico à vontade de mudança, entrelaçando as diversas formas de saber, com o intuito de formar profissionais engajados na transformação do país.

A construção do *campus* Darcy Ribeiro, situado na Asa Norte, no Plano Piloto, foi fruto da troca de ideias de três importantes pensadores brasileiros. O brilhante intérprete do Brasil, o antropólogo Darcy Ribeiro, foi quem definiu sob quais bases a instituição se daria. Além dele, o educador Anísio Teixeira pensou as questões pedagógicas, responsáveis por revolucionar o ensino à época. Por fim, somou-se a eles o arquiteto Oscar Niemeyer, que transformou os sonhos de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro em prédios modernistas.

A intenção desses intelectuais era criar um ambiente capaz de unir o que havia de mais moderno em diversos âmbitos, tanto nas pesquisas tecnológicas quanto nas sociais. Assim, movidos pelo ideal de melhorar a realidade brasileira, construíram no Planalto Central a Universidade de Brasília.

No Plano Orientador da Universidade de Brasília, primeira publicação da Editora da UnB, datado em 1962, cujo objetivo era traçar as regras, a estrutura e concepção, ou seja, a missão da Universidade, constam as palavras do então Presidente da República, João Goulart, ao sancionar a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação da Universidade de Brasília:

Na deliberação de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital.

⁹³ Ver p. 10-11 do Dossiê “Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha”. DIEESE/CUT: São Paulo, 2011. <http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf />. Acesso em: 1º ago. 2013.

Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçarmos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para todas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fosse capaz de assegurar à Capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do país. Esta é a universidade que se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo. (...) O que esperamos da Universidade de Brasília é lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para os seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional⁹⁴.

Constituiu-se, portanto, uma universidade nova, inspirada na cultura do livre pensar, crítica e aberta à comunidade. Ainda segundo o Plano Orientador, “só uma universidade nova, inteiramente planificada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior”.

No entanto, essa não foi uma tarefa fácil, pois naquele período da história brasileira, mesmo contendo no projeto original da construção de Brasília o espaço designado para a universidade, havia um medo latente por parte da classe política em construí-la próximo à Esplanada dos Ministérios, visto que os estudantes poderiam “interferir” na vida política da cidade.

A estrutura administrativa e financeira foi desenvolvida a partir da defesa da autonomia da universidade, o que era novo nos anos 60. Isso foi defendido visando libertá-la da burocracia ministerial a que as demais universidades federais se achavam submetidas. Em *UnB: Invenção e Descaminho*, Darcy Ribeiro defendia que ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo.

⁹⁴ Disponível em:

<http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorios_antigos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf>
Acesso em: 27/5/16.

Darcy Ribeiro conta que convidou, junto com Anísio Teixeira, cientistas, artistas e professores das mais tradicionais faculdades brasileiras para assumirem o compromisso com as salas de aula da terra UnB. “Eram mais de duzentos sábios e aprendizes, selecionados por seu talento para plantar aqui a sabedoria humana”⁹⁵. Referindo-se ao seu projeto de ensino, o antropólogo afirma que a UnB seria uma “Universidade de Utopias”, criada para ser capaz “de dominar todo o saber humano e de colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional”, uma universidade para a cidade, para fora, nunca ensimesmada⁹⁶.

O ambiente crítico em que a UnB foi gestada não combinava com as práticas autoritárias que viriam a acontecer. Durante a ditadura empresarial-militar, a universidade foi invadida diversas vezes.

Em 1964, a ditadura instalada com o golpe militar traria anos difíceis para a UnB. Na verdade, a instituição brasileira já era tida por setores extrauniversitários como um foco do pensamento esquerdista, visão essa que só se acirrou com os militares. E, por estar mais perto do poder, foi uma das mais atingidas. Universitários e professores foram taxados de subversivos e comunistas. Comentava-se que havia uma tendência marxista na UnB, liderada pelos professores mais jovens e idealistas. O *campus* foi invadido e cercado por policiais militares e do Exército várias vezes durante o ano. No dia 18 de outubro de 1965, depois da demissão de 15 docentes acusados de subversão, 209 professores e instrutores assinaram demissão coletiva, em protesto contra a repressão sofrida na universidade. De uma só vez, a instituição perdeu 79% de seu corpo docente. Esse não foi o único ano em que as aulas foram interrompidas pelas invasões. O de 1968 foi marcado por passeatas e protestos contra o regime militar. Os alunos pretendiam mostrar à sociedade o que acontecia na UnB. Em agosto, o então reitor Caio Benjamin Dias pediu intervenção da polícia para defender o patrimônio da universidade, alegando que não conseguia controlar os estudantes. A segunda invasão, considerada a mais violenta, pelo uso de armas, destruição de equipamentos e prisões, foi desencadeada com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto aos 20 anos no Rio de Janeiro quando a PM invadiu o restaurante Calabouço⁹⁷.

A partir do esforço empreendido por inúmeros sujeitos sociais, a Universidade de Brasília conseguiu tornar-se referência na construção crítica do saber e em pesquisas em diversas áreas, em escala nacional e internacional.

Ver-se-á a seguir como se deu o processo de terceirização na universidade e quais foram as implicações no ambiente de trabalho, além de se analisar o impacto da terceirização do trabalho no movimento sindical da universidade.

⁹⁵ Ver em: < http://www.unb.br/unb/titulos/darcy_ribeiro.php > Acesso em: 27/5/16.

⁹⁶ Ver p. 7 Revista Darcy nº 4. Disponível em: < <https://issuu.com/revistadarcy/docs/darcy04> >. Acesso em: 27/5/16.

⁹⁷ Ver em: < <http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php> >. Acesso em: 27/5/16.

4.5 A terceirização do trabalho e as disputas por representação sindical na Universidade de Brasília: com a palavra os trabalhadores e dirigentes sindicais

A Universidade de Brasília foi criada para ser a “Universidade das Utopias”, um espaço libertador e emancipador. Ao longo de pouco mais de 50 anos foi protagonista de relevantes debates científicos, sociais, econômicos e políticos. Não à toa foi considerada, por diversas vezes, uma das universidades mais importantes e influentes do país.

No entanto, mesmo tendo sido vanguarda no que tange à educação e à ciência, no mundo do trabalho, não raras vezes, foi palco de situações degradantes para seus trabalhadores, que, diga-se de passagem, sofrem as duras consequências decorrentes do processo de terceirização do trabalho no ambiente universitário.

Este subtópico concentrar-se-á nas questões referentes à terceirização do trabalho e à representação no movimento sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília.

Atualmente, a força de trabalho da Universidade de Brasília é composta, com exceção dos professores, pela mão de obra dos terceirizados e dos trabalhadores técnico-administrativos (quadro efetivo da Fundação Universidade de Brasília, FUB). Com base nos contratos vigentes⁹⁸ na UnB em 2016, elaborou-se a tabela 7, abaixo, acerca da acidentalidade no ambiente de trabalho da universidade.

⁹⁸ Disponível em: < <http://www.daf.unb.br/dter/contratos-vigentes>>. Acesso em: 28/5/16.

Tabela 9 – Acidentalidade no trabalho entre funcionários do quadro e terceirizados da UnB

Empresa	Frequência Absoluta ⁹⁹ (CAT-Comunicação de Acidente de Trabalho)		Frequência Relativa ¹⁰⁰ (CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho) x 10.000		Freq. Relat. ¹⁰¹ (B91-Aux. Doença por Acid. de Trab. x 10.000)		Número de postos de trabalho ¹⁰² em 2016
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	
Ágil Serviços Especiais Ltda.	15.00	10.00	38.10	26.92	20.32	24.23	234
Apecê Serviços Gerais Ltda.	16.00	5.00	113.25	31.68	77.86	50.69	48
Confere Comércio e Serviços de Alimentação e Produtos de Segurança Eletrônica Ltda.	7.00	4.00	53.16	29.73	15.19	29.73	45
Fortaleza Serviços Empresariais – Ltda.	---	---	---	---	---	---	177
HPEX Apoio Administrativo EIRELI ME	---	---	---	---	---	---	03
JAG7 Soluções Empresariais Ltda. – ME	---	---	---	---	---	---	23
Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	68.00	64.00	57.03	43.19	49.48	57.36	06
Life Defense Segurança Ltda.	0.00	1.00	0.00	31.57	0.00	31.57	206
RCA Produtos e Serviços Ltda.	23.00	12.00	76.92	41.18	80.27	61.77	655
Utopia Consultoria e Assessoria Ltda.	0.00	1.00	0.00	80.70	0.00	80.70	406
Fundação Universidade de Brasília	3.00	1.00	62.27	20.17	0.00	0.00	---
SUBTOTAL DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS							1806

Fonte: MTPS*, DAF-UnB. Elaboração própria.

⁹⁹ Esses dados referem-se aos anos de 2011 e 2012. *Disponível em:< <http://acidentalidade.mtps.gov.br/inter/acidentalidade/view/consultarempresas/main.seam>>. Acesso 28/5/16.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² O número de empregados é referente ao contrato vigente com as empresas que prestam serviços terceirizados na UnB em 2016.

O número de trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília em 2016 chega a 1.806 prestadores de serviços. Entre as atividades executadas pela força de trabalho terceirizada estão os serviços de serralheria, marcenaria, carpintaria, pintura, estofamento e lustração, motorista, operador de trator, jardinagem, almoxarife e operador de caixa, eletricista, agropecuários, hidráulicos, copeiragem, garçom, recepcionista, apoio à editora da universidade, segurança e vigilância desarmada, impermeabilização, limpeza e conservação e portaria.

A tabela 7, acima, não reflete toda a totalidade de trabalhadores, visto que esse contingente refere-se exclusivamente aos contratos vigentes do presente ano. Desse modo, de acordo com Mauro Mendes¹⁰³, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB), esse número é bem superior: “nós temos hoje na realidade da UnB em torno de 3 mil trabalhadores terceirizados em toda a universidade”, assevera.

Em 2011, caso se compare a frequência absoluta (CAT – comunicação por acidente de trabalho) das empresas terceirizadas com a frequência absoluta – CAT dos empregados da FUB, tem-se uma ideia do tamanho da discrepância. Enquanto no primeiro exemplo, somando a frequência absoluta de acidentalidade de todas as empresas terceirizadas, obtém-se 129 casos de acidentes, no quadro de trabalhadores efetivos da universidade esse número é de apenas três ocorrências.

No ano seguinte, a frequência absoluta foi de 97 casos de acidentalidade com os trabalhadores terceirizados, contra apenas uma ocorrência de acidente com trabalhadores do quadro efetivo.

Esses dados revelam que a taxa de acidentalidade dos trabalhadores terceirizados é infinitamente superior à taxa dos trabalhadores efetivos, o que mostra o quão assombrosa são as condições de trabalho a que os terceirizados estão submetidos.

Além disso, a frequência relativa de auxílio-doença por acidente de trabalho é muito maior entre os trabalhadores terceirizados. Somando os dados referentes ao ano de 2011, verifica-se que entre as dez empresas com contratos vigentes na UnB há uma frequência relativa de auxílio-doença por acidente de trabalho de 243,12. Esse número é

¹⁰³ Entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB), concedida em abril de 2016, em anexo.

exponencialmente superior à frequência dos funcionários da FUB, que foi de 0,00 no mesmo período. No ano de 2012 essa frequência relativa (que mede o auxílio-doença por acidente de trabalho) foi ainda maior, atingindo patamares bem mais elevados (336,05), contra 0,00 dos trabalhadores da FUB.

A questão de classe é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento deste estudo, entretanto, há outra questão igualmente importante: a racial. Dos 20 questionários¹⁰⁴ aplicados aos terceirizados da UnB – amostragem pequena diante dos quase 2 mil trabalhadores em 2016, mas significativa diante da realidade empírica –, 90% dos entrevistados, isto é, 18 trabalhadores, afirmaram-se negros e/ou pardos. Tal fato reflete que o trabalho terceirizado na UnB é, fundamentalmente, negro. Quanto a questão de gênero, 70% dos entrevistados (14 trabalhadores) eram homens, enquanto os 30% restantes (6 trabalhadoras) eram mulheres.

Outro fator importante é a região de moradia dos trabalhadores, cidades-satélites, em sua grande maioria. Em 85% dos casos (17 trabalhadores), cidades do Distrito Federal como Samambaia, Planaltina, Recanto das Emas, Taguatinga, São Sebastião, Paranoá, Santa Maria, Ceilândia e Estrutural são o local de moradia desses trabalhadores. Os 15% restantes (3 trabalhadores) vivem em cidades da região do Entorno do Distrito Federal, como Jardim Ingá, Valparaíso e Águas Lindas de Goiás. Além disso, no que se refere à moradia, 55% dos terceirizados (11 trabalhadores) têm casa própria e 45% (nove trabalhadores) moram de aluguel.

A remuneração média dos trabalhadores entrevistados situa-se, em 90% dos casos, entre um e dois salários mínimos. Apenas dois trabalhadores recebem o equivalente a um salário mínimo (R\$ 880,00). No que tange à renda mensal familiar, 85% dos entrevistados enquadram-se na faixa entre um e dois salários mínimos e ainda moram com os pais e demais familiares. Somente três trabalhadores têm uma renda mensal familiar entre três e cinco salários mínimos, além de casa própria. Nesse caso em especial, constata-se que a luta pela casa própria ainda é um sonho a ser conquistado por parte expressiva dos trabalhadores.

No tocante à escolarização dos entrevistados, 85% (17) deles terminaram o ensino médio e 15% concluíram o ensino fundamental em escola pública. Dos 17

¹⁰⁴ Questionários aplicados com os terceirizados da Universidade de Brasília ao longo do mês de janeiro de 2016.

trabalhadores terceirizados que completaram o ensino médio, apenas três concluíram os estudos em escola particular. Dos vinte entrevistados, apenas um cursa o ensino superior. Além disso, somente 40% (oito entrevistados) nasceram em Brasília; o restante é de imigrantes oriundos de várias regiões do país.

Em entrevista realizada¹⁰⁵ com um ex-dirigente dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília, não é difícil perceber os reflexos das transformações no mundo do trabalho, no contexto da universidade. Intensidade, precarização e trabalho extenuante não são características do trabalho contemporâneo exclusivas do mercado de trabalho dos países centrais, mas um fenômeno cada vez mais presente no Brasil, além de ser uma situação aviltante, crescente no cotidiano da UnB.

Essa nova morfologia do trabalho é descrita pelo entrevistado da seguinte maneira:

Eu sou ex-representante dos terceirizados aqui na UnB, trabalhei por cinco anos na UnB e sou da CSP-Conlutas, a central sindical e popular. Quando eu falo ex-dirigente dos terceirizados é porque na universidade infelizmente os terceirizados não podem ter representação, em cinco anos eu fui demitido quatro vezes, exatamente por tentar organizar os terceirizados, a minha situação está judicializada. Por três vezes eu consegui retornar, agora pegamos uma juíza muito pró-empresa e que julgou contrário ao meu retorno. Eu atualmente moro na Ceilândia Norte, sempre fui morador de periferia e sempre procurei estar próximo à classe trabalhadora e aos setores mais explorados da nossa classe¹⁰⁶.

De acordo com o ex-dirigente, são constantes, no dia a dia da universidade, práticas de assédio moral, perseguições políticas, demissões em decorrência de participação em manifestações políticas por melhores condições de trabalho e desrespeito aos contratos firmados entre a reitoria da universidade e as empresas terceirizadas.

A esse respeito, o entrevistado faz um diagnóstico das empresas e aponta questões acerca do cotidiano dos trabalhadores terceirizados:

Atualmente sob o comando da portaria está a empresa Utopia, que está aí há cerca de seis meses e vem desrespeitando os direitos dos trabalhadores, inclusive com a prática do nepotismo, contratando parentes e demitindo, os porteiros. (...) A empresa Apecê na limpeza, a empresa Planalto na manutenção, e uma empresa chamada Real na copa e recepção. E tem uma empresa também que não me lembro do nome agora, no RU, restaurante universitário. A PH Service decretou falência a nível nacional em 2014 e não

¹⁰⁵ Entrevista realizada em dezembro de 2015 com uma ex-liderança da oposição à direção do SINTFUB (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília), em anexo.

¹⁰⁶ Idem.

faliu coisa alguma; só no DF deu calote em 12 mil trabalhadores. Uma empresa chamada Prestacional, que era da copa e recepção, também deu cano no pessoal em 2012 e sumiu. Então, essa é a tradição na UnB e no DF, ou melhor, no país inteiro. As empresas, um belo dia, depois de o trabalhador trabalhar três, quatro, cinco anos, decreta falência e os trabalhadores ficam sem direito algum, e, pasmem, a justiça aceita a declaração de falência dessas empresas. Eu acredito que teria que se fazer uma lei, aprovar uma lei no Congresso Nacional, prendendo empresário que dá calote em trabalhador, porque esse país é uma vergonha. Se você rouba um ou dois, você é preso. Se você rouba um saco de arroz você vai preso. Agora, se você dá calote em 12 mil trabalhadores, aí você vira herói¹⁰⁷.

Para o dirigente do SINTFUB, Mauro Mendes, situações de desrespeito às leis trabalhistas são uma das principais problemáticas da terceirização, não só na Universidade de Brasília, mas em todo o país. Elas acontecem, de acordo com ele, devido ao modelo em que está assentada a terceirização, que permite o descumprimento da lei. Somado a isso está o medo dos terceirizados de organizarem-se politicamente, de reivindicar seus direitos. Há um medo da punição por parte do patrão, da perda da única fonte de renda, que é o trabalho.

A partir do momento que você faz uma licitação hoje com o modelo de terceirização que está colocado para nós, a universidade ela perde o controle, porque você tem várias empresas disputando esse contrato, e um contrato hoje, com a crise que o país atravessa, toda empresa está querendo. Quando a primeira empresa ganha, a segunda vai lá e recorre. E isso faz com que o trabalhador fique prejudicado, porque só pode contratar depois que definir tudo. Então, isso aconteceu agora recentemente com todos os contratos que estão aí, nós temos hoje treze contratos ainda vigentes, para poder contratar os trabalhadores que estão desempregados desde o mês de fevereiro. E isso aconteceu pela primeira vez na UnB, em vinte anos, então assim, o modelo de terceirização cada dia dificulta mais a contratação dos trabalhadores e coloca o trabalhador mais vulnerável. (...) Nós tivemos logo no início do ano essa surpresa, que foi um corte muito grande nos trabalhadores terceirizados da UnB, foi em torno de mais de 60% da mão de obra que a gente tinha, que até agora não foi contratada. O que aconteceu é que a UnB tinha um vínculo muito grande com duas empresas, tinha quatro contratos, esses contratos pegavam todos esses trabalhadores, manutenção, parque, jardim e motorista. Com o fim desse contrato, a UnB passou a ter 13 contratos com empresas diferentes, cada contrato para um tipo de serviço, cada tipo de trabalhador, de função, teria um contrato diferenciado. Por isso, até agora, devido à burocracia, ainda não foi contratado. O modelo de terceirização que está aí, hoje, deixa os trabalhadores muito desprotegidos, há contratos que terminam durante seis meses, empresas que fazem o contrato com a instituição, recebe da instituição, e não pagam os trabalhadores. Então é esse modelo que nós temos que combater. Agora, quanto à terceirização, infelizmente a gente vai ter de conviver com ela, porque são cargos que acabaram, e a gente vê que não voltam mais¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB), com Mauro Mendes, dirigente sindical, concedida em abril de 2016, em anexo.

A dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), Helga Martins de Paula¹⁰⁹, afirma que todo esse processo de precarização do trabalho na universidade brasileira é resultante da reestruturação produtiva da economia capitalista que, com a ajuda da contrarreforma do Estado da década de 1990, aprofundou os mecanismos de superexploração da força de trabalho hoje vigentes.

O que a gente vê na universidade, de forma muito transparente e às vezes não tão transparente, na forma de nuances, mas que impactam diretamente, é como os projetos de educação se colocam aí. Nós temos dois projetos de educação em disputa na universidade: a gente tem aí o projeto neoliberal, que bebe na teoria do capital humano, na escola de Chicago, que tem na percepção da competência, balizando não só como léxico administrativo, mas como instrumento de tecnização e de precarização da própria condição de construção do conhecimento. A gente tem obviamente, nesse projeto, a precarização dos espaços, das condições de trabalho dos docentes, das condições de vida dos estudantes, e em relação ao processo de redefinição de atividades-fim e atividades-meio, um processo generalizado de superexploração da mão de obra dos trabalhadores que exercem funções essencialmente terceirizadas. Precarizados e precarizadas que exercem as funções de limpeza, de segurança, de manutenção da infraestrutura desses espaços nos quais se localiza a universidade. A gente vê que depois da reforma administrativa, da contrarreforma do Estado, aprofundada há vinte anos, no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma visão que o Bresser-Pereira trabalha também, na construção desse projeto, a gente vê que a universidade sofre reflexos de maneira muito profunda. Então a gente tem aí num primeiro momento a ausência de concursos, de contratação massiva de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, que tem um altíssimo índice de rotatividade, que, pelo vínculo precário não tem qualquer garantia trabalhista que lhes permita construir vínculos nessa universidade, e, além disso, são trabalhadores que sofrem diversos tipos de assédio, assédios morais, entre outros, que aprofundam esse vácuo entre classe trabalhadora e a universidade como um locus, um espaço privilegiado, de elites, porque a gente tem no processo de criação da universidade brasileira um projeto, desde o início, elitista.

A professora e militante sindical ainda destaca que o PL 4.330, agora PLC 30, que tramita no Senado Federal, visa agravar ainda mais essa situação desalentadora que vive a classe trabalhadora, dificultando a organização sindical, a mobilização política e a constituição de vínculos nos locais de trabalho. Esses serão alguns dos traços que marcarão o sindicalismo brasileiro caso esse projeto seja aprovado:

O antigo PL 4330/04 na Câmara dos Deputados, o agora PLC 30/15 em tramitação no Senado, tem por escopo principal um aprofundamento da política de terceirização. A consequência disso na universidade é o aprofundamento dessa derrocada de direitos trabalhistas, um grupo grande de trabalhadoras e trabalhadores sem qualquer dimensão protetiva. Na verdade, ele abre margem para mais possibilidade de terceirização de atividades que até então não eram passíveis de ser terceirizadas. Então a gente tem na

¹⁰⁹ Entrevista realizada com a professora de Direito da Universidade Federal de Goiás, *campus* de Jataí, dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), concedida em maio de 2016, em anexo.

divisão entre atividades-meio e atividades-fim, muitas vezes, uma lacuna interpretativa, e aí você permite que, por exemplo, a atividade docente seja terceirizada, você permite que haja uma reconfiguração das relações que esvazia qualquer possibilidade organizativa; e aí, quando você esvazia qualquer possibilidade organizativa dentro de um espaço como o da universidade, que é um espaço ainda que com todas as dificuldades e contradições possíveis – ainda, eu digo, porque a gente tem leis de mordada por toda parte, a gente tem uma instrumentalização das instituições do Judiciário e do Ministério Público para cercear a liberdade de expressão –. A universidade ainda é um espaço no qual a gente tem uma possibilidade de fazer uma discussão de como é necessário trazer o trabalho, a dimensão do trabalho para a centralidade da discussão, de como é necessário expor a assimetria das relações, de como é necessário colocar que qualquer política de conciliação de classe aprofunda esse vácuo, entre a dimensão protetiva do trabalhador e a própria dimensão de construção ideológica de superação dessa estrutura exploratória. E aí a gente vê na universidade, na verdade, uma continuidade de um processo de alienação que é muito cômodo para a manutenção de um *status quo*, de um *locus* de privilégio. As consequências para o trabalhador, por exemplo, no caso das funcionárias terceirizadas, quando elas passaram por um processo de demissão em massa aqui, houve pouquíssima mobilização, seja de estudantes, seja de professores, pelo tamanho dessa universidade, pela quantidade de estudantes, pela quantidade de professores. O que eu vejo é que essa fragmentação decorrente do processo de terceirização facilita a não criação de vínculos, e isso é tão cruel porque a pessoa tem medo de ser demitida. Dessa forma, a pessoa é superexplorada e ao mesmo tempo ela depende disso para sobreviver, e essa situação faz com que os trabalhadores se tornem reféns. No ano passado (2015), houve um processo de demissão em massa, mais de cinquenta funcionárias e funcionários terceirizados foram demitidos, estavam sem receber há mais de três meses, sendo ameaçados de demissão. A partir de então paralisaram as atividades, reivindicando o pagamento de salários, tendo como resultado da mobilização uma demissão massiva, além de as lideranças sofrerem perseguição política.

Em contraposição a esse projeto, há outro, de autoria do deputado Vicentinho, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, PL 1.621/2007, defendido também pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo como principais elementos o direito à informação prévia, a proibição da terceirização na atividade-fim, a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas, a igualdade de direitos e de condições de trabalho e a penalização das empresas infratoras.

Ao refletir sobre a questão da terceirização, Vicentinho¹¹⁰ aponta as principais diferenças entre seu projeto e o projeto do deputado Sandro Mabel, PL 4.330/2004¹¹¹.

No passado o empresariado usava a terceirização para reduzir problemas de gargalo. Eu me lembro que quando eu entrei na Mercedes em 1978 já tinha

¹¹⁰ Entrevista com o deputado Vicentinho, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, concedida em dezembro de 2015, em anexo.

¹¹¹ Na época o deputado compunha o Partido da República (PR) de Goiás, sendo também relator da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e votando, por conseguinte, favoravelmente ao projeto.

empresa de terceiro lá, mas essas empresas faziam o quê? Não era nem portaria, era manutenção, não era nem cozinha, era manutenção, era limpeza... Só que o empresariado percebeu... Não é só o gargalo, eles querem ganhar com isso, ganhar mais dinheiro, porque eles sempre inovam no mecanismo. Aí foi se estendendo essa terceirização, atingindo portarias, restaurantes e outros segmentos, e outros setores, né? Meu projeto, como vários outros, é sempre constituído com os trabalhadores. Neste caso, o projeto de terceirização foi constituído nas instâncias da Central Única dos Trabalhadores. Foi criado um grupo da CUT, um grupo de estudo, onde discutimos bastante com esse grupo, ouvimos vários seguimentos, os relatos, as histórias, os problemas jurídicos, as dúvidas, as consequências da terceirização, que reduzem salário e humilham o trabalhador terceirizado sob vários aspectos. Então nós apresentamos um projeto que é diametralmente oposto ao projeto do empresário Sandro Mabel. Em linhas gerais, o do empresário Sandro Mabel quer legalizar o que existe hoje, legalizar a precarização, esse é o projeto dele, dele e dos empresários. E o meu projeto, um dos projetos que eu tentei apresentar, foi para ACABAR com a terceirização. Mas a gente viu que era impossível isso, tava muito difícil de acabar com a terceirização. Assim, decidimos lutar para regulamentar, para impedir que o trabalhador tenha sua condição de vida precarizada.

Essa defesa do Projeto de Lei 1.621/2007, feita pela parceria do deputado Vicentinho com a CUT, pode ser entendida de duas maneiras. De um lado, é bem verdade que a conjuntura atual se apresenta como uma continuidade da reestruturação produtiva econômica – projeto incompleto que surge de tempos em tempos, ante as crises cíclicas do capital –, e provoca uma ofensiva do capital sobre o trabalho, hipótese defendida ao longo de todo esse trabalho, visando manter, entre outras coisas, a taxa de lucro da burguesia em níveis elevados. Esse ataque do capital sobre o homem-que-trabalha dá-se através da intensificação da jornada de trabalho, da flexibilização das leis trabalhistas, da precarização da vida e do trabalho, da corrosão do tempo e das condições de trabalho etc.

Por outro lado, o fato de um projeto concentrar-se, fundamentalmente, na luta contra a expansão da terceirização para as atividades-fim é revelador, pois, de certo modo, demonstra uma adequação do “novo sindicalismo” ao *status quo*, ao abster-se do enfrentamento da terceirização em toda a sua amplitude. Além disso, considerando a fala de Vicentinho, o fato de esse embate ser uma pauta difícil, “radical”, ou até mesmo impossível de ser levada adiante, é a prova irrefutável da atuação meramente institucional do sindicalismo brasileiro, além da sua adesão à “concertação social”.

No caso da manutenção da situação atual – como a terceirização nas áreas meio –, comprova-se outra hipótese já considerada: que a reestruturação produtiva, em uma de suas formas mais marcantes (terceirização), contou com a ajuda do movimento sindical para ser implementada, na medida em que ele abandonou as pautas essenciais

para a constituição de um movimento combativo. O reflexo disso na vida política do sindicalismo brasileiro é o completo desalento, além da dificuldade de organização e articulação dos trabalhadores terceirizados em face da ofensiva do capital.

No que diz respeito à Universidade de Brasília, em entrevista realizada com o diretor de imprensa¹¹² do SINDISERVIÇOS, constatou-se que as violações aos direitos trabalhistas são práticas recorrentes em diversos setores trabalhistas, inclusive no cotidiano da universidade; em muitos casos, a Justiça é lenta, o que acaba por favorecer as empresas e os patrões.

No caso da terceirização, embora a gente esteja sempre combatendo certas covardias que acontecem contra o trabalhador, por eles serem terceirizados, são vulneráveis. O que acontece? O patrão descarta o trabalhador na hora que quer; então o trabalhador tem medo de denunciar. Acontece assédio moral, assédio sexual, tudo quanto é tipo de covardia. Quando há denúncia, nem sempre a gente consegue resolver o problema. A gente leva para o Ministério Público e lá é demorado. Eu dou um exemplo para você: eu fiz umas denúncias de assédio moral em 2012 e até hoje eu ainda não vi o resultado dessas denúncias. (...) Até hoje a gente não viu o resultado, embora eu tivesse levado prova, levado trabalhador que foi lá para testemunhar. (...) Então isso aí às vezes prejudica.

A vulnerabilidade, o alto índice de rotatividade, a falta de vínculos no ambiente de trabalho e a falta de estabilidade são os fatores responsáveis, na visão de Antônio de Pádua, diretor de imprensa do SINDISERVIÇOS, pela dificuldade que o sindicalismo tem para representar os trabalhadores terceirizados.

A gente não consegue cumprir todas as nossas funções enquanto sindicato porque tem muita coisa que a gente ainda não conseguiu conquistar para a categoria, até porque essa é uma categoria que não tem estabilidade, e isso causa medo. Os trabalhadores, muitas vezes, têm medo de participar de certos movimentos, o que impossibilita a gente de conquistar aquilo que realmente precisamos¹¹³.

Contrariando essa visão, o ex-dirigente¹¹⁴ dos terceirizados e oposição ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS), salienta que há um peleguismo decorrente de uma prática sindical

¹¹² Entrevista realizada com Antônio de Pádua, no Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS), concedida em abril de 2016, em anexo.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2015, com uma ex-liderança da oposição à direção do SINTFUB (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília) e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS-DF), em anexo.

ultrapassada, atrelada ao corporativismo e a uma visão de sindicalismo propositivo, que há tempos abandonou o enfrentamento com a estrutura de sindicalismo estatal, e que, na verdade, a mantém viva, pois é parte estruturante dela. Com isso, os patrões acabam sendo beneficiados e os trabalhadores, usados como massa de manobra da atual direção.

No DF a realidade dos terceirizados não é muito diferente da UnB; em alguns pequenos aspectos há uma diferença, mas no geral é o que eu já coloquei. É a exploração daqueles que se dizem chefes, e são uns verdadeiros carrascos dos terceirizados. Em relação ao SINDISERVIÇOS, é uma verdadeira vergonha; o SINDISERVIÇOS, na verdade, é um sindicato patronal que tem uma direção que está há cinco anos no movimento sindical e não representa os trabalhadores. Fazem assembleia de ano em ano e principalmente em épocas que os trabalhadores estão de recesso, e aí são poucos os trabalhadores que podem participar. O SINTFUB também tem uma prática que, na minha concepção, não corresponde à realidade dos terceirizados. Até temos um terceirizado no SINTFUB, mas ele não representa os terceirizados à altura, fica nesse jogo de empurra. O SINTFUB diz que não é representante dos terceirizados; o SINDISERVIÇOS diz que é representante legal, mas não representa para valer porque é um sindicato patronal. Então, a vida dos terceirizados no DF é uma vida muito, muito difícil. Uma classe patronal muito autoritária, na verdade, muito carrasca. Quanto aos terceirizados, o quadro é de demissões. A rotatividade decorrente das demissões é muito grande, os trabalhadores terceirizados têm pouca experiência de organização sindical; na verdade, não podem se organizar sindicalmente porque, quando tentam se organizar, são demitidos, são perseguidos. Por fim, o SINDISERVIÇOS é quem deveria estar à frente da luta da classe trabalhadora, porém é um sindicato patronal, traidor. Chamar o SINDISERVIÇOS de pelego é um elogio: são arqui-pelegos.

Para esse ex-dirigente, o SINDISERVIÇOS configura-se como um sindicato patronal porque sempre trabalha em prol da desmobilização dos trabalhadores, visando unicamente o benefício próprio. Exemplo disso são as últimas greves da categoria.

De 2014 para 2015, no período da data-base acabou estourando uma greve em janeiro. O revoltante de tudo isso é que gente estava pedindo 30% de aumento, o patrão só quis dar 8%. O sindicato fez uma semana de greve, uma semana de greve porque o salário que o patrão queria oferecer era 8%. Depois de uma semana o patrão deu mais 1%, o sindicato aceitou e a greve acabou. O pessoal saiu da greve por causa de 1%; o sindicato manipulou a assembleia, nós fomos contra. Em assembleia do SINDSERVIÇOS não adianta você votar contra, porque eles manipulam a assembleia, não deixam ninguém falar e só passam a proposta deles.

Inúmeros intelectuais afirmaram, principalmente a partir da década de 1970, que o sindicalismo brasileiro passava por uma crise resultante do processo de reestruturação produtiva da economia. Inúmeras teses foram desenvolvidas com o objetivo de afirmar que diante a nova ofensiva do capital, bem como da nova morfologia das relações de trabalho (toyotismo, *kanban*, modelo sueco etc.), o movimento sindical enfrentaria severas adversidades. De fato, em inúmeros países, essa tese, quando testada empiricamente, foi comprovada.

No caso do Brasil também houve uma queda na taxa de sindicalização. No entanto, a despeito da retomada do crescimento da taxa de sindicalização nos anos seguintes, o que se configurou no seio do movimento sindical brasileiro foi uma profunda fragmentação e perda da solidariedade de classe. Para o deputado Vicentinho¹¹⁵, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, não houve uma crise no sindicalismo:

Eu acho que a crise que algum sindicato pode ter não é bem por causa dessas mudanças estruturais, mas é muito mais por erro de direção, por posturas específicas. O Lênin chamava esse tipo de sindicalista de oportunista; nós chamamos de pelego, que é o sindicalismo que usa o sindicato como instrumento para outros objetivos, não para o instrumento de classe. O nosso sindicato, o qual eu presidi, sempre teve uma organização de base muito forte; é um sindicato que nunca decide nada sozinho, ele sempre decide coletivamente. Tem a comissão de mobilização, e ali a diretoria discute e decide e encaminha conjuntamente através de votações. Um sindicato como esse não tem crise sindical, ele enfrenta crises econômicas, mas o sindicato não perde respeito, o sindicato não perde filiados, tem sempre um índice respeitável de sindicalização. O sindicato, quando quer ia à rua, vai à rua, mobiliza. Veja que, agora, nessa crise, aconteceram greves na Mercedes, aconteceu greve na Ford, e essas greves chamaram a atenção das outras empresas para fazerem acordo. Enfim, eu sempre acho que a crise não é pelo tamanho do sindicato, “o sindicato é fraco porque é pequeno”, não. O sindicato não é fraco porque é pequeno, ele é fraco se ele não cumprir o seu papel de mobilização. Então, eu quero insistir no fato de que não vejo uma crise do movimento sindical em função desses avanços; claro que o empresariado, sobretudo em outros países, introduz isso de maneira muito profunda. No Brasil o empresariado é muito escravagista, muito violento. Nesse aspecto eu sempre digo que o sindicato, para ser autêntico, tem de ter duas capacidades; se ele abrir mão de uma delas, ele perde a sua característica. A primeira capacidade é a de mobilização, e a outra é a de negociação. Se ele só for capaz de negociar, é um sindicato perdido. E se só for capaz de mobilizar, vira um sindicato que apenas mobiliza, mas não direciona. Aí ele começa a ter crise com os trabalhadores. Se o sindicato não negocia, e os trabalhadores querem que o sindicato negocie, não mobiliza. E os trabalhadores querem que o sindicato mobilize. Então, sempre observo qualquer problema com movimento sindical na relação com seus trabalhadores nesse aspecto. Claro que, desemprego, pressão patronal, ações antissindicais, tudo isso ataca o movimento sindical, como ataca a sociedade, como ataca as organizações democráticas da sociedade civil. Agora, a crise sobre a qual muita gente fala, eu não interpreto dessa forma.

O que o deputado Vicentinho explicita é que inúmeras vezes “o intelectual não vê o que está acontecendo no chão da fábrica”. Para ele, o histórico de lutas do movimento sindical provou que há inúmeras formas de fazer mobilização (operação tartaruga, vaca brava, pipoca etc.), e que não necessariamente se deve sempre radicalizar as greves; é preciso, primeiro, analisar a conjuntura, de modo a identificar o melhor método de atuação.

¹¹⁵ Entrevista com o deputado Vicentinho, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, concedida em dezembro de 2015, em anexo.

Por exemplo, alguém já falou para mim, “mas Vicentinho, não se faz mais greves como nos anos 80!”. Ora, não se faz mais greves como nos anos 80 porque nós estávamos aprendendo a fazer greves naquele tempo, a gente viveu uma ditadura e, para você ter uma ideia, como o sindicato sempre foi um instrumento democrático, como foi a nossa primeira greve depois de 64? Primeira greve com caráter mais ampliado, dentro das fábricas, paramos no local de trabalho. Mas naquela greve, nós tivemos um ataque contra o movimento de trabalhadores, que foi das chefias, dos dirigentes, dos supervisores, desceram o pé na máquina para pôr pressão sobre o operário. Na campanha salarial de 79, decidimos: “não vamos parar mais dentro da fábrica porque a chefia vai cair em cima de nós de novo, vai pressionar”. Então, o que fazer? Vamos parar fora da fábrica. A greve de 79 foi uma greve fora da fábrica, era com o estádio lotado. Todo mundo foi para lá, uma multidão, o povo acompanhando, a sociedade acompanhando, uma greve de 15 dias, que teve lá os seus problemas, não cabe aqui abordar. Naquela greve nós aprendemos outra coisa: a chefia não nos incomodava, mas a polícia, o estado e a mídia desceram o “pau” em nós.

Antônio de Pádua, diretor de imprensa do SINDISERVIÇOS, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), vai na esteira do que afirma o deputado Vicentinho. Para ele, também não há evidências de que o sindicalismo tenha passado por uma crise; a flutuação da taxa de sindicalização no DF se deve ao fato de que, por se tratar de uma categoria bastante heterogênea, sem nenhuma estabilidade no emprego e com um alto índice de rotatividade, o resultado é uma ampliação do índice de sindicalização. Ou seja:

O índice de sindicalização é bom, só que a rotatividade é maior. A gente chega a 10, 12, 13 mil trabalhadores e, de uma hora para a outra, a gente perde 4, 5, 6 mil. Quando a empresa perde a licitação, dependendo do tamanho da empresa, temos uma queda do índice e voltamos tudo para estaca zero. Atualmente, nós somos por volta de uns 6 mil sindicalizados¹¹⁶.

A dirigente do ANDES, Helga Martins de Paula, enfatiza que no tocante à nova morfologia do trabalho, é imprescindível que o sindicalismo brasileiro seja reinventado. Atualmente, o abandono de instrumentos combativos de mobilização, a troca do sindicalismo contestador pelo sindicalismo propositivo, a burocratização, a cooptação e a falta de disposição para ir à luta são barreiras que impedem que as pautas dos trabalhadores terceirizados sejam atendidas, de modo que a ruptura com esse sindicalismo de Estado é mais do que necessária.

A reestruturação produtiva propiciou, na visão da entrevistada, o desmantelamento do sindicalismo, o que resultou em precarização e fragmentação dos

¹¹⁶ Entrevista realizada com Antônio de Pádua, no Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS), concedida em abril de 2016, em anexo.

processos de trabalho, impedindo e dificultando todo o processo de organização política dos trabalhadores. Ela destaca:

Você não tem a possibilidade de que essas trabalhadoras e esses trabalhadores se organizem, sob pena de, enfim, terem retirado de si a própria dimensão de sobrevivência. Você vê dificuldades, com riscos de perseguições políticas; você vê o trabalhador e a trabalhadora reféns de um sistema de sindicalismo que, nesse caso, é muito oportunista. A estrutura do sindicalismo de Estado que a gente vê aprofundada na conjuntura atual, dos governos, isto é, de vinte anos para cá, é uma estrutura que se alicerça e destrói a percepção de organização sindical a partir da ideia de liberdade sindical, de pluralidade irrestrita, de acordo com diretrizes inclusive da Organização Internacional do Trabalho.

Portanto, ainda na visão da sindicalista do ANDES¹¹⁷, o intelectual deve ter uma postura crítica, contestatória, capaz de romper com a acomodação, de modo a perceber a realidade que o cerca e as mazelas ao seu redor, visando construir uma solidariedade de classes que rompa com o segregacionismo e a fragmentação da classe trabalhadora. Essas imposições criadas pelas estruturas do capital e do Estado, com objetivos claramente políticos, visam enfraquecer os métodos de organização dos trabalhadores e devem ser destruídas.

(...) é a percepção de descrédito mesmo, porque esses trabalhadores e essas trabalhadoras precisam se organizar, *mas eles não têm o respaldo e, muitas vezes, não têm sequer organização sindical, mas quando têm, falta o respaldo*. Isso se dá porque é um sindicato cooptado, na ideia de negociação e na ideia de flexibilização trabalhista, que atende só aos interesses do empregador, do capital. *Portanto, retomar os princípios que balizam o sindicalismo combativo é uma necessidade; construir uma formação política de quadros que vejam a centralidade do trabalho como uma necessidade para repensar a realidade, construir de maneira organizada, é também uma necessidade; mas é uma necessidade nossa, também, sairmos das nossas bolhas de construção teórica e vermos que hoje, no frígir dos ovos, nós temos trabalhadoras e trabalhadores aqui, na nossa frente, na UnB, no nosso espaço de convivência, que têm necessidades de sobreviver e que se encontram ameaçadas e ameaçados a todo o momento, e que não veem espaço de respaldo para sua própria atuação, numa perspectiva de solidariedade de classe.* (...) O ANDES se coloca nessa perspectiva, como um espaço combativo e que tem uma estrutura que permite uma maior maleabilidade para não ser esmagado pelo Estado, esmagado pela ideia de sindicalismo de estado, para ter essa solidariedade assim como os estudantes têm demonstrado, porque essas trabalhadoras e trabalhadores que são precarizados sofrem diariamente, precisam dessa solidariedade de classe para se entenderem enquanto possibilidade de organização real, capaz de lutar contra a precarização e o desmantelamento da universidade pública e da educação enquanto projeto de sociedade (Grifos nossos).

¹¹⁷ Entrevista realizada com a professora de Direito da Universidade Federal de Goiás, *campus* de Jataí, dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), concedida em maio de 2016, em anexo.

Para a sindicalista, a UnB é apenas um reflexo de uma estrutura muito maior, que foi capaz de permear as lacunas deixadas pelo sindicalismo atual, contando com a participação dele para aplicar o projeto de reestruturação produtiva. Esse seria o papel que o sindicalismo propositivo desempenhou, ao abandonar a perspectiva da radicalidade das greves contestatórias, na perspectiva de enfrentamento do Estado e do capital.

É uma consequência da reestruturação produtiva o projeto de aprofundamento da estrutura do sindicalismo de Estado, da ideia de que sindicatos são cooptáveis, têm suas lideranças cooptadas pelo Estado. Ou seja, é uma política governamental de conciliação de classe, que flexibiliza instrumentos jurídico-legais, permitindo, como consequência, a flexibilização. A chamada flexibilização é, na verdade, um retrocesso dos próprios direitos trabalhistas e previdenciários, um dano, um prejuízo. É algo que historicamente deixa sua marca de maneira muito visível e que, para ser superado, demanda uma reconstrução da própria perspectiva sindical. Então, deve-se ir para além de um sindicalismo propositivo, que busca, por exemplo, negociações, conciliações e redução de danos, mas que não leva em consideração a dimensão da exploração do trabalhador e da trabalhadora, não leva em consideração a assimetria da relação capital e trabalho, não leva em consideração uma estrutura que se monta e desmonta. Isto é, se monta no aparelhamento ideológico desses sindicatos, e se desmonta na medida em que isso não permite que haja, por exemplo, uma organização eficaz que vá para o embate, para uma resistência, porque essa é uma dimensão muito cruel; você tem um aparelhamento ideológico, uma cooptação ideológica e uma impossibilidade imediata de organização, porque a dimensão imediata não permite que se enxerguem as mediações ali presentes. Com isso, é necessário traçar uma estratégia de organização que vá além da realidade imediata.

Ainda segundo o ex-dirigente¹¹⁸ dos terceirizados da UnB, ao longo dos anos o sindicato foi perdendo sua combatividade, seus valores de classe, sua convicção e características aguerridas. A prova disso é que:

Na raiz do problema está a questão de o sindicato ser patronal, portanto, não representa o trabalhador no dia a dia, da UnB, da Esplanada, do DF em geral. O sindicato tinha de estar na base, junto dos trabalhadores. No SINDISERVIÇOS, hoje, não são nem vinte diretores, mas a categoria é de 80 mil. Como que vinte diretores vão representar 80 mil trabalhadores? É humanamente impossível. Eu acho que o SINDISERVIÇOS tinha de trabalhar, tinha de procurar eleger delegados sindicais nos seus setores de trabalho, eleger delegado sindical na UnB, na Esplanada. Esses delegados sindicais deveriam ter estabilidade. Dá para fazer isso, mas por que o SINDISERVIÇOS não faz? Não elege os representantes dos trabalhadores como delegado sindical para ser um braço do sindicato? É porque eles não querem massificar nos setores de trabalho, eles não querem que os trabalhadores se organizem verdadeiramente; eles querem somente um grupinho de burocratas reivindicando-se enquanto representantes dos trabalhadores. Eu acho que se houvesse democracia nas assembleias, se

¹¹⁸ Entrevista realizada em dezembro de 2015, com uma ex-liderança da oposição à direção do SINTFUB (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília) e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS-DF), em anexo.

houvesse eleições para delegado sindical, se os trabalhadores verdadeiramente pudessem participar da luta do dia a dia do sindicato, a coisa avançaria.

Assim, existe no sindicalismo brasileiro, atualmente, além de uma problemática econômica de ordem estrutural, que rearranjou e modificou a estrutura lógica dos processos de trabalho – como é o caso da reestruturação produtiva da economia, em que a terceirização é apenas uma modalidade –, uma perda do espírito de “rebeldia” dos sindicatos, que é fruto, também, da reestruturação produtiva.

Por outro lado, entende-se que este não é um processo de mão única, porquanto contou com a participação do sindicalismo brasileiro para ser implantado, já que determinadas escolhas foram tomadas, abrindo-se a “porta” para a conciliação de classes e, de igual modo, para o fortalecimento dos “aparelhos ideológicos do Estado”, que visam controlar o sindicato, não só pela via da força/violência, mas também por uma via legal-jurídica e por uma ideologia do “consenso”.

Chama-se esse consenso forjado de ideologia do sindicalismo de Estado, ideologia essa que pacificou práticas de mobilização sindical que outrora buscavam a ruptura com a ordem estabelecida, retirando do horizonte do movimento sindical a ânsia pela destruição do *status quo* ou a possibilidade de outro projeto de sociedade.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, a proposta foi analisar criticamente os aspectos centrais da reestruturação produtiva em sua totalidade, entendendo-a como uma ofensiva do capital sobre o trabalho. Desse modo, procurou-se também analisar a relação e o comportamento do sindicalismo brasileiro ante o impacto acarretado pelas mudanças tecno-organizacionais sobre o mundo do trabalho, fundamentalmente no que diz respeito ao chão de fábrica, ou melhor, ao chão da Universidade de Brasília (UnB), onde os trabalhadores terceirizados se desqualificam, perdem seus postos de trabalho, não criam vínculos e/ou relações afetivas com os demais trabalhadores, e assistem, atordoados, à precarização de suas condições de vida e trabalho e à destruição, ao saque e ao solapamento de suas organizações de resistência.

Com a investida planejada do capital,

os trabalhadores são, cada vez mais, submetidos a processos sociais variados que buscam atualizar sua exploração e subordinação ao capital. Os trabalhadores são submetidos não só a mecanismos de extração de mais-valia superiores quantitativamente e qualitativamente, mas também a um processo de atomização nos planos produtivo e social, que quebra sua identidade e solidariedade de classe e esvazia seus instrumentos de luta. As inovações tecnológicas e organizacionais liberam os setores mais qualificados do operariado do trabalho material e transferem-lhes crescentemente ações de supervisão e controle do processo produtivo, que abrem espaço para sua identificação social com gerentes, executivos, supervisores e proprietários. (MACIEL & FARIA, 1996).

Desse modo, dá-se uma subsunção estratégica do trabalho ao capital, cada vez mais planejada, organizada pela burguesia para superexplorar a força de trabalho e manter a acumulação do capital em patamares cada vez mais elevados. Para isso, “os trabalhadores são desorganizados enquanto classe e reinseridos numa posição subalterna” (MACIEL & FARIA, 1996:81), a partir da desarticulação das organizações de resistência, entidades e centrais sindicais.

Isso significa que as classes dominantes se utilizam de ações e estratégias (de reposição da dominação burguesa) que se materializam, se viabilizam enquanto método privilegiado de “revolução passiva”: ao mesmo tempo que opera com as mudanças nos processos de trabalho e a reestruturação produtiva, permite um novo patamar de acumulação, mantém e aprofunda a subordinação do trabalho ao capital. (SOARES, 2006:400).

No caso brasileiro, sustentou-se que a reestruturação produtiva não só desmantelou o sindicalismo combativo e classista dos anos 1978-1980, como passou a atuar, nos anos 1990, de modo “institucional”, chegando a uma fase de “concertação social”, Exemplo disso seriam as câmaras setoriais e os acordos regionais sobre reestruturação produtiva nas empresas.

Para Antunes, “a partir de 1980, aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985” (ANTUNES, 1991:17). Ou seja,

O aumento das “greves por empresas” no decorrer dos anos 80 indicava, no seio do movimento sindical brasileiro, o avanço da tendência do “sindicalismo de resultados” (o “sindicalismo de resultados” assumiria uma expressão política clara com a criação da Força Sindical, em 1991). Por outro lado, no interior da própria CUT, sob a era neoliberal, desdobrar-se-ia uma tendência similar, de cariz neocorporativo, com o sindicalismo de participação, que privilegia estratégias propositivas; um novo sindicalismo, cada vez mais defensivo, disposto a incluir em sua pauta de resistência a parceria com o capital. Nos anos 90, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tender-se-ia a privilegiar, cada vez mais, as “greves por empresas”, demonstrando o predomínio – inclusive no interior do

sindicalismo da CUT – da política do “sindicalismo de resultados”. (ALVES, versão *online*)¹¹⁹.

Chama-se de “sindicalismo de resultado” aquele contrário ao “sindicalismo de confronto”. Enquanto o primeiro utilizava como estratégia reivindicativa a greve por empresa, o sindicalismo de confronto adotava as greves gerais por categoria de trabalho – nos moldes das greves metalúrgicas do ABC, entre 1978 e 1980 –, cuja principal característica era a ação da entidade sindical como representante “geral” do conjunto dos trabalhadores e não apenas de suas bases associativas (PIZZORNO, 1976:950-951).

Assim, com o movimento sindical na defensiva, era evidente que a capacidade de enfrentamento com o capital seria afetada. A postura envergonhada do sindicalismo não foi capaz de dar respostas à altura do necessário. O processo de reestruturação imposto pelo capital exigia que os trabalhadores e as entidades sindicais cedessem às pressões da classe patronal, além de privilegiar – como tática – o deferimento e a legitimação dos acordos, sem avançar numa perspectiva que tivesse como principal objetivo a ruptura com a harmonização de interesses antagônicos.

Salientou-se ainda que, na implementação das inovações de ordem tecnológica e organizacional, numa sociedade dividida em classes e com interesses antagônicos, não existe imparcialidade. A partir disso formulou-se a crítica ao determinismo tecnológico (fetichista) e ao seu caráter fantasmagórico, que preconiza o fim de antagonismos sociais decorrentes da evolução tecnológica. Mandel (1992) já havia destacado que “nenhum determinismo tecnológico decidiu o destino da humanidade”.

Desse modo,

A tendência de aplicar tecnologias especificamente capitalistas – tecnologias que aumentam a produção da mais-valia – implica que as novas técnicas não possuem o objetivo único de reduzir o valor da força de trabalho, de permitir a produção de bens de consumo mais baratos e economizar em capital constante (garantir a produção de máquinas, matérias-primas e de fontes de energia mais baratas). Elas também possuem a função de reduzir o poder de resistência dos trabalhadores numa fábrica, num ramo industrial ou na cidade como um todo. E a máquina não age somente como um competidor, cuja força superior está sempre prestes a forçar o assalariado supérfluo ao esquecimento. É como ameaça ao trabalhador que o capital a emprega, e a proclama. Ela se torna a arma de guerra mais eficaz para reprimir greves, estas revoltas periódicas do trabalho contra a autocracia do capital. (MANDEL, 1992 *apud* SOARES: 401).

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200008>. Acesso em 30/5/16.

É por isso que, à sombra de uma perspectiva materialista crítico-dialética, sustentou-se como elemento norteador da análise a “lei do desenvolvimento combinado e desigual” do capitalismo, tema muito bem explorado por (Mészáros, 1996), em *O Poder da Ideologia*. Exemplo disso é que, diante da atual crise estrutural, conjuntural e do dia a dia do capitalismo, a reestruturação produtiva da economia e as inúmeras manifestações, nas mais variadas escalas, assumem especificidades desiguais, combinadas e contraditórias diante da realidade.

No que tange a esta pesquisa em particular, buscou-se localizar as mutações ocorridas no mundo do trabalho como elementos constitutivos das contratendências impostas de cima para baixo pelas elites econômicas e pela chamada “nova (des)ordem mundial”. Em um plano mais geral, a análise deu-se no sentido de desmascarar as tendências contemporâneas que, implícitas no movimento sindical brasileiro, o levam à chamada *concertação social* e a práticas *reboquistas, corporativistas e defensivistas*.

Ademais, no tocante ao chamado “novo sindicalismo” de base *cutista*, pretendeu-se traçar as principais problemáticas acarretadas por certas posições tomadas ao longo dos anos. Não resta dúvida que essa “maneira” de fazer política sindical sentiu na própria “carne o peso da navalha” da reestruturação produtiva. Entretanto, a escolha pelo não rompimento com as amarras da velha estrutura sindical, a política de não tensionamento do conflito capital e trabalho (cuja maior expressão é o “sindicalismo de resultados”) e o abandono do “sindicalismo combativo” como ferramenta de transformação social levaram uma importante experiência de luta sindical e política do País ao limbo. O resultado dessas ações de conciliação e harmonização com a ordem do capital bem como a defesa da burocracia do sindicalismo oficial e de Estado resultaram numa derrota para os trabalhadores.

A prova disso é a situação particular dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília, onde os sentidos do trabalho, caracterizados pelas condições insalubres e extenuantes de trabalho, assédio moral e sexual, desrespeito aos direitos trabalhistas, doenças físicas e psíquicas em decorrência da intensidade do trabalho e pelas altas taxas de acidentes de trabalho, além da falta de representação sindical, que este trabalho tratou de investigar.

Assim, constatamos que a ocorrência do trabalho precarizado não é um fenômeno isolado, pois a universidade está inserida numa lógica global de acumulação

de mais-valor. A dialética centro-periferia estende-se por todo o globo, configurando e enquadrando as relações de trabalho numa dinâmica de subsunção do trabalho ao capital.

Isto é, a intensificação do trabalho dos terceirizados da UnB, acarretada também, pelas péssimas condições de trabalho e perdas de direitos políticos, trabalhistas e sociais, são provas contumazes da ofensiva mundial do capital sobre o trabalho, corroborando, por conseguinte, com expressões particulares, reflexos de um contexto mais amplo e geral em que a espoliação, a degradação, as doenças físicas e psíquicas são constituintes desse novo e precário mundo do trabalho.

O ex-dirigente¹²⁰ dos trabalhadores terceirizados, atualmente afastado devido à sua atuação política no ambiente universitário, ao atestar a situação descrita acima faz os seguintes apontamentos:

A terceirização na UnB é uma verdadeira chaga, uma chaga aberta. Em uma das maiores universidades do Brasil, se um terceirizado disser que vive em um regime que beira a semi-escravidão, e não está longe disso, e abrir a boca e gritar liberdade para os terceirizados! Eles estão corretos. Em 2013, por exemplo, os trabalhadores terceirizados, recebiam em nível do DF, e na UnB também, menos que um salário mínimo. Na limpeza, os terceirizados do RU, da reitoria, almoçam dentro do banheiro. Na limpeza em 2012 uma empresa chamada Fortaleza demitiu 12 grávidas, em 2012 todos os terceirizados do RU foram demitidos pela reitoria, em 2015 a reitoria já demitiu mais de 300 terceirizados porque está jogando a crise econômica nas costas dos terceirizados, então, o dia a dia dos terceirizados é uma verdadeira exploração, e pra isso, a gente chama sempre a sensibilidade e a atenção dos técnico-administrativos, dos estudantes, para que a gente possa, não sozinhos, combater essa questão da exploração sobre os terceirizados, porque a realidade dos terceirizados, ela afeta o dia a dia da universidade como um todo, as empresas lucram rios de dinheiro superexplorando os trabalhadores, a grana que o ministério da educação manda pra universidade boa parte dela vai pras empresas terceirizadas e aí afeta a vida dos trabalhadores e da juventude da própria universidade no geral. Nós temos duas propostas em relação à terceirização: a universidade, as gestões, seja de Ivan Camargo (atual reitor), ou outras gestões, não dão a menor bola. A primeira é a redução da margem de lucro das empresas, redução da margem de lucro das empresas para não ser necessário demitir os terceirizados, e para que boa parte desse dinheiro que é dado às empresas, seja investido também na própria universidade. Desse modo, auditoria sobre as contas das empresas é fundamental, os estudantes, os técnico-administrativos, os professores, os próprios terceirizados, principalmente, têm direito de saber quanto essas empresas lucram, essa é uma das raízes do problema, precisa-se saber quanto que essas empresas arrecadam. O dia que a gente conseguir unir estudante, técnico-administrativo, professor e terceirizado, nós vamos descobrir que na

¹²⁰Entrevista realizada em dezembro de 2015 com uma ex-liderança da oposição à direção do SINTFUB (Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília) e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS-DF), em anexo.

terceirização na UnB tem um grande escândalo, um escândalo muito maior do que o escândalo que derrubou o reitor Timothy, o maior escândalo na UnB hoje chama-se terceirização do trabalho.

Ainda de acordo com a fala do principal porta-voz¹²¹ dos terceirizados da UnB, a falta de representação sindical dos terceirizados é exemplificada da seguinte forma:

Enquanto trabalhador humilde, sofrido, explorado, mesmo que não esteja há tanto tempo assim como terceirizado, há cinco anos que estou demitido; tem trabalhador que está há vinte anos. Eu gostaria de incentivar os terceirizados da Universidade de Brasília, incentivar os terceirizados do Distrito Federal, a continuarem na tentativa de se organizar. Nos dias de hoje é muito difícil se organizar sindicalmente, pois a classe patronal é muito truculenta. Mas é importante lembramos que só a luta muda a vida; ainda não inventaram outra ferramenta para a classe trabalhadora que não seja a sua própria organização. Precisamos nos organizar no dia a dia. Temos de construir as comissões de trabalhadores; é necessário construirmos um movimento de oposição, construir o movimento de trabalhadores terceirizados em luta, aqui no Distrito Federal, para tentar tirar o SINDISERVIÇOS da mão desses pelegos. Nós não somos contra o sindicato; nós defendemos o nosso sindicato, mas somos contra a atual diretoria. Então, é necessário sim, por mais difícil que seja, que os terceirizados, que são os setores mais oprimidos, mais sofridos, do Distrito Federal e do Brasil, se organizem. O dia em que essa categoria que é, na minha visão, a mais explorada do país, conseguir se organizar no DF, a nível nacional, acho que a nossa vida vai melhorar e muito.

Nesse contexto, em que os trabalhadores terceirizados lutam por uma representação sindical que tenha como principal objetivo a defesa de seus interesses, constatou-se que o “novo sindicalismo”, ao optar pela via burocrática, não foi capaz de avançar numa perspectiva transformadora, visando construir uma nova estrutura sindical horizontal, democrática, independente e autônoma do Estado capitalista burguês, autossustentada pelos simpatizantes, trabalhadores associados e seus organismos de base, organização por local de trabalho, comissões de fábrica, comissões de empresas, CIPAS etc.

Devido à fragmentação das tarefas e dos processos de trabalho, dos novos mecanismos tecno-organizacionais gestados no interior da reestruturação produtiva do capital, como a especialização e a separação do trabalho, e, conseqüentemente, dos trabalhadores, tornaram-se cada vez mais evidentes os danos que o corporativismo – fruto dessa segmentação de atividades que impede a organização política dos trabalhadores – trouxe para a atividade sindical.

Diante dessa espinhosa realidade, uma primeira ideia para a saída dessa crise de organização e representação sindical que assola a categoria de terceirizados seria o rearranjo da estrutura sindical por ramos de trabalho – um sindicato organizado por

¹²¹ Idem.

todos os trabalhadores da educação, por exemplo, que aglutinasse forças desde a funcionária da limpeza até o trabalhador professor.

O movimento sindical deve seguir apoiando e se solidarizando com todas as lutas dos trabalhadores (como, por exemplo, trabalhadores rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, trabalhadores desempregados, Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, trabalhadores sem-teto, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, movimento negro, movimento LGBTTTs, movimento feminista, entre outros).

A título de exemplo, vale destacar que na atual conjuntura brasileira, o MTST é um dos movimentos que mais tem se destacado, pela combatividade e resistência à ofensiva conservadora do neoliberalismo, ao rejeitar as medidas de austeridade fiscal que resultam em perdas de direitos trabalhistas, arrocho salarial e carestia de vida, políticas típicas da denominada *concertação social*.

Por fim, sob essa perspectiva, a unidade e a solidariedade entre os setores da esquerda, os trabalhadores do campo e da cidade podem significar um avanço na tomada de consciência de classe dos explorados pelo capital. O que, para o movimento sindical brasileiro, terá um efeito bastante positivo, tendo em vista que seria uma forma de construir laços e vínculos classistas, saindo do aprisionamento acarretado pelo corporativismo do “novo sindicalismo”, possibilitando retomar a luta de resistência contra a classe patronal e, por conseguinte, contra o capital.

6 Referências Bibliográficas

AGLIETTA, Michel. **Régultion et crises du capitalisme**. Paris: Odile Jacob, 1997.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. Rev. Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000b.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A rebeldia do trabalho** (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: _____. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1997.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: **Crítica Marxista**, n. 3. São Paulo: Brasiliense. 1996.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil**, São Paulo: Hucitec. 1991.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A Crise do Estado**. São Paulo: Nobel, 1991.

CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil (1945 - 1964). São Paulo: Difel. 1982.

_____. O PCB (1964-1982). São Paul: Difel, 1982, vol.3.

CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? **Novos Estudos Cebrap**, n. 37. 1993.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, O. Crise, novas tecnologias e classe operária. In: **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã. 1995.

COGGIOLA, O; KATZ, C; BRAGA, R. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva, São Paulo: Xamã. 1995.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**, Rio de Janeiro: Revan. 1994.

_____. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, H. (Org.) **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 79-94.

DIAS, E. F. *et alii*. Capital e trabalho: a nova dominação. In: **A ofensiva neoliberal**. Reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília. Org. pelos Sindicatos dos Eletricitários, dos Jornalistas, dos Gráficos e Outubro- Centro de Educação e Documentação Popular. 1996.

DIEESE, 1994. **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de Linha de Produção/DIEESE**. São Paulo.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo; Salvador: EdUFBA, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

FREDERICO, Celso. **A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984**, vol.3: “A Reconstrução”. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. Dossiê Globalização. Estudos avançados, v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a17.pdf>>. Acesso em 2 de dezembro de 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNPHREY, J. Novas formas de organização do trabalho na indústria: suas implicações para o uso e controle de mão-de-obra no Brasil. In: Padrões tecnológicos e políticas de gestão: Comparações Internacionais, **Anais...** São Paulo: USP/UNICAMP/BID. 1989.

KATZ, C. **Crítica a la teoría de la regulación**. In: En defensa del Marxismo, Argentina, Ano 1, n.3, 1992,p.24-37.

_____. **Pós-taylorismo**. In: **Novas Tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

LEIRIA, J. **Terceirização**: uma alternativa de flexibilidade empresarial. 5. Ed. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzatto, 1992.

LENIN, V. Obras escolhidas. v. II. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LÊNIN, V.I. Primeira versão do artigo “**As tarefas imediatas do poder soviético**”. In: BERTELLI, A.R. (Org.). Lênin: Estado, ditadura do proletariado e poder soviético. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988a.

LIPIETZ. A.; LEBORGNE, D. Ideas falsas y cuestiones abiertas sobre El posfordismo. Trabajo n.8, México. 1992.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. OME 9- Obras de Marx y Engels, v. I. Barcelona/Buenos Aires/México: Grijalbo, 1978.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MURRAY, F. the decentralisation of production: the decline of Mass-Colletive Worker? **Capital & Class**, n. 19, Londres, 1983.

OCTÁVIO, Ianni. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista**, São Paulo, Ed. Brasiliense. (S/d).

_____. “Quanto melhor, melhor”: o Acordo das Montadoras, Novos Estudos CEBRAP, 36, CEBRAP.

PALLOIX, C. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: Tronti, M., **Processo de trabalho e estratégia de classe**. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

PERONDI, Eduardo. **Conciliação e precarização: A política trabalhista do governo Lula (2003-2010)**. Florianópolis: UFSC, 2011.

PINTO, Geraldo. **A Organização do trabalho no século 20**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo, 2001.

RAMOS, Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, Difusão européia do Livro, 1968.

SABEL, C. E. PIORE, M. **The second industrial divide**. Nova York: Basic Books, 1984.

SANDRI, Adriano. **Sindicalismo em tempos de Qualidade Total**. Belo Horizonte: Dindieletro, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos. Comunistas e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo/ UNIRIO, 2001.

SCHIMITZ, H. Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos. In: **Padrões tecnológicos e políticas de gestão: Comparações Internacionais, Anais...** São Paulo: USP/UNICAMP/BID, 1989.

SOARES, José de Lima. **Ensaio de Sociologia do Trabalho- Reestruturação Produtiva, Sindicalismo e Mudanças no Mundo do Trabalho no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC paulista: reestruturação produtiva e parceria**. Brasília: Universa, 2006.

TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLEDO, E. **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TROTSKY, Leon. **La revolucion traicionada**. México: Juan Pablo Editor, 1972.

TUDE DE SOUZA, Ângela Maria. **A crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais na ordem hegemônica**. Universidade e Sociedade, ano IV, n. 6, fev. 1994. p.30-39.

_____. TUDE DE SOUZA, A. **Sobre o americanismo e o fordismo de Antonio Gramsci**. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

WATANABE, B. Toyotismo: um novo padrão mundial de produção? **Revista dos Metalúrgicos**. CUT/CNM- São Paulo. Dez. 1993.

Acessos Eletrônicos

ALVES, Giovanni. **Do "Novo Sindicalismo" à "Concertação Social":** Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200008>. Acesso em 30/5/16.

_____. **Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** <http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em 30/5/16.

ANTUNES, Ricardo. **Entrevista na Roda Viva, TV Cultura.** Exibida em 3 de setembro de 2012. Disponível na íntegra em <http://www.youtube.com/watch?v=MrQWtX0ZfU8>. Acesso em 30/5/16.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Outubro 2015. **Organização do Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refOrg.pdf>. Elaboração Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4499304/concentracao-bancaria-agrava-restricao-de-credito-empresas>>. Acesso em 28/3/2016.

CARTA CAPITAL, 03/09/2013. **Arquivos comprovam perseguição a sindicalistas.** <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-tem-acesso-a-documentos-sobre-perseguiçao-a-sindicalist-6445.html>>. Acesso em 28/4/2016.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha.** Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-DesenvolvimentoLayout.pdf>>. Acesso em 24/5/16.

DICIONÁRIO POLÍTICO. **Stakanovismo.** <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/stakanovismo.htm>>. Acesso em 11/11/2015.

DIEESE, 2007. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil.** <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2007/terceirizacao.pdf>>. Acesso EM: 19/5/16.

_____, 2012. **Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro.** Nota Técnica 112. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>>. Acesso em 17/5/16.

_____, 2015. **Terceirização no Mercado de Trabalho.** Disponível em: <<http://www.sindpdce.org.br/downloads/terceirizacaoDIEESE.pdf>>. Acesso em 24/5/16.

DOCUMENTÁRIO. **Dublê de Eletricista**, 2015. Através de depoimentos de trabalhadores, esse documentário revela o que há por trás do processo de terceirização no setor elétrico brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PuCoggk8_18>. Acesso em 24/5/16.

EXAME ON LINE, 01/02/2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/veja-em-um-diagrama-como-37-bancos-se-tornaram-4-em-20-anos>. Acesso em 11/3/2016.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Terceirização e os limites da relação de emprego: trabalhadores mais próximos da escravidão e morte.** Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/terceirizac3a7c3a3o-e-os-limites-da-relac3a7c3a3o-de-emprego-degradac3a7c3a3o-e-morte1.pdf>>. Acesso em 24/5/16.

FUNDAÇÃO COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL (FUNCOGE). Disponível em: <<http://www.funcoge.org.br/csst/relat2013/indexpt.html>>. Acesso em: 20/5/16.

Haidar, Rodrigo. **Terceirização necessita de marco regulatório.** Consultor Jurídico. <<http://www.conjur.com.br/2011-out-04/terceirizacao-necessita-marco-regulatorio-afirmam-especialistas>>. Acesso em 30/5/16.

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA. <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>>. Acesso em 5/3/2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em 10/7/2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Informações de Acidentalidade.** Disponível em:

<<http://acidentalidade.mtps.gov.br/inter/acidentalidade/view/consultarempresas/main.seam>>. Acesso em 28/5/16.

PORTAL UNB. **Contratos de Terceirização de Mão de Obra Vigentes.** Disponível em: <<http://www.daf.unb.br/dter/contratos-vigentes>>. Acesso em 28/5/16.

_____. **História da Universidade de Brasília.** Disponível em: <<http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php>>. Acesso em 27/5/16.

_____. **Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962.** Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorios_antigos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf> Acesso em 27/5/16.

_____. **Pronunciamento de Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília.** Disponível em: <http://www.unb.br/unb/titulos/darcy_ribeiro.php> Acesso em 27/5/16.

REVISTA DARCY, n° 4. Disponível em: <<https://issuu.com/revistadarcy/docs/darcy04>>. Acesso em 27/5/16.

SINDISERVIÇOS, Carta. **Os passos de uma trajetória de trabalho e lutas.** Disponível em: <<http://sindiservicodf.org.br/portal/index.php/historia>>. Acesso em: 26/5/16.

SOBRINHO, José Pereira de Sousa; CHAGAS, Eduardo; MORAES, Betânia. **O Metabolismo de Reprodução do Capital e sua Crise Estrutural.** Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ano 2. Número 2. Março, 2010. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/6-%20o%20metabolismo%20de%20reproducao%20do%20capital%20e%20sua%20crise%20estrutural-%20j.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **Súmula 331.** Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-33>. Acesso em 19/5/16.

ÚLTIMO SEGUNDO, 16/072013. **Empresas serão investigadas por perseguição a sindicatos na ditadura.** <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07->

[16/empresas-serao-investigadas-por-perseguiçao-a-sindicatos-na-ditadura.html](#)>.

Acesso em 28/4/2016.

VALOR ECONÔMICO, 28/03/2016. **Concentração bancária agrava restrição de crédito a empresas.** <<http://www.valor.com.br/financas/4499304/concentracao-bancaria-agrava-restricao-de-credito-empresas>> Acesso em 28/3/2016.

ANEXOS

ANEXO I

PERFIL DO ENTREVISTADO

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nome:

Idade:

Sexo:

Cor da pele:

Estado Civil:

Bairro:

Naturalidade (Estado e cidade):

Ocupação, escolaridade e naturalidade dos pais

Profissão do pai:

Profissão da mãe:

Escolaridade do pai:

Escolaridade da mãe:

Naturalidade do pai:

Naturalidade da mãe:

2- FORMAÇÃO DO ENTREVISTADO

Ensino fundamental: () privado () público

Ensino médio: () privado () público

Ensino superior:

privado público

completo incompleto

3- TRABALHO E RENDA

Profissão (função e local):

Possui mais de uma fonte de renda? Se sim, qual?

4-REGIME DE TRABALHO

Trabalha quantas horas/dia?

Trabalha em casa?

Trabalha aos sábados, domingos e feriados? Se sim, especifique.

Muda de posto de trabalho com frequência? Se sim, especifique quantas vezes por dia/mês/ano.

Seu contrato de trabalho é pela CLT?

Tem carteira assinada?

Recebe 13º salário, férias, o que mais a empresa (instituição) lhe paga?

Qual o tipo de contrato de trabalho que você está sujeito?

Tem plano de carreira?

Tem estabilidade no emprego?

Já esteve desempregado? Por que e quanto tempo?

5- RENDA MENSAL INDIVIDUAL

menor que 1 salário mínimo (R\$ 880,00)

entre 1 e 2 salários mínimos

entre 3 e 5 salários mínimos

entre 6 e 10 salários mínimos

outro

RENDA MENSAL FAMILIAR

menor que 1 salário mínimo

entre 1 e 2 salários mínimos

entre 3 e 5 salários mínimos

entre 6 e 10 salários mínimos

outro

6- MORADIA (atualmente)

casa própria aluguel

Em caso de casa alugada, muda-se com frequência?

sim não

mora sozinho mora com os pais ou parentes mora com amigos

Saúde (atualmente) usa:

serviço público serviço privado os dois tipos plano de saúde

Transporte (atualmente):

coletivo individual os dois

Qual o tempo gasto para chegar ao trabalho?

30 min. 1 hora 1:30 min. 2 horas mais de 2 horas

7- ATUAÇÃO SINDICAL

É sindicalizado? sim não – Se sim, qual é o sindicato?

Se não, por que?

Na sua visão para que serve o sindicato?

O sindicato tem promovido cursos de formação política, palestras, debates?

Já participou de greves por melhores salários, melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho etc?

Participa de reuniões reivindicativas da categoria?

Se sim, já notou alguma vez falta de vontade política do sindicato para defender a categoria?

Se não participa, por que?

8- PROJETO DE VIDA

Tem algum?

O que faz para realizar?

ANEXO II

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS REPRESENTANTES SINDICAIS

1-Na sua opinião, qual a relação entre reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo?

2-Para que serve o sindicato?

3- O que representa o PL 4330/04 e o PL 1621/07 para o sindicalismo brasileiro?

4- A terceirização do trabalho tornou-se um problema para o sindicalismo atual?

5- O sindicalismo de “resultados” consegue dar as respostas necessárias aos anseios dos trabalhadores?

6- O poder econômico tem expressão/força para direcionar as decisões políticas do sindicalismo atual?

7- Em sua opinião, na modernidade atual, o sindicalismo revolucionário, que visava a defesa da classe trabalhadora em caráter amplo, bem como a revolução social, perdeu espaço e importância para o sindicalismo de caráter propositivo, neocorporativo?

8- Você consegue vislumbrar alguma possibilidade de luta viável que consiga apontar uma saída à ofensiva da terceirização?

9- Em sua opinião, a reestruturação produtiva abriu uma crise de representação?

10- A reestruturação produtiva contou com o apoio do sindicalismo para promover sua própria consolidação?

11- Existe alguma política mais enfática, sendo pensada atualmente, pelos sindicatos e parlamentares representantes dos trabalhadores, que seja capaz de barrar o avanço da terceirização do trabalho, além do PL 1621/07?